



Universidade Estadual de Feira de Santana
Departamento de Ciências Humanas e Filosofia
Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial
Mestrado Profissional – PLANTERR



PLANTERR

GEICILENE RODRIGUES DOS SANTOS

“A CHUVA É O SANGUE PRA TERRA VINGAR AS COISAS”:
Construção de experiências e *práxis* educativas na produção de Territórios e
Temporalidades nas/pelas Escolas Famílias Agrícolas do Território do Sisal

Feira de Santana/BA

2023

GEICILENE RODRIGUES DOS SANTOS

**“A CHUVA É O SANGUE PRA TERRA VINGAR AS COISAS”:
Construção de experiências e *práxis* educativas na produção de Territórios e
Temporalidades nas/pelas Escolas Famílias Agrícolas do Território do Sisal**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial (em nível de Mestrado Profissional) como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Planejamento Territorial pela Universidade Estadual de Feira de Santana.

Orientação: Prof. Dr. Davi Silva da Costa.

Feira de Santana/BA

2023

Ficha Catalográfica - Biblioteca Central Julieta Carteado - UEFS

S235

Santos, Geicilene Rodrigues dos

“A chuva é o sangue pra terra vingar as coisas” : construção de experiências e práxis educativas na produção de territórios e temporalidades nas/pelas Escolas Famílias Agrícolas do Território do Sisal / Geicilene Rodrigues dos Santos. – 2023.

167 f.: il.

Orientador: Davi Silva da Costa.

Dissertação (mestrado profissional) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial, Feira de Santana, 2023.

1. Território. 2. Temporalidade. 3. Escolas Famílias Agrícolas.
4. Território do Sisal, Bahia. 5. Práticas pedagógicas. I. Título. II. Costa, Davi Silva da, orient. III. Universidade Estadual de Feira de Santana.

CDU 371.388(814.22)

GEICILENE RODRIGUES DOS SANTOS

**“A CHUVA É O SANGUE PRA TERRA VINGAR AS COISAS”:
Construção de experiências e *práxis* educativas na produção de Territórios e
Temporalidades nas/pelas Escolas Famílias Agrícolas do Território do Sisal**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial (PLANTERR) da Universidade Estadual de Feira de Santana como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de mestre em Planejamento Territorial.

Aprovada em 21 de dezembro de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente



DAVI SILVA DA COSTA

Data: 18/05/2024 07:44:02-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Orientador: Prof. Dr. Davi Silva da Costa

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – IFBAIANO e (PLANTERR)

Documento assinado digitalmente



DEYSE MORGANA DAS NEVES CORREIA

Data: 17/05/2024 15:12:32-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Banca: Prof^ª. Dr^ª. Deyse Morgana das Neves Correia Instituto
Federal da Paraíba – IFPB

Documento assinado digitalmente



HERON FERREIRA SOUZA

Data: 17/05/2024 21:12:37-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Heron Ferreira Souza

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – IFBAIANO

Documento assinado digitalmente



ACÁCIA BATISTA DIAS

Data: 17/05/2024 17:04:56-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Banca: Prof^ª. Dr^ª. Acácia Batista Dias

Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS (PLANTERR)

FILHA DE MAINHA

Filha de mainha, filha de SANTINA, filha de Santinha...
O diminutivo eu utilizo só pra encorpar essa rima,
pois mainha é grandiosa e me ensinou a ser desde menina.
Não me refiro à grandeza de bens materiais,
eu falo de sentimentos partilhados com nossos iguais.
Talvez tu não saibas quão potente tu és,
feita de raça e coragem e das histórias que carrega nos pés.
Caminhos de trabalho, luta e resistência, de danças,
sorrisos e de resiliência.
Tu que mais pareces ser borboleta que passa por
transformação, só não aceita ficar no casulo,
voa e nos mostra a direção.
Deixo em palavras, aqui escrito a duas mãos, ser tua filha é
honraria, tu faz morada em meu coração.

De autoria de Geicilene Rodrigues, 2023
Publicada no livro: Contos, poesias e encantos.

CARTA ABERTA

Prezados/as leitores/as,

Por onde começo? Essa pergunta pairou a minha mente durante dias e eu não deixaria de partilhar essa inquietação com vocês, leitores/as. Após muitas reflexões, fez sentido para mim, começar pelo agora (presente). Sendo assim, relato que lhes escrevo, no dia 06 de julho do ano de 2023, durante uma noite fria de inverno, se aproximando das 22:00 horas. Estou na roça, no município de Valença-BA, rodeada pela mata atlântica, estou no meu aconchego, próxima de quem amo e, não hesito em dizer, que a leveza do meu lugar, me deixa segura e tranquila, então escrevo, ao mesmo tempo em que sinto felicidade.

Registrar minhas ideias, sentimentos e vivências através da escrita me fascina. Vocês nem poderiam imaginar, mas agora (presente), enquanto eu escrevo, me interessa saber em qual tempo e, de qual lugar, vocês estão lendo o que eu escrevi. Me interessa saber suas interpretações e questionamentos e ao mesmo tempo, me encanta saber que possivelmente eu jamais terei esse retorno porque vocês podem acessar esta escrita em diferentes tempos e lugares.

Então, certamente, independente do tempo e do lugar, se vocês estão lendo a minha carta aberta, isso significa que tem mais uma cria da escola pública e da universidade pública, mulher preta, e agora mestra. Mais uma mulher preta, classe trabalhadora que venceu o mestrado, mais uma mulher preta acessando um lugar criado e recriado para insistentemente dizer: “Isso aqui não é para você”. Mas, ao contrário do que está posto/imposto, eu vou criando caminhos possíveis e dizendo: Sim, é para mim! Digo mais: É para vocês também mulheres pretas, vamos ocupar esse e outros lugares.

Para poder acessar a graduação e a pós-graduação na Universidade pública, não se tratou de fazer balbúrdia, como proferiu o antigo (des)governo (2018-2022). Ao contrário, me tornar mestra, para além de reparação histórica é ter a possibilidade de ser multiplicadora de conhecimento, de ter o meu saber agregado a tantos outros e reverberado em vários lugares, podendo ser acessado por diferentes pessoas. Mas, confesso a vocês, que acessar o mestrado durante a pandemia da Covid 19, e, diante de um intenso sucateamento na educação fomentado por um (des)governo, tornou o processo ainda mais desafiador e sem dúvidas, eu não poderia deixar de escrever sobre isso. Registrar é importante para que não se esqueça e, para que jamais, volte a acontecer. Que a gente possa defender a educação pública e de qualidade, não dando a possibilidade de pessoas que seguem na contramão da educação e sobretudo, estimulam inúmeros tipos de violências, inclusive sobre o/os meu/nossos corpos pretos, acessem posições de poder.

É chegado o momento de agradecer e desde já, peço que vocês me desculpem, mas durante a leitura da minha dissertação, vocês perceberão que não deixo escapar das minhas escritas questões que são importantes para mim, e o que coloco nessas linhas, não é um terço do eu gostaria. Então, antes de agradecer, eu precisei escrever sobre parte do processo. E este último é lento, exaustivo e muitas vezes solitário. Por isso, não tenho dúvidas que os caminhos que eu trilhei, só foram possíveis, porque eu tive a força, o amor, o carinho, o cuidado e o respeito daqueles que em nenhum momento largaram as minhas mãos.

A minha fé me leva a primeiramente agradecer a Deus, minha fé me fez fortaleza diante das adversidades. Depois, agradeço a minha família – minha mãe pelos abraços e as palavras de incentivo e apoio, minha sempre me faz acreditar que eu consigo tudo que eu desejo, minha é pura resiliência, aprendi com ela a ser também. Agradeço ao meu pai, Lídio, por me apoiar, por ser uma grande referência para mim, por acreditar nos meus sonhos e sonhar junto a mim, as minhas duas irmãs Geicileide e Geisa por abrirem os caminhos da educação, os trilhando e me mostrando que eram e são caminhos possíveis de eu trilhar

também, sou grata por me apoiarem e ficarem felizes com cada uma das minhas conquistas. Ao meu companheiro João por ser cuidado, colo e encorajamento quando eu achei que não iria conseguir. João sempre me ensina a ser mais amor e menos pessimismo.

Agradeço às minhas sobrinhas, Adgeisy, Adhevely e Taliny por serem e trazer leveza aos meus dias. “tia, trouxe o que pra mim?” a resposta é sempre a mesma – “Eu”. Estou neste momento com um sorriso estampado nos lábios, são 22:21 de uma noite fria, só essa memória me faria rir agora. Eu sempre me levo até elas e volto trazendo muito mais do que levei, retorno com risos, abraços e cumplicidade, elas não hesitam em serem parceiras. Meus agradecimentos e desculpas ao meu sobrinho Gael, ele ainda não entende, mas deixo esse registro em formato de perdão por não acompanhar de tão perto o seu crescimento como eu gostaria, “tia Ci” estar buscando conquistar seus sonhos, gostaria de lhe dizer, que meu corpo precisa vim, mas meu coração sempre fica. Gratidão também aos meus cunhados, Jurandir e Adilson, por serem e estarem sempre presentes, não medindo esforços para me ajudar. Eu amo muito vocês família, eu não conseguiria traduzir nessas linhas, nem metade do meu amor por cada um de vocês.

Aos amigos e amigas queridos/as agradeço pela escuta sensível, ajuda e incentivo. No meu ir e vir tive a possibilidade de ter encontros, desencontros e reencontros, todos foram/são especiais, pois penso que o meu caminhar me revela quem sou e isso se torna possível pôr e a partir de laços que construir na partilha com aqueles/aquelas que se fizeram casa, fora do meu lar. Em especial agradeço a Daniel Pinto, Josenilda Moreira, Gleice Melo, Isabelle Cruz e Juciene Malaquias (Elas e ele, sempre reverberam a potência preta que sou/somos. Nós por nós, avante!).

Agradeço também a Patrícia Brandão, Marivanda Brito, Vagnaldo Matos, Rejane Santana, Anderson Barros, Thays Cardoso, Katiane Bezerra e Elis Guerra. (obrigada pelo carinho, acolhimento e escuta sensível). Também sou grata aos/às colegas da turma 09 do PLANTERR, especialmente a Maiane Azevêdo, Leandra Silva e Ádla Larissa. Agradeço também a Ricardo Assis, turma 11 do PLANTERR. Meus agradecimentos aos colegas do grupo de pesquisa Entrecolchetes em especial a Gleice Miranda e Joseane Costa.

Eu preciso agradecer muito a Maria Iraíldes Matias, profa. Irá, foi quem acreditou que era possível e me falou: “Você vai mandar o seu trabalho para concorrer ao mestrado”. Gratidão, você faz parte dessa história.

Meus agradecimentos a Davi Silva da Costa, Davizinho, como costume chamá-lo. Davi é mais do que um orientador, ele se tornou meu amigo e que sorte a minha/nossa. Davi é uma daquelas pessoas que enxerga o melhor nas/das pessoas, ele sempre acredita que eu posso ser e fazer coisas que eu talvez nem acreditasse ser possível, ele me inspira e me orgulha. Gratidão por caminhar junto a mim.

Eu vou me aproximando do final, leitores/as para dizer que não se trata do fim, mas do começo. Isso, mesmo! Faremos uma pausa nessa escrita/leitura, para construirmos tantas outras, farei uma pausa nos agradecimentos que estão registrados nessas linhas me comprometendo a fazê-los pessoalmente a cada um/uma que cito aqui. Logo, o que escrevo se corporifica e se larga ao olho no olho e abraços afetuosos. Convido a vocês, leitores/as a seguirem comigo, tenho muito a partilhar com vocês, estamos só começando, por isso, estendo-lhes a mão e oficializo: Vamos comigo?

Atenciosamente,
Geicilene Rodrigues dos Santos.

RESUMO

Esse estudo se vincula à linha de pesquisa, políticas públicas, planejamento territorial e participação social do Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial (PLANTERR), da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). O qual teve como objetivo geral “interpretar as temporalidades e territorialidades a partir das experiências de egressos/as das Escolas Famílias Agrícolas da REFAISA no Território do Sisal para compreender a práxis territorial. ” e, como objetivos específicos: Descrever as narrativas dos/as egressos/as das Escolas Famílias Agrícolas da REFAISA, no Território do Sisal com vistas a esquadrihar suas experiências promovidas nas/pelas EFAs; compreender através das experiências dos/as egressos/as das Escolas Famílias Agrícolas da REFAISA no território do sisal, como se constroem temporalidades e territorialidades a partir de seus processos formativos; e produzir uma sequência de Podcasts revelando as experiências dos/as egressos/as das Escolas Famílias Agrícolas da REFAISA no Território do Sisal. Com a intenção de alcançar os objetivos propostos, essa investigação se alinhou ao método fenomenológico, o qual se debruça a estudar a experiência humana e o modo como as coisas se apresentam para nós. Esse estudo está voltado aos egressos/as das três EFAs presentes no Território do Sisal e afiliadas à REFAISA – sendo estas: EFA–Valente, EFA–Monte Santo e EFA–Itiúba. Foram realizadas entrevistas compreensivas com nove egressos/as, das três EFAs e, para acessá-los e acessá-las, foi utilizada a técnica *snowball* (Bola de neve), através dela, uma rede de contatos foi criada da qual a pesquisadora conseguiu se conectar aos egressos/as das EFAs. Alicerçado nas narrativas dos/as egressos/as, nesse estudo foi discutido categorias explicativas como: Território, temporalidade, experiência e ator coletivo. É confirmado nos achados desse estudo que através da experiência o diálogo entre territórios, EFAs e práxis educativas são alcançados. O podcast nomeado por: EFAs, REFAISA Sisal, produto em formato de áudio, disponibilizado na plataforma spotfy, é também resultado dessa experiência científica e teve por intenção, promover a visibilidade dos/as egressos/as e contribuir com a divulgação das EFAs. O *Podcast*, assim como essa escrita, levanta a possibilidade de estímulo as EFAs e a REFAISA a pensar e ampliar as discussões sobre os territórios. Dentre as considerações se torna evidente que ao povoar politicamente os lugares-territórios, as EFAs têm a possibilidade de reverberar um saber-fazer-movimento que seja multiplicado e promova o fortalecimento dos povos do campo, da agricultura familiar, da agroecologia, das suas culturas, ancestralidades, temporalidades e territorialidades.

Palavras-chave: Experiência, Território, Práxis, Temporalidades, Escola Família Agrícola, *podcast*.

ABSTRACT

This study is linked to the line of research, public policies, territorial planning and social participation of the Postgraduate Program in Territorial Planning (PLANTERR), at the State University of Feira de Santana (UEFS). The general objective of which was to “interpret temporalities and territorialities based on the experiences of graduates of the REFAISA Agricultural Family Schools in the Sisal Territory to understand territorial praxis. ” and, as specific objectives: Describe the narratives of graduates of the REFAISA Agricultural Family Schools, in the Sisal Territory with a view to examining their experiences promoted in/by the EFAs; understand, through the experiences of graduates of the REFAISA Agricultural Family Schools in the sisal territory, how temporalities and territorialities are constructed based on their training processes; and produce a sequence of Podcasts revealing the experiences of graduates of REFAISA Agricultural Family Schools in the Sisal Territory. With the intention of achieving the proposed objectives, this investigation was aligned with the phenomenological method, which focuses on studying the human experience and the way things present themselves to us. This study is aimed at graduates of the three EFAs present in the Sisal Territory and affiliated to REFAISA – these being: EFA–Valente, EFA–Monte Santo and EFA–Itiúba. Comprehensive interviews were carried out with nine graduates from the three EFAs and, to access and access them, the snowball technique was used, through which a network of contacts was created from which the researcher was able to reach connect with EFA graduates. Based on the narratives of graduates, this study discussed explanatory categories such as: Territory, temporality, experience and collective actor. It is confirmed in the findings of this study that through experience, dialogue between territories, EFAs and educational praxis are achieved. The podcast named by: EFAs, REFAISA Sisal, a product in audio format, available on the spotify platform, is also the result of this scientific experience and was intended to promote the visibility of graduates and contribute to the dissemination of EFAs. The Podcast, like this writing, raises the possibility of encouraging EFAs and REFAISA to think and expand discussions about territories. Among the considerations, it becomes evident that by politically populating the places-territories, the EFAs have the possibility of reverberating a know-how-movement that is multiplied and promotes the strengthening of rural people, family farming, agroecology, their cultures , ancestries, temporalities and territorialities.

Key words: Experience, Territory, Praxis, Temporalities, Agricultural Family School, *podcast*.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de localização das Escolas Famílias Agrícolas, nos Municípios de Itiúba, Monte Santo e Valente no Território do Sisal, Bahia, 2022.....	26
Figura 2 – Sede da REFAISA no Município de Feira de Santana-BA	27
Figura 3 – Mapa mental: Sincronias e diacronias em Serpa (2021).....	38
Figura 4 – Conectados as EFAs: O contato com os egressos/as em bola de neve	41
Figura 5 – Trabalho de formiga mencionado no relato da caminhada	44
Figura 6 – As águas turvas que se conectam para o fenômeno emergir.....	46
Figura 7 – Redução eidética a partir da decupagem das transcrições	49
Figura 8 – Escurecendo as ideias: O encontrar das essências	50
Figura 9 – Raízes de Mangue no baixo sul da Bahia	52
Figura 10 – Envoltas pelas categorias explicativas, traçando o marco teórico-interpretativo..	53
Figura 11 – O diálogo entre pergunta clínica em Macedo e intencionalidades em Sokolowski	61
Figura 12 – Uma representação da relação reciprocidade-diálogo-autonomia-práxis-contra-hegemonia em Saquet.....	78
Figura 13 – <i>Práxis</i> -territorial-educativa	79
Figura 14 – As Temporalidades constroem e reconstroem os Territórios.....	96
Figura 15 – EFAS, REFAISA SISAL: Como os episódios do Podcast foram nomeados ...	110
Figura 16 – O dia da gravação do Podcast EFAS, REFAISA SISAL.....	111
Figura 17 – Identidade visual do Podcast EFAS, REFAISA SISAL	112
Figura 18 – Organização dos episódios do Podcast EFAS, REFAISA SISAL.....	114
Figura 19 – <i>Podcast</i> – EFAS, REFAISA SISAL <i>QR Code</i> de acesso.	116
Figura 20 – Episódio 1: Apresentação com <i>QR Code</i> de acesso.....	117
Figura 21 – Episódio 2: Territórios e Territorialidades com <i>QR Code</i> de acesso.....	117
Figura 22 – Episódio 3: Visão da formação e visão sobre a EFA com <i>QR Code</i> de acesso .	118
Figura 23 – Episódio 4: Temporalidades com <i>QR Code</i> de acesso.....	118
Figura 24 – Episódio 5: Saberes com <i>QR Code</i> de acesso	119
Figura 25 – Apresentação e convite: Formulário de Validação do <i>Podcast</i> – EFAS, REFAISA SISAL	121
Figura 26 – Respostas dos egressos/as sobre a utilização da sequência do <i>podcast</i> nas/pelas EFAs	125
Figura 27 – Sugestão dos egressos/as sobre novos temas a serem abordados no <i>podcast</i>	126

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Identificação dos egressos e das egressas das três EFAS do Território do Sisal, filiadas a REFAISA e participantes da pesquisa	34
Quadro 2 – Trabalho de formiguinha – Organização dos <i>Noemas</i> e <i>Noesis</i>	48

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CPT	Comissão Pastoral da Terra
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
EFAS	Escolas Famílias Agrícolas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFBA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
IF Baiano	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
PANCS	Plantas Alimentícias não Convencionais
PLANTERR	Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial
ProfFPT	Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica
PTE	Práxis Territorial Educativa
REFAISA	Rede das Escolas Famílias Agrícolas Integradas do Semiárido
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais do Estado da Bahia
TCLE	Termo de Compromisso livre e esclarecido
PJR	Pastoral da Juventude Rural

Sumário

1. TERRITÓRIOS, MOVIMENTOS E MUDANÇAS: QUESTÕES INICIAIS	13
1.1. EU NO MANGUE	14
1.2. DO MANGUE À PRINCESA DO SERTÃO	17
1.3. AQUI E ACOLÁ: ENTRE O MANGUE E A PRINCESA DO SERTÃO.....	20
1.4. ENTRE O MANGUE, A PRINCESA E O PLANTEIRO: REGRESSAR À UEFS.....	22
1.5. AINDA NO MANGUE, RUMO AO TERRITÓRIO DO SISAL	24
1.6. CINGINDO OS MEUS ACHADOS.....	31
2. O ANTES, O AGORA E O DEPOIS: OS CAMINHOS DA PESQUISA	36
2.1. TRABALHO DE FORMIGUINHA: A REDUÇÃO EIDÉTICA.....	44
2.2. RAÍZES DE MANGUE: AS CATEGORIAS EXPLICATIVAS	52
3. A CONSTRUÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS A PARTIR DE TERRITÓRIOS EDUCATIVOS...	57
3.1. A AÇÃO E SUA NATUREZA PEDAGÓGICA.....	66
4. A PRÁXIS COMO FORTALECIMENTO DAS RURALIDADES.....	75
4.1 A ANCESTRALIDADE COMO EXPRESSÃO DO LUGAR.....	82
5. A TEMPORALIDADE COMO POLISSEMIA DE RITMOS, TEMPOS E MOVIMENTOS ...	89
5.1. ENTRE ENTROPATIA E TEMPORALIDADES	100
6. EFAS, REFAISA SISAL EM <i>PODCAST</i>	104
6.1. REGRESSAR COMO MARÉ: REPENSAR O <i>PODCAST</i>	108
6.2. “EU FICO NA EXPECTATIVA DE VER O SEU MATERIAL PRONTO”: A VALIDAÇÃO DO <i>PODCAST</i>	120
7. O MOVIMENTO DO CINGIR: CONHECER, MULTIPLICAR, TERRITORIALIZAR	128
POSFÁCIO	133
REFERÊNCIAS	135
APÊNDICE I.....	141
APÊNDICE II	146
APÊNDICE III.....	149
APÊNDICE IV.....	168

1. TERRITÓRIOS, MOVIMENTOS E MUDANÇAS: QUESTÕES INICIAIS

“A sociedade em qualquer tempo e lugar precisa repensar a si mesma [...]”.

(Armando Corrêa da Silva, 1986).

Dou início a este escrito com uma epígrafe que faz alusão à Silva (1986). Essa decisão teórico-política parte da lógica de que as ideias aqui expostas versarão sobre movimentos que propõem mudanças e, sobretudo, por mover-se em tempos, espaços, territórios e lugares que precisam ser repensados. Se nós, incorporados a sociedade, não nos propusermos a refletir e propor outras formulações para o que já está posto/imposto, como seria possível realizar mudanças? Em retórica respondo: Não é possível! A conformação nos estagna.

Destaco de imediato que distante das especulações fomentadas por um discurso de ciência neutra, onde os pesquisadores e as pesquisadoras costumam ser invisibilizados/as no processo de escrita, situo os/as leitores/as que eu, Geicilene Rodrigues dos Santos, mulher preta, geógrafa, educadora, pesquisadora social, construí a escrita deste texto na primeira pessoa do singular. A proposta não é lhes causar nenhum estranhamento, o que proponho aqui não é algo novo, ao contrário, já é realizado e apresenta cientificidade¹.

Em se tratando desta pesquisa, alinho-me ao método fenomenológico e utilizo Sokolowski (2012) que define a fenomenologia como o estudo da experiência humana e dos modos como as coisas se apresentam, elas mesmas, para nós, por meio da experiência. Segundo Sokolowski (2012),

A fenomenologia insiste que a identidade e inteligibilidades são dadas. Nós podemos tornar evidentes como as coisas são; quando fazemos assim descobrimos objetos, mas também descobrimos a nós mesmos, principalmente como dativos de revelação, como aqueles para os quais as coisas aparecem. Não somente podemos pensar as coisas dadas para nós na experiência, mas podemos compreender também a nós mesmos enquanto as pensamos (Sokolowski, 2012, p. 12).

Corroboro com as ideias defendidas por Sokolowski e proponho olhar o fenômeno sem deixar de enxergar o meu eu, de revelá-lo trazendo a possibilidade de tornar visível, a mim também.

¹ Sobre essa questão, há uma interessante reflexão realizada em fevereiro de 2011 em *Eloquent Science*, o professor David M. Schultz apresentou várias opiniões sobre se os pontos de vista do autor faziam diferença. No entanto, parece não haver consenso. Alguns acreditavam que as antigas regras deviam continuar valendo para evitar a subjetividade, enquanto outros acreditavam que, se os fatos forem válidos, não importa qual ponto de vista é usado.

Sendo assim, convido vocês leitores/as a caminharem comigo em busca de desvelar o que este estudo propõe – “aquilo que se mostra, não somente aquilo que aparece ou parece” (Ales Bello, 2006, p.17). Desta forma, seguiremos rumo aos movimentos que me trouxeram até o objeto de pesquisa e o que eu vou construindo durante o processo.

1.1. EU NO MANGUE

A seção “Eu no mangue²” tem como proposta manifestar minhas vivências, experiências e relações como destaca Saquet (2015) no espaço-tempo-territórios de vida. Nascida e criada em Valença na Bahia, município litorâneo com aproximadamente noventa e oito mil habitantes³, localizado no território do baixo sul, a 146 quilômetros⁴ de Salvador, capital da Bahia. Eu, mulher preta, da cor da lama do mangue sou nativa deste lugar.

Filha de agricultores, meus pais desde muito cedo trabalharam na roça. Para ambos, a possibilidade de estudar não foi possível. Meu pai, Lídio José dos Santos, mesmo não concluindo os estudos, cursou até a antiga quarta série, atual quinto ano do ensino fundamental I, e hoje conseguirá realizar essa leitura fruto da escrita da sua filha caçula. Minha mãe, Santana Alvina Rodrigues, não conseguirá ler seu nome aqui, nem mesmo qualquer escrito meu, isto, por não saber ler, o que evidencia que as renúncias dela, foram ainda maiores. Trago tudo isso aqui, para explicar sobre as minhas origens – quem eu sou e de onde venho e para onde vou. Escrevo sobre a ausência da educação formal dos meus pais para escancarar as desigualdades sociais e para dizer sobre as possibilidades que eu tive e tenho, estimuladas e incentivadas por eles. Eu e os meus⁵ Sabemos sobre a importância da educação e da minha trajetória na ocupação dos lugares que me possibilitem seguir essa caminhada.

Estudante de escola pública, estudei o ensino fundamental I em uma escola um pouco distante do meu bairro. Fazia esse trajeto caminhando e gostava desse movimento realizado entre minha casa e a escola. Como uma boa observadora, eu já percebia e realizava várias formulações em meus pensamentos sobre essa paisagem vista e vivida. Essa escola possuía uma área ampla na sua entrada, logo depois, era possível encontrar uma recepção seguida pela

² De onde eu venho, no meu lugar, as pessoas cotidianamente usam a terminologia mangue para se referir ao manguezal. Considero a linguagem como elemento cultural, e por assim ser e entender, utilizarei a palavra mangue.

³ Dado do ano de 2021 de acordo com a Superintendência de estudos econômicos e sociais do estado da Bahia (SEI, 2021).

⁴ Dado disponível na biblioteca do IBGE, caderno de monografias municipais do Nordeste/Bahia. (2017).

⁵ Aqui não trato apenas dos/as consanguíneos/as, mas daqueles e daquelas que compartilham comigo, desta ancestralidade.

secretaria e sala dos professores, caminhando, surgia um corredor coberto por telhas que ali, se encontravam as salas de aulas – entre elas, uma cantina. À sua frente, uma área extensa com duas grandes árvores, palco das agitações promovidas no horário do recreio. Agora, reflito e percebo aquele modelo estrutural de uma de tantas escolas urbanas, fecho os olhos e me observo naquele espaço, como se eu tivesse o poder de me observar de longe. Identifico que nada na escola foi projetada para me acolher nem para promover acolhimento aos estudantes vindos da roça, nem mesmo a pluralidade das quais atendia. Ao realizar essa retrospectiva, e voltando meus olhares, estudos e pesquisas para EFAS, as diferenças estruturais, políticas e pedagógicas eram e são gritantes.

O que eu desejava naquele momento era estudar na escola do meu bairro. Lá foi onde minhas irmãs estudaram e a proximidade com a minha casa deixava esse meu desejo ainda mais potente e, hoje, ao trazer a tona essa memória, parafraseio Tuan (1983), quando o espaço geográfico se torna cada vez mais íntimo de nós, ele passa a ser lugar. O bairro da Bolívia que já fora mangue e muito do entorno ainda é o meu lugar.

Durante dezoito anos residi em Valença e no mesmo bairro. Meus pais nunca deixaram de fato a roça, construíram vivências lá e a gente sempre estava entre o campo e a cidade. Minhas lembranças afetivas neste lugar também são inúmeras. Ainda consigo sentir o cheiro de terra molhada enquanto rodopiava pelo terreiro⁶ durante uma manhã chuvosa. Das andanças pela roça brincando, subindo e descendo entre um pé de cacau e outro e os deliciosos banhos de rio.

Finalmente chegou o momento de eu estudar em uma escola do meu bairro. Cursei então todo o ensino fundamental II nesta instituição municipal a aproximadamente cinco minutos do meu lar. Escrevo sobre meu bairro com muito afeto, minhas vivências foram de pés no chão brincando livre nas ruas com outras crianças, participando de mutirões para montar os enfeites juninos, brincando de baleado na “outra rua” como nós chamávamos a rua vizinha, aquela que não era a nossa e sim do outro. Como parecia distante, mas é impressionante perceber minhas medidas escalares mudarem com a experiência.

De bicicleta, percorria meu bairro quase completamente. Eu lembro do exato momento que consegui me equilibrar em cima dela, sozinha. Depois disso, passei a pedalar e conhecer várias ruas. Eu adorava fazer o que denominei de “a trilha”, parecia ser tão grandiosa – um caminho estreito sem calçamento envolto de vegetação rasteira que ficava no centro de uma rua. Era incrível passar de bicicleta por lá e seguir para a melhor parte da trilha: a rua do

⁶ Minhas avós chamavam e minha mãe chama de terreiro, toda área em frente e ao redor da casa na roça.

mangue. Lá, eu sempre parava para observar o mangue, era tão lindo. Recordo-me de estar diante de uma área de mangue exposta, sua vegetação muito verde e tão próximas umas das outras que não era possível identificar o que tinha adiante. A lama, muito negra, que aparecia quando o rio que ali se mostrava, estava com a vazão baixa. Era possível ouvir os pássaros e os nicos⁷ que pulavam entre os galhos. Ficaria ali por horas, mas considerava minhas paradas rápidas, afinal, tinha um trajeto a percorrer de volta. Ia, mas sempre voltava. Entendo, que aquele recorte do mangue, do qual eu podia contemplar, que em outrora eu só atribuía beleza, encontrava-se diante dos meus olhos, encurralado, afugentado e engolido pelo crescimento urbano.

É chegado o ensino médio e com ele, minha aprovação no Centro de Educação Federal da Bahia (CEFET), atual Instituto Federal de Educação e Tecnologia da Bahia (IFBA), *Campus Valença*. Ingressei para cursar o ensino médio e técnico em aquicultura. O CEFET se torna IFBA no início da minha jornada neste lugar.

Eu caminhava de casa até o IFBA, em um bairro próximo ao meu. Distante de outras construções, o Instituto era rodeado por mangue. Inúmeras vezes fui chamada de marisqueira por estudar lá. Usavam esse termo de maneira pejorativa, para diminuir e agredir. A certeza é que, quem assim o fazia, não tinha dimensão que ser marisqueira é conhecer através das suas experiências a dinâmica do mangue, ter conhecimento sobre a maré, saber onde encontrar o marisco, fazer a mariscagem e retirar daquele lugar, o seu sustento. Segundo Serpa (2021), se os espaços de representação contêm os espaços percebidos e vividos dos diferentes grupos e classes sociais, é certo que eles contêm e expressam também lutas e os conflitos dos diferentes grupos e classes pelo domínio das estratégias de concepção desses espaços. (SERPA, 2021, p.87). Trago esse autor para fortalecer o quão grandioso é o movimento realizado pelas marisqueiras e como este é pautado na resistência. A belíssima tese, intitulada: *Saberes e práticas produtivas das Marias marisqueiras da comunidade de mangue seco: uma investigação sobre mariscagem em Valença (BA)*, desenvolvida pela pesquisadora Ana Lícia de Santana Stopilha, no ano de 2015, traz a voz sonante de Maria Articuladora (2014):

“[...] Sozinhas a gente nunca ia conseguir. Ninguém consegue nada sozinho, a gente até que falava mas não sabia falar, ou não escutavam a gente. Agora com todo esse pessoal junto com a gente tem que dar certo. Somos Marisqueiras e não desistimos nunca” (Maria Articuladora, entrevista concedida, 2014, p. 206).

⁷ No meu lugar, culturalmente chamávamos e chamamos um tipo de macaco de pequeno porte.

No meu ensino médio e técnico em aquicultura no IFBA, realizei experiências ímpares. Os dias no *Campus* foram cheios de desafios, superações e muitas aprendizagens. Passava mais horas do meu dia na escola do que na minha casa. O IFBA se tornou lugar e hoje nesta noite fria de inverno há quilômetros de distância de lá, escrevo nostálgica. Fazer emergir essas memórias dialoga com as ideias que Serpa (2021) propõe:

Uma Geografia dos espaços vividos deve ser capaz de resgatar a dialética entre o presente e o passado, entre o presente e o futuro, sendo a um só tempo retrospectiva e prospectiva. E com os “pés” fincados no presente. É essa, em outras palavras, uma dialética da diacronia e da sincronia, das sucessões e das coexistências [...] (Serpa, 2021, p.84)

No presente, rememoro o passado, registro sobre as minhas vivências, existência e coexistência. Trago à tona que ainda no IFBA, a ideia de cursar psicologia surge, mas a biologia também me encantava. O professor de biologia sem dúvidas era a imagem de profissional que me inspirava. Mas enfim, decido pela Geografia. As aulas de Geografia sempre foram fascinantes, e o meu gosto, pela observação e percepção, de mim, dos outros e tudo que me interessava ao meu redor, me levou a essa decisão. Minha certeza é que eu queria trabalhar com pessoas, o diálogo e as trocas com o outro me moveram e movem.

Na minha cidade não tinha (e nem tem ainda) o curso de Geografia. Minha irmã do meio (sou a caçula das três) me inscreveu no vestibular da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Me parecia tão distante essa possibilidade, mas, embarquei rumo a essa etapa, que *a posteriori* se configurou em aprovação. Sentia-me extremamente feliz pela aprovação, mas já me encontrava saudosa e reflexiva por deixar o meu lugar.

Na primavera de 2012, me despeço da minha família e saio do mangue que era naquele tempo⁸ o meu entorno de convivência, resistência e existência. Sigo a caminhos da Princesa do Sertão⁹.

1.2. DO MANGUE À PRINCESA DO SERTÃO

Cheguei em Feira de Santana na primavera de 2012, aos dezoito anos de idade, em um município pouco conhecido por mim, com uma extensão territorial e população muito maior do que a cidade que eu vinha. Um município novo, com uma dinâmica completamente diferente da vivenciada por mim até então. Lembro no início, um estranhamento - sair de uma

⁸ O tempo tem um fluxo contínuo, significa duração e movimento; é processual-relacional; (des)contínuo. O tempo presente, passado e futuro, indica um movimento histórico [...] (Saquet, 2019, p.16).

⁹ Mesmo que geograficamente está localizada em uma área do Agreste, Feira de Santana-BA, é culturalmente conhecida com princesa do Sertão.

cidade litorânea, rodeada por mangues, com muito mais umidade, onde a presença da chuva é rotineira -, e me deparar e perceber que a nova cidade apresenta uma aridez, que a chuva não é costumeira, que as pessoas usam guarda-sol e não guarda-chuva. Foi diferente perceber que o que eu usava para me proteger das constantes chuvas, lá pertinho do mangue, as pessoas usavam para proteger do sol na Princesa do Sertão.

Cheguei, com duas amigas, deixando a minha família a aproximadamente 188 quilômetros de distância. Ao chegar na Universidade Estadual de Feira de Santana me sinto perdida. Quão grandiosa tu és UEFS, como encontrarei a minha sala? Esses pensamentos me rondavam enquanto eu, caloura, circulava no *Campus* no primeiro dia de aula do curso de Geografia. Para além deles, a sensação de euforia tomava conta de mim, isto, porque me deparo com tantas novidades vistas e logo vividas. Assim também, as sensações de insegurança e medo se faziam presentes. Afinal, era eu ali, em busca do novo, me propondo a traçar itinerários completamente desconhecidos e desafiadores.

Desde o primeiro semestre eu me encantei pela Geografia. Essa fala não quer tornar o meu processo romântico e tranquilo, o que desejo é dizer: decidir pela Geografia foi uma das melhores decisões que eu fiz e seguir na licenciatura em Geografia foi assertivo, pois a educação é inerente a mim. Mas é importante revelar que vivi momentos de angústias, medos e incertezas, dias em claro e de muita agitação pelos corredores da UEFS.

Recém-chegada na universidade, relato agora sobre algo que não fazia sentido para mim. Ouvia nos corredores, muitos utilizarem o termo mangue de maneira pejorativa. Se referir a algo ou alguém que dentro de um crivo de qualidade não era bom - o mangue que para mim é diverso, imponente, um grande berçário natural, influenciador e gerador da biodiversidade marinha -, o que também alimenta e sustenta economicamente tantas famílias de pescadores e marisqueiras, o mangue onde eu tenho várias memórias afetivas, sendo naquele espaço, associado a algo ruim.

Confesso que nunca escrevi e falei sobre isso com aqueles que tanto falavam, hoje me pergunto o porquê do silenciamento. Não me julgo ao compreender sobre a minha imaturidade em não querer parecer estranha falando de algo que não tinha nenhum significado para a maioria das pessoas ao meu redor naquele momento. Afinal, não seria apenas eu, como bem descreve a banda musical Mangue Beach na sua letra de música – “com meu estilo mangueado?” É importante falar/registrar sobre isso, para que não se perca no gritar do meu silêncio pareando as minhas ideais há exatos dez anos.

Os anos no curso de Geografia me possibilitaram aprender sobre as categorias tão, mas não somente utilizadas por essa ciência, é interessante perceber que na graduação eu não

consegui assumir um posicionamento teórico e metodológico. Reflito e me observo naquele momento imersa nas categorias defendidas e/ou criticadas por diferentes correntes teóricas. E agora, ao me propor pensar a categoria território, percebo que enquanto graduanda eu não possuía uma aderência teórica. Isto porque naquele tempo, ao estar inserida em discussões que apresentavam para mim, o território a partir de ideias que divergiam e/ou convergiam de outras, que logo se apresentará. Eu não compreendia a importância de assumir uma posição e seguir o caminho que defendo e acredito. No presente a realidade é outra.

A categoria território não é simples, e o caminho para esse entendimento é labiríntico por conta da sua natureza complexa e polissêmica. Olhar o passado e deslocar as minhas ideias para o presente me possibilita compreender que, neste tempo, o meu pensar, discorrer e defender os territórios está alicerçado nas contribuições de Saquet (2015), quando ele relata: “Optamos por uma concepção de Geografia voltada para a cooperação e para o desenvolvimento dialógico e participativo valorizando a autonomia, a criatividade, a preservação da natureza, as identidades, o conhecimento popular” (Saquet, 2015, p.18). Há dez anos, quando eu entrara na Universidade, essa já era uma Geografia da qual eu me interessava, mas que ainda não conseguia estabelecer defesa.

Hoje, eu dialogo com Saquet que promove a reflexão que:

O território, portanto, como conceito e processo temporal e espacial, é elástico e contém relações sociais e sociais-naturais, sujeitos, contradições, poderes, disputas, mediadores e movimentos: somente se realiza quando está e é para outro, por meio das territorialidades e temporalidades – assim, há uma dialética do/no pensamento e do/no território (Saquet, 2008, p.15).

É mister compreender nas ideias de Saquet, (2015), que os territórios precisam ser pensados, compreendidos e explicados por e a partir das múltiplas relações estabelecidas, expostas e/ou impostas, por assim entender, que nesta formulação muitos elementos se atravessam.

Este autor, sabiamente diz que aos poucos a gente vai fazendo seleções, buscando informações e argumentações que são relevantes e adequadas à nossa opção teórico-metodológica e política para aprender e explicar nosso objeto de estudo. (Saquet, 2015). Assim, sigo me movimentando.

Ao mover-se entre o voltar, estar e seguir – passado, presente e futuro. Sem dúvidas, se eu pudesse dizer algo aquela jovem menina que aos 18 anos de idade saiu do seu lugar de conforto e se direciona em busca de viver novas experiências, eu diria: *não tenha medo de se expor, compartilhe o que você acredita, não se importe tanto com os julgamentos alheios, não deixe que o rigor acadêmico defina o que e como você deve ser e falar.*

1.3. AQUI E ACOLÁ: ENTRE O MANGUE E A PRINCESA DO SERTÃO

Desde a aprovação na UEFS, me mantive no ir e vir entre Valença e Feira de Santana – aqui e acolá. Em uma, *o aqui*, eu tinha e tenho a minha base e essência que é minha família e se trata do lugar onde se formula a minha existência; na outra, *o acolá*, eu tenho os aprendizados, o crescimento e o conhecimento pessoal, acadêmico e profissional que vim buscar e multiplicar.

Acredito em uma educação emancipadora e não me refiro a elementos financeiros porque em sua maioria o retorno não condiz com a realidade, mas abordo sobre uma educação em sua essência que traz a possibilidade do movimento da ação da compreensão de elementos que nos façam perceber e compreender enquanto cidadãos e passe a confrontar o sistema. É importante relatar que quando falo em confronto me refiro à luta por direitos que são nossos e que de maneira exacerbada são violados, cerceados. Que possamos conhecer para formular movimentos em prol de nós e dos nossos. Somente um ser que é capaz de sair de seu contexto, se distanciando, para se aproximar dele, capaz de admirá-lo, objetivando transformá-lo. Um ser, que é e está sendo em seu tempo, um ser histórico, somente este, é capaz de comprometer-se. (Freire, 2003).

Conclui o curso de Licenciatura em Geografia no ano de 2017. Ainda no final do primeiro semestre eu decidi que ao finalizar a licenciatura, seguiria no curso de Geografia na modalidade bacharelado. Ao me deparar com a tão sonhada formatura, dúvidas e questionamentos pairavam em meus pensamentos – o que fazer? Seguir para o bacharelado era uma decisão assertiva? Decidir viver aquela experiência e tirar minhas próprias lições, mesmo já sabendo que o que me estimulava e enchia meus olhos e proporcionava prazer, era e é estar na sala de aula. Nesse mesmo período que comecei a cursar disciplinas do bacharelado, recebi uma proposta de trabalho – assumi a função de professora de Geografia com remuneração e cargo de estágio. Não pensei duas vezes, queria e precisava vivenciar a sala de aula, já experienciada por mim, mas agora de outra maneira. Passei a me desdobrar entre ser educadora e ser estudante. Reconheci os privilégios que tive ao poder passar todo período de graduação estudando, sem precisar trabalhar para me manter economicamente e, assim, só foi possível por conta do apoio para além de emocional que a minha família podia me proporcionar, também economicamente. Sei que essa não é a realidade da maioria dos estudantes da universidade, sobretudo das mulheres, menos ainda das mulheres pretas.

Concluí duas disciplinas do bacharelado enquanto me extasiava com as experiências que vivi na escola. Mais uma vez eu saliento que não quero romantizar as demandas e compromissos do fazer docente. Mas, aqui eu explico a minha experiência e não a do outro e na minha realidade era exatamente ali que eu queria estar, obviamente que em condições mais estáveis. Entretanto, eu não consigo mensurar o quanto cresci enquanto pessoa e profissional nos anos que estive nesse espaço educacional.

Neste mesmo período, já no ano de 2018, prestei seleção para o curso de especialização em Meio Ambiente e Agroecologia do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano) - Campus Valença e fui aprovada. Sabia naquele momento que precisaria tomar novas decisões e reorganizar as rotas. Mantive-me na escola, optei por deixar o bacharelado e seguir com a especialização.

As idas e vindas entre o mangue e a princesa do Sertão ficaram cada vez mais frequentes quando ingressei no curso de especialização do IF Baiano. O *acolá* virou o *aqui*, de certa maneira. As aulas eram presenciais e quinzenalmente eu fazia esses caminhos.

Na especialização pude conhecer mais sobre a agroecologia e estar inserida em debates voltados às questões ambientais. Adorava! Aproveitava tudo que aquela experiência podia me proporcionar e já me percebia menos preocupada com os rigores da academia e externalizando mais as minhas ideias.

Foi no IF Baiano que surgiu o desejo de pesquisar sobre as escolas no/do campo, seus sujeitos e influências. Inicialmente cogitei a possibilidade de um estudo referente a uma das escolas no/do campo presentes no Baixo Sul. O caminho foi logo redirecionado quando percebi dificuldades de retornos aos diálogos e que tornasse a pesquisa real e possível. Surgiu então a oportunidade do estudo em uma escola no/do campo no Portal do Sertão, através de uma articuladora, tenho acesso à escola e a pesquisa é iniciada. Neste tempo, no ano de 2019 surge uma outra perspectiva de emprego, na rede privada de Feira de Santana, e eu embarquei nessa nova vivência. Desde quando cheguei, fui muito acolhida e, posso dizer: vivi e vivo experiências ímpares nesse espaço educacional, meus avanços pessoais e profissionais ganharam e ganham novos alcances, me construo e reconstruo constantemente.

A pesquisa, realizada no período da especialização, trouxe a possibilidade de eu começar a conhecer melhor sobre as Escolas Família Agrícola (EFAS). Eu já conhecia outras escolas no/do campo, mas naquele momento enquanto estudante de pós-graduação, meus posicionamentos eram outros. O meu interesse se voltava a investigar como a pedagogia da alternância contribui para o fortalecimento da difusão dos conhecimentos agroecológicos.

Com a imersão realizada na EFA, ao propor uma atividade dissertativa, para além de relatar sobre os conhecimentos agroecológicos, a importância do solo vivo, a diversidade de métodos e manejos, a retirada mínima do meio ambiente, o cultivar seu próprio alimento e a valorização do saber popular - os estudantes fazem emergir a partir das suas experiências, como o movimento da alternância entre o tempo escola e tempo comunidade beneficiam os camponeses e o campo -, relatam sobre uma aprendizagem que engloba a realidade, como as vivências na escola podem ser colocadas em prática na comunidade e vice-versa. Jovens estudantes revelando a importância da terra e assumindo uma identidade camponesa. Esses meus achados na EFA, revelam a mim, novas questões que passam a me inquietar.

Ao final da especialização no ano de 2020, a realidade era outra daquela que se iniciava. A defesa do meu trabalho de conclusão de curso aconteceu através de uma plataforma virtual, o mundo enfrentando a pandemia da Covid-19¹⁰, os medos e as angústias aflorados, me encontrava imersa nas incertezas. Minha pesquisa naquele momento precisou se adequar à realidade que se apresentava, para que pudesse ser finalizada. Mas confesso que o que mais me afligia diante de tantas demandas assumidas por mim naquele momento, era o medo de perder os meus (minha família e amigos).

Ao finalizar a especialização, incentivada por minha professora e orientadora, encaminho o meu projeto para seleção de mestrado. Eis, que o resultado foi à aprovação e eu sigo rumo ao Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial (PLANTERR), e regresso à UEFS e fico entre novas formas do *aqui* e do *acolá*.

1.4. ENTRE O MANGUE, A PRINCESA E O PLANTERR: REGRESSAR À UEFS

No período da graduação, ao conhecer o PLANTERR, já pairava nos meus pensamentos que ingressar neste mestrado era uma possibilidade. Anos após a minha conclusão no curso de Geografia, eu, agora egressa da UEFS, me proponho a regressar a essa instituição e dou início a essa jornada no ano de 2021.

O retorno foi diferente de tudo que poderia imaginar, eu estava no meu lugar, na minha cidade e bairro, rodeado por mangue, de onde eu tinha saído há nove anos para trilhar caminhos até a princesa do sertão e ao mesmo tempo eu estava experienciando as aulas do mestrado da UEFS, virtualmente e há quilômetros de distância do *Campus*. A sensação foi de conforto, mas na verdade as aulas virtuais são extremamente cansativas. Porém, para mim, o

¹⁰ De acordo com os dados do Ministério da Saúde em 04/11/2023, os números de casos acumulados no Brasil chegaram a:37.994.356 e de óbitos: 706.986. Disponível em: https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html Acessado em: 12/11/2023.

aqui e acolá se fundiam, eu estava no meu lugar, vivendo sonhos almeçados por mim em outrora.

Em julho do ano 2021, eu, que para além do mestrado estava trabalhando virtualmente, retorno a Feira de Santana para a volta às aulas presenciais. Estava mais uma vez, deixando os meus para viver sonhos, sonhados por mim e apoiados pelos que me amam. Não foi sofrido o regresso, afinal, também construí laços profissionais e afetivos na Princesa do Sertão.

Sigo no mestrado com a proposta de pensar sobre as Escolas Famílias Agrícolas, seus sujeitos e os entrelaçamentos vinculados aos territórios. Eu e meu orientador não achamos exequível continuar com o mesmo campo de pesquisa iniciado na especialização – EFA localizada no Portão do Sertão, por que de acordo com Demo (1988) quando a realidade não está aberta ao pesquisador, ali não se deve ficar.

Como já foi citada, essa pesquisa segue uma abordagem fenomenológica. Serpa que propõe uma discussão fenomenológica na Geografia relata que: [...] A fenomenologia é, sobretudo, uma filosofia que pode influenciar (fortemente inclusive) uma postura diante da vida, mas também diante da produção do conhecimento em Geografia. (Serpa, 2021, p. 23). Então, saliento que as formulações dos meus escritos que se entremeiam entre saberes experienciados e científicos é político e legítimo.

Serpa (2021) em seu livro, *Por uma Geografia dos Espaços Vividos: geografia e fenomenologia*, realiza uma reflexão sobre as categorias lugar e território. Sabiamente o autor relata como se convencionou na Geografia que lugar é o espaço vivido e território é espaço de poder, chama a atenção, que isto provoca generalizações e acaba por não revelar como esses conceitos se manifestam baseados na existência e como experiência.

Questiona-se se seria possível viver sem o exercício do poder ou sobre a possibilidade da existência do poder sem a experiência do poder. Parte-se aqui da premissa que o poder (ou sua ausência) é um fenômeno vivido e que o vivido também manifesta as relações de poder. Afinal, como esses conceitos se apresentam a nós como experiências geográficas? O território não é também vivido? E lugar não está também subordinado ao (exercício do) poder? (Serpa, 2021, p. 62).

Endosso que essas interrogações lançadas por Serpa (2021), também são minhas inquietações. Não é à toa que a seção basilar deste escrito – capítulo nomeado *Territórios, Movimentos e Mudanças* foi formulado ao compreender que não restringirmos a nossa escrita a limites e fronteiras que impossibilitem o nosso mover-se ao pensar/repensar o território. Saliento em imediato - os territórios e seus planejamentos não se fazem sem sujeitos -, não se constroem sem uma trama de ações e relações. Assim, seguimos Saquet (2008), que afirma que não existe território sem uma trama de relações sociais.

Sigo em reflexão e outras interrogações surgem: o planejamento territorial não pode ser realizado *por e a partir* das territorialidades? Saquet (2013) discute que os planos e as políticas de desenvolvimento territorial devem ter como ponto de partida, uma geografia da territorialidade.

Mas e quando é promovido uma reflexão sobre temporalidades, experiências, atores coletivos e territorialidades associadas às Escolas Famílias Agrícolas (EFAs)? Não é possível pensar o território sobre essas óticas? Ouso-me dizer que não só deve ser possível como é. Afinal, não é também na escola que as ações e relações sociais se concretizam?

Saquet (2013) relata o quão a noção de território torna-se ainda mais difícil, quando o/a pesquisador/a se interessa pelas representações e sentimentos de pertencimento territorial, o que incluiu laços afetivos e emocionais dos sujeitos. Aqui, nesta escrita, o meu interesse segue este caminho e por isso as decisões teórico-metodológico-política que foram e serão realizadas comungam com o meu fazer e pensar. Saquet (2013), mas uma vez ao abordar sobre o território diz:

O território é produto histórico e condição de processos sociais, com formas e territorialidades, interações entre sociedade e a natureza, tem um caráter político muito forte, em direção à constituição da sociedade local, articulada, mas com capacidade de autogestão, valorizando a natureza, a ajuda mútua, o pequeno comércio, a autonomia, o trabalho manual do agricultor, os saberes populares, a cooperação, os marginalizados [...] (Saquet, 2013, p.117).

É importante traçar esses pensamentos, que não são retilíneos, pois o próprio mundo da vida não é. Compreender o território *por e a partir* das ideias defendidas por Saquet, foi e é possível para mim ao regressar à UEFS, ao ingressar no PLANTERR e poder explicar o território e, para além de estabelecer essa explicação, conseguir me compreender, de acordo com Saquet (2019), isto é, enquanto ser natural, espiritual, social, espacial, temporal e territorial.

1.5. AINDA NO MANGUE, RUMO AO TERRITÓRIO DO SISAL

O ‘Ainda no mangue’ nada de confuso e contraditório há. Demarcar isso aqui é dizer que eu, que de lá venho/sou carrego, mesmo ao me movimentar e tomar outros rumos, laços de identidade e pertencimento com o meu lugar/território e enquanto pessoa, pesquisadora e as múltiplas versões de mim, exalam meus laços identitários – minha territorialidade.

Vocês, leitores/as, já conseguem perceber, imagino, que não temendo a novidade - essa faz parte da minha existência/resistência -, sigo rumo ao Território do Sisal¹¹. Eu, mulher preta, em busca de mais conhecimento, propondo a mim, mais uma vez, desvendar o desconhecido, a fim de fazer ciência – esse movimento é contra-hegônico.

Decido olhar o objeto a partir de um ângulo e realidade desconhecida – as escolas do campo do Território do Sisal filiadas à Rede das Escolas Famílias Agrícolas do Semiárido (REFAISA). Ao ser confrontada com esta decisão eu percebo, sobretudo, que, o que me move e dá a vida a essa investigação são os sujeitos outrora vinculados às EFAS, e que ao trilhar os caminhos do método fenomenológico compreendo que mesmo não possuindo uma relação íntima com o Território do Sisal e com o semiárido, assim como se estabelece comigo e com o Território do Baixo Sul¹² e o mangue, me movimentar na direção do desconhecido traz a possibilidade de desvelar o fenômeno sem impressões previamente enraizadas. Parafraçando Ales Bello (2006), o fenômeno se mostra depois que a gente busca sentido no que percebe. Sigo na busca constante das percepções.

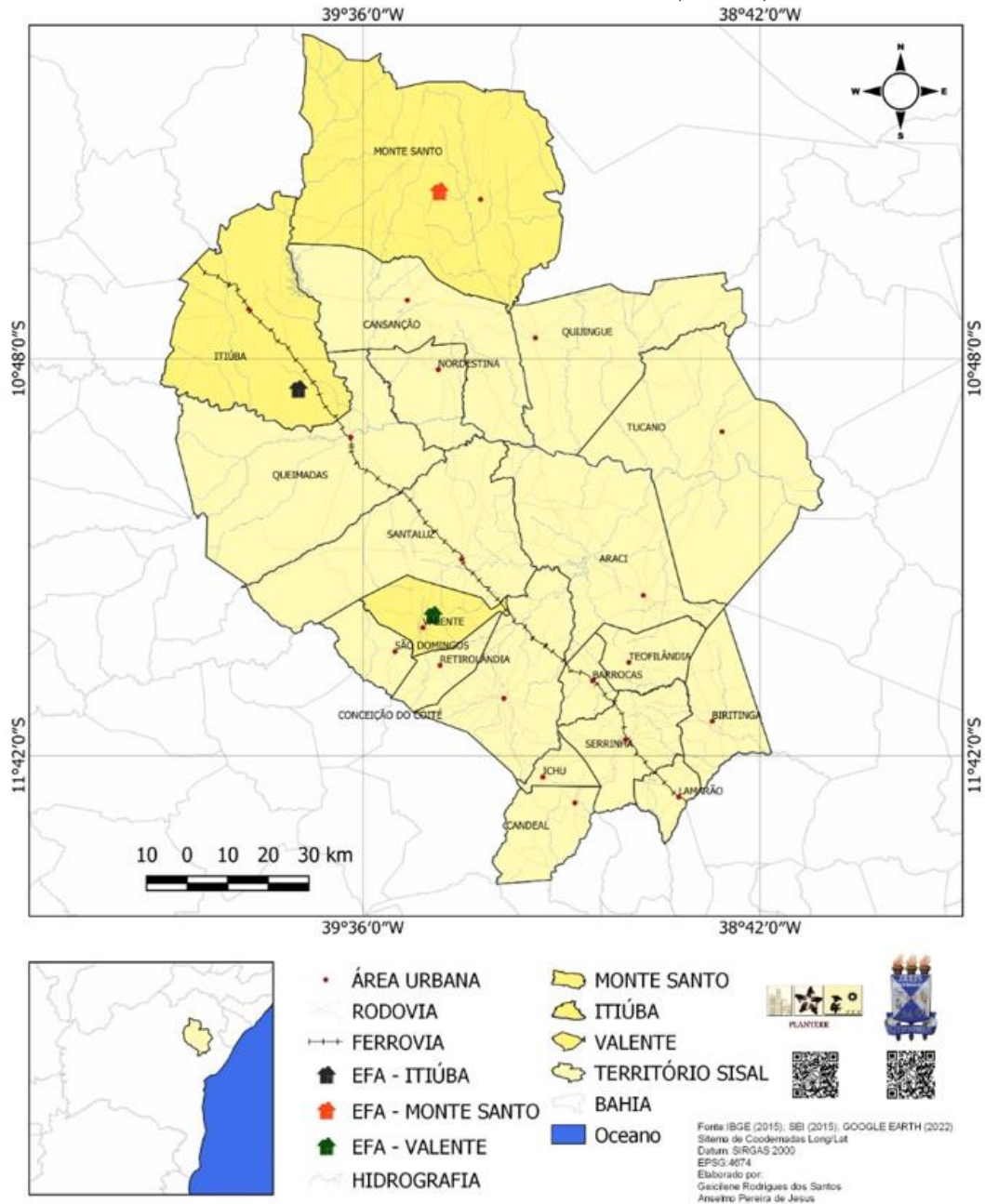
A aproximação do meu orientador com essas escolas e esse território fortaleceu a decisão da pesquisa se direcionar, rumo ao Território do Sisal. Pouco importa se neste território eu sou uma *outsider*, pois, baseada no método fenomenológico, compreendo que ao construir o caminho adequadamente, o objeto se mostra em verdade e sentido.

Ao observar as EFAS, dentre os territórios que a REFAISA atua, o Território do Sisal é o único onde encontraremos três EFAS filiadas. As Escolas Famílias Agrícolas no Território do Sisal, estão localizadas nos municípios de Itiúba, Monte Santo e Valente, representados no Mapa 1, a seguir.

¹¹ O Território do Sisal, implantado quando o partido dos trabalhadores assumiu o governo federal do Brasil. Adotado como unidade de planejamento a partir de 2007 no estado da Bahia, o território do sisal é uma unidade de planejamento estabelecido a partir do agrupamento de vinte municípios, inseridos no semiárido baiano e que tem alguma relação com a atividade sisaleira (Silva, 2010).

¹² O Território do Baixo Sul, composto por quinze municípios, possui em sua totalidade aproximadamente 388 mil habitantes no levantamento realizado no ano de 2021. Entre os anos de 2019 e 2020, a indústria e agropecuária são as atividades que mais movimentam a economia no território (SEI, 2021).

Figura 1 – Mapa de localização das Escolas Famílias Agrícolas, nos Municípios de Itiúba, Monte Santo e Valente no Território do Sisal, Bahia, 2022



Fonte: Elaboração, Geicilene Rodrigues e Anselmo de Jesus, 2022.

O Território do Sisal é caracterizado como um Território de Identidade composto por vinte municípios baianos – regionalização proposta pelo governo do Estado da Bahia com base em critérios socioeconômicos. Este território possui todos os municípios no semiárido baiano, teve sua ocupação inicial voltada às atividades de base pastoril. Seus

primeiros municípios criados foram: Monte Santo, Tucano e Serrinha. A cultura sisaleira¹³ teve início nas primeiras décadas do século XX, e hoje a região é destaque mundial na produção e beneficiamento do sisal¹⁴. Este último, que dá nome a este território e que transcende a questões puramente econômicas, é símbolo de cultura, identidade e pertencimento. A REFAISA (ver a fachada da Sede, na Imagem 1), entidade da sociedade civil que não possui fins lucrativos, é a representante legal das EFAs filiadas.

Figura 2 – Sede da REFAISA no Município de Feira de Santana-BA



Fonte: Acervo pessoal, 2022

Esta rede objetiva o fortalecimento e desenvolvimento dos/das jovens, das famílias e das comunidades do campo, através do trabalho e da educação crítica e libertadora, estabelecendo uma relação prática-teoria-prática que aponte possibilidades para o campo como um lugar de direitos e dignidade. Atualmente, a REFAISA conta com treze EFAs filiadas nos estados da Bahia (EFA – Rio Real; EFA – Inhambupe - Alagoinhas); EFA –

¹³ O sisal (*Agave sisalana*) é uma planta que se adaptou muito bem às condições de semiaridez e fornece uma fibra com a qual é possível fabricar fios, cordas, tapetes, carpetes etc. Essa possibilidade gerou uma indústria sisaleira, principalmente nos municípios de Valente, Conceição do Coité, Retirolândia e São Domingos, e uma intensa atividade rural onde a plantação de sisal é, na maioria dos municípios, a base da economia. (Silva, 2010, p.348).

¹⁴ Dados da Superintendência de estudos econômicos e sociais do estado da Bahia (SEI, 2021).

Ribeira do Pombal; EFA – Irará; EFA – Valente; EFA – Monte Santo; EFA – Itiúba; EFA – Correntina; EFA – Brotas de Macaúbas; EFA – Paratinga; EFA – Antônio Gonçalves EFA – Sobradinho) e Sergipe (EFA – Japoatã, Ladeirinhas)¹⁵.

As Escolas famílias agrícolas com a educação no/do campo, com e para o campo, surgem com a intenção de valorizar as ruralidades e territorialidades. Desde as *Maisons Familiales* surgidas no ano de 1935, na França (Nosella, 2014). Até a contemporaneidade, as Escolas Famílias Agrícolas nascem/renascem e se fortalecem com base nos movimentos sociais que lutam pelo direito e a dignidade dos povos do campo. Eu convido Caldart (2003), para conversar conosco porque sabiamente a mesma relata que:

“é preciso olhar para o movimento social do campo como um sujeito educativo, e aprender dos processos de formação humana que estão produzindo os novos trabalhadores e lutadores dos povos do campo, lições que nos ajudem a pensar outro tipo de escola para eles, com eles” (Caldart, 2003, p.71).

As EFAs surgem com a falta de atenção direcionada ao campo e a carência de investimentos que possibilitem a permanência e ascensão econômica da agricultura familiar camponesa. Esta última que possui sua origem vinculada a lutas e reivindicações por mudanças e busca para isso, “construir e reproduzir condições de vida mais dignas aos camponeses, uma condição camponesa — um modo de vida do campo”. (PAULO, 2009). Com isso, é importante fortalecer que a condição camponesa consiste na luta por autonomia, como uma forma de construção e reprodução de um meio de vida”. (PLOEG, 2009) Uma condição que produz a existência e resistência dos povos do campo. É pensando nessa movimentação nas/das EFAs, que eu corroboro com Caldart (2003) quando ela diz: “a escola não fará isso apenas com palavras, e sim com ações, com vivências, com relações humanas, temperadas por um processo permanente de reflexão sobre a prática do coletivo, de cada pessoa” (Caldart, 2003, p.71).

Por isso, promover uma reflexão sobre três escolas no/do campo em um território e ter como proposta interpretar as temporalidades, os territórios/ territorialidades associadas a estas, a partir das experiências dos/as egressos/as, me provocou e inquietou. Assim, quando eu entendo a partir da perspectiva de Saquet (2008), a relação espaço-tempo como movimento condicionante à formação do território e logo, de múltiplas temporalidades e territorialidades, através das processualidades históricas e relacionais. Essa investigação partiu da seguinte inquietação: Sendo as EFAs, coletivos educacionais, políticos, sociais e

¹⁵ Dados encontrados no website da Rede (REFAISA, 2021). Disponível em: <https://refaisa.org/> Acesso em: 04/11/23.

culturais organizados – quais as temporalidades e territorialidades construídas nas/pelas EFAs do Território do Sisal?

Assim, sigo movendo-me pelo que me interessa. Torna-se essencial reforçar que as discussões sobre as territorialidades e temporalidades norteiam-se em Saquet:

A territorialidade é um fenômeno social, que envolve indivíduos que faz parte de grupos interagidos entre si, mediados pelo território; mediações que mudam no tempo e no espaço. Ao mesmo tempo, a territorialidade não depende somente do sistema territorial local, mas também de relações intersubjetivas; existem redes locais de sujeitos que interligam o local com outros lugares do mundo e estão em relação com a natureza. O agir social é local, territorial e significa territorialidade. (Saquet, 2013, p. 115)

As ações sociais nos/dos lugares-territórios revelam as territorialidades, mas estas transcendem a estes em que se formulam, pois, elas emitem influências sobre os outros lugares/territórios ao mesmo tempo em que são influenciados por estes. Ao se referir às temporalidades, Saquet (2019) diz que estas significam ritmos lentos e rápidos, desigualdades econômicas, diferentes objetivações cotidianas e, ao mesmo tempo, distintas percepções dos processos e fenômenos, ou seja, leituras que fazemos dos ritmos da natureza, do pensamento e da sociedade (Saquet, 2019, p.16). Essas ideias evidenciam os entrelaçamentos existentes entre territorialidades e temporalidades e essa inter-relação está por relevar que a narrativa iniciada na seção “eu no mangue” exprime e torna aparentes as minhas temporalidades e territorialidades.

Dessa forma, não faz sentido nesta pesquisa: “[...] entender o território apenas como produto de centralidades e autoridades, realmente, é uma forma reducionista”. Evidenciar que *o que é meu não é teu e o que é teu não é meu* é muito pouco diante da complexidade da construção do território (Saquet, 2013, p.24). Mas sim, acredito apoiada neste autor que:

É preciso superar as concepções simplistas que compreendem os territórios sem sujeitos sociais ou esses sujeitos sem território e aprender a complexidade e a unidade do mundo da vida, de maneira (i)material, isto é, as interações *no e com o* lugar, objetiva e subjetivamente, sinalizando para a potencialização de processos de desenvolvimento (Saquet, 2013, p.24).

Concordo com Saquet (2013), por isso considero basilar relatar sobre as minhas concepções, trajetórias, escolhas e significados. E, ainda, amparada no método fenomenológico, é importante que vocês, leitores/as entendam que “uma das etapas do método fenomenológico é sobre o sujeito que se faz uma reflexão. Refletimos dizendo quem somos nós” (Ales Bello, 2006, p.27). Acrescento dizendo – de onde vim, onde estou e quais os rumos ao fazer ciência, estou a trilhar.

Assim, justifico a vocês, leitores/as, que pesquisar sobre os territórios/territorialidades, temporalidades, atores coletivos e experiência a partir de processos educativos e, sobretudo com os olhares voltados Escolas Famílias Agrícolas do território do Sisal, trata-se de um movimento contra-hegemônico. Estas Instituições possuem projeto político e pedagógico que se diferem da educação hegemônica, esta última percebida potencialmente descontextualizada dos/as educandos/as, das famílias e comunidades. É preciso construir um projeto de educação autônoma e essa importância, está reforçada na voz do egresso que colaborou com a minha pesquisa, o José Juá¹⁶ (2022), que disse que “*é eu sozinho, contra muitos que não são dos nossos*”. (Egresso José Juá, entrevista concedida, 2022). O movimento educacional no/do campo luta por (re)existência.

Portanto, é pertinente dizer que as instituições em seu contexto físico somente, não são essenciais para essa discussão, não quero com isto subjugar sua importância. Entretanto entendo que as EFAs não se constroem sozinhas, o lugar escola é construído por e a partir das relações entre os sujeitos que a compõe – equipes de gestoras, associações mantenedoras, professores/as, monitores/as, parceiros, estudantes e egresso/as (Costa, Freitas, Marinho, 2019). Estes últimos despertam o meu interesse. É prioritário aqui, se debruçar sobre o verdadeiro, ou seja, “tudo aquilo que se manifesta a nós” (Ales Bello, 2006). E para tal, se faz necessário pensar os territórios/territorialidades, as temporalidades e as ações coletivas, por e a partir das experiências dos egressos/as, e isto é importante, pois quando se pensa os territórios e o lugar-escola os atores enquanto sentimentos, ideias e existência não podem ser separados deste processo.

É sabido que as pessoas em diferentes tempos e espaços vão estabelecer as suas experiências. É importante destacar que levando em consideração os pressupostos do método fenomenológico, e ao entender que as vozes e olhares dos egressos/as são plurais, me alicerço nas ideias de Sokolowski (2012) que – ao adentrar na atitude fenomenológica, deixamos nossas crenças de lado, pondo o mundo e todas as suas coisas entre colchetes e ao propor este caminho, não me debruço à mera aparência do fenômeno, nem dou destaque a impressões subjetivas. O foco é preservar a realidade. Essa escrita não versa por “engessar” as minhas percepções e análises, mas sim, deixar que elas por si, e conduzidas por mim/nós, sejam desveladas. Por esse motivo, nessa investigação não foi levantada nenhuma hipótese.

¹⁶ Na seção 1.6, farei uma apresentação detalhada dos/as egressos/as que colaboraram com a minha pesquisa.

Sendo assim, os meus escritos são importantes para que a comunidade escolar e acadêmica, possam ter conhecimento do ser e fazer das EFAs. Para os egressos/as que dão vida a esse estudo, desejo que a contribuição deles/as, no diálogo estabelecido comigo, tenha lhes provocado a refletir sobre os seus territórios, sobre a EFA, a importância da sua experiência nesse lugar e suas identidades/territorialidades. Todo movimento realizado por mim, de mãos dadas com o meu orientador, que me apoiou e me encorajou – e mais uma vez, não hesito de fazer aparecer meus sentimentos aqui, escrevo isso enquanto, às duas e trinta e três da manhã as lágrimas rolam no meu rosto, o horário é o reflexo da vida de uma jovem mulher preta, estudante e classe trabalhadora, e as lágrimas é sobre como a sensibilidade e solidariedade de Davi Silva da Costa, me emociona. Digo sem pestanejar o quanto todas essas experiências vêm me possibilitando crescer, pessoal, profissional e academicamente. Com tudo, proponho que tudo que está aparente aqui, transcenda as barreiras físicas, que não se limite a fronteiras e que possa chegar até diversas pessoas. Almejo reverberar a importância da educação para/com os sujeitos do campo e como a partir desta, essas pessoas tenham a possibilidade de transformar suas relações com a terra, com os territórios e fortalecer a produção e reprodução da sua existência.

Reitero que a escrita teórica, conceitual, crítica e reflexiva é uma proposta contra-hegemônica, logo, ela é necessária, pois existe a necessidade de que esta pauta não se perca na oralidade, preciso registrá-la e assim sendo, esta terá outros alcances, possibilitando que diferentes sujeitos tenham acesso a estas narrativas.

1.6. CINGINDO OS MEUS ACHADOS

Cingir os meus achados se aproxima das minhas memórias e, portanto, das minhas experiências. São os acontecimentos vividos que formam a experiência. A experiência não é algo que sucede, é algo que *implica*. Portanto, nos afeta, nos toca, nos mobiliza, e nos impõe, nos compromete. A experiência nunca nos deixa indiferentes. (Macedo, 2015, p.26). Por isso a minha escrita não é indiferente, faço e farei emergir as minhas experiências que se entrelaçam com tantas outras, porque só assim, foi possível construir tudo até aqui.

A ideia do cingir surge na minha infância ao ver/ouvir minha mãe usando linha e agulha com uma peça de roupa em mãos, que ali tivera sua parte rompida, e dizer: Vai precisar cingir. É necessário ao cingir, unir várias linhas que se conectam por um lado, mas

que se desprendem do outro, criando ali um vazio. Cingir é buscar as conexões dentro de um sentido que não é simplório, mas que tem seu objetivo – unir, deixar envolto aquilo que se deseja.

Pensando assim, que essa escrita se inicia fazendo a conexão dessa investigação com a submissão e aprovação da pretensão de pesquisa no Comitê de ética e pesquisa da Universidade Estadual da Bahia (CEP/UNEB).

Ao estabelecer a ética como pilar, me alinho com a resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a aprovação de diretrizes regulamentadoras envolvendo seres humanos (Brasil, 2012). Assim sendo, considero necessário ao realizar pesquisa com seres humanos, alinhar esse estudo, com os critérios éticos.

É basilar destacar que em se tratando desta investigação, os seus desdobramentos estão voltados para área de ciências humanas, assim sendo, me alinho também com a resolução 510/2016 que em seu capítulo I, relacionado os termos e definições, conceitua pesquisa em ciências humanas e sociais como: aquelas que se voltam para o conhecimento, compreensão das condições, existência, vivência e saberes das pessoas e dos grupos, em suas relações sociais, institucionais, seus valores culturais, suas ordenações históricas e políticas e suas formas de subjetividade e comunicação, de forma direta ou indireta, incluindo as modalidades de pesquisa que envolva intervenção (Brasil, 2016).

Esta última resolução trata ainda, em seu capítulo II, especificamente em no artigo 3º os princípios éticos das pesquisas em ciências humanas e sociais, dentre estes, em síntese destacamos: reconhecimento da liberdade e autonomia de todos os envolvidos; defesa dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; respeito aos valores culturais, sociais, morais e religiosos; recusa de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de indivíduos e grupos vulneráveis e discriminados (Brasil, 2016).

Concordo com estas ideias por acreditar que a pesquisa científica deve trazer retornos à sociedade e as pessoas envolvidas, lhes assegurando sobretudo, transparência, honestidade, segurança e dignidade.

Seguindo a eticidade, submeti a proposta de pesquisa à apreciação do CEP/UNEB. O processo de submissão iniciado em 05 de maio do ano de 2022 gerou um Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE), número: 9020822.6.0000.0057. Após o projeto ser apreciado pelo CEP/UNEB, foi exposto em parecer consubstanciado de número: 5.551.487, que em se tratando da pesquisa submetida, ela se caracterizou como exequível e

apresentou riscos mínimos aos participantes, segue os princípios da beneficência, justiça, autonomia e não maleficência. Assim, a aprovação aconteceu em 29 de julho do mesmo ano.

Na busca por continuar cingindo é necessário nesse momento, conectar vocês, leitores/as aos objetivos que me trouxeram até aqui. Sendo o geral: Interpretar as temporalidades e territorialidades a partir das experiências formativas de egressos/as das Escolas Famílias Agrícolas da REFAISA no Território do Sisal para compreender a práxis territorial. Os específicos: Descrever as narrativas dos/as egressos/as das Escolas Famílias Agrícolas da REFAISA, no Território do Sisal com vistas a esquadrihar suas experiências promovidas nas/pelas EFAs; compreender através das experiências dos/as egressos/as das Escolas Famílias Agrícolas da REFAISA no território do sisal, como se constroem temporalidades e territorialidades a partir de seus processos formativos; e produzir uma sequência de Podcasts revelando as experiências dos/as egressos/as das Escolas Famílias Agrícolas da REFAISA no Território do Sisal.

As linhas que ligam as minhas experiências ao comitê de ética, assim como, vocês aos objetivos que eu proponho nos meus escritos, faz total sentido para que a gente se mantenha cingindo. Para que, a minha escrita, assim como, a sua leitura, façam sentido. Percebam que eu coloco o cingir de modo suspenso, com a intenção de que eu e vocês nos conectemos com as mesmas linhas, não estou cingindo sozinha, fazemos isso juntos/as.

Me conecto a vocês, leitores/as, e é necessário que vocês se liguem aos/as egressos e egressas – estes últimos, que mais do que linhas, são o próprio tecido que dá liga ao que, aqui escrevo. Saliento de imediato que seguindo os preceitos éticos, utilizei codinomes para me reportar aos egressos/as, preciso me posicionar que este não se trata de um desejo meu, mas acato as orientações do comitê de ética que orienta que mesmo os egressos/as autorizando a participação na pesquisa com assinatura no termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), eu, enquanto pesquisadora, preciso resguardar as identidades dessas pessoas. Sendo assim, levei em conta a identidade que as EFAs têm com a caatinga e com o semiárido, os codinomes dos egressos/as levam em consideração essa relação.

O Quadro 1 a seguir, dispõe como eu identifiquei cada egresso/a, suas idades, ano de conclusão e a EFA vincula. As identificações aparecem por ordem de entrevistas, desde a primeira egressa da EFA-Monte Santo até o último egresso da EFA-Valente.

Quadro 1 – Identificação dos egressos e das egressas das três EFAS do Território do Sisal, filiadas a REFAISA e participantes da pesquisa

IDENTIFICAÇÃO	IDADE	ANO DE CONCLUSÃO	EFAS FILIADAS
Amélia Seriguela	22 ANOS	2021	ITIÚBA
Damiana Caju	18 ANOS	2021	ITIÚBA
Isabel Cajá	37 ANOS	2000	VALENTE
Humberto Umbu	40 ANOS	1999	VALENTE
Joana Licuri	31 ANOS	2015	MONTE SANTO
João Pitomba	30 ANOS	2007	VALENTE
José Juá	26 ANOS	2019	MONTE SANTO
Maria Maracujá do Mato	29 ANOS	2015	MONTE SANTO
Roque Mangaba	20 ANOS	2021	ITIÚBA

Fonte: Elaboração própria, 2023

Eu entrevistei, nove egressos/as, sendo cinco mulheres e quatro homens de idades variadas, o que torna o cenário investigativo ainda mais interessante, porque pude me conectar com um egresso que tinha mais de vinte anos que concluiu seu processo formativo na EFA, assim como egressos/as que tinham apenas um ano de conclusão. Mesmo com temporalidades tão distintas, suas vozes se ligavam/ligam.

Assim, explico também, a vocês, leitores/as, que organizei essa dissertação em sete capítulos, incluindo este primeiro do qual, vocês, já têm conhecimento que é onde eu me apresento e, vocês passam a entender o contexto dessa investigação, seus objetivos e intenções. No segundo capítulo é o momento do qual, vocês, leitores/as, podem encontrar como me conectei aos egressos/as, o que é, e como funcionou a redução eidética, e qual o marco teórico-interpretativo dessa investigação. É no segundo capítulo que eu explico a vocês, como a minha caminhada aliada ao método fenomenológico me possibilita apresentar-lhes os mergulhos realizados por mim para desvelar o fenômeno dessa pesquisa. No terceiro capítulo é quando eu começo a apresentar para vocês, leitores/as, como iniciei a costura dos

meus achados entre as categorias experiência e territórios educativos, apresentadas por autores/as que dialogam comigo, unidos as narrativas dos egressos/as apresentadas a mim e partilhada com vocês. No quarto capítulo eu detalho sobre a práxis associada ao fortalecimento das ruralidades e abordo sobre essas categorias mantendo a roda de diálogos entre aqueles/as que discute-as teoricamente e os que vivenciam – egressos/as e, ainda puxo para essa roda, a categoria lugar. O capítulo quinto é quando eu abordo sobre a natureza polissêmica da categoria temporalidade e proponho um bailar entre tempos, ritmos e movimentos e trago a categoria entropatia para dançar conosco. Vocês, leitores/as já conseguem perceber que eu não faço isso sozinha, eu estarei sempre a passear por estas linhas com aqueles e aquelas que contribuem com a minha pesquisa.

No sexto capítulo foi chegado o momento de explica-lhes sobre o que é e como foram produzidos os episódios do podcast. Explico teoricamente sobre do que se trata esse produto e também relato a vocês, leitores/as, sobre a minha experiência em produzi-lo e abordo sobre o processo de validação do podcast. O sétimo e último capítulo eu proponho cingir os escritos finais a partir de tudo que foi construído, mas lembrem-se leitores/as, que para todo fim pode haver também um começo/recomeço. O meu movimento do cingir se entrelaça entre o conhecer, multiplicar e territorializar, eu apresento e passo adiante.

Convido vocês, leitores/as a alinhavar o que deixei aparente até aqui, para que possamos costurar juntos, nos próximos capítulos.

2. O ANTES, O AGORA E O DEPOIS: OS CAMINHOS DA PESQUISA

“É a mesma coisa que você tá fazendo agora: Você tá ouvindo outras experiências pra lhe separar do seu antes”.

(Egressa, Joana Licuri, entrevista concedida em 2022)

Este capítulo tem por objetivo discorrer sobre os caminhos que foram percorridos, os quais me levaram a tudo o que foi construído neste processo de minha formação e de pesquisa. De início, é preciso destacar que não foi um caminho do qual eu já conhecia, ao contrário, foi novo para mim. A novidade costuma nos assustar, mas até aqui, diante dos meus escritos, vocês leitores/as já conseguem perceber que eu não abandono nenhum desafio. Caminho no sentido de superá-los. A decisão em trazer a voz da egressa Joana Licuri, como chamada para essa nossa reflexão em epígrafe, faz total sentido para mim. Compartilho com vocês que no instante que ouvi em entrevista, essa frase que falava sobre ela mesma, mas que se conectava a mim, me tocou. Era ali, naquele exato momento em que as experiências completamente diferentes iam se entrelaçando e escancarando que é possível essa conexão.

Saquet (2019) traduz o meu sentimento e posicionamento quando diz que “sem o envolvimento direto com os sujeitos e os territórios, nossa produção intelectual perde significativamente o sentido político, científico e social” (Saquet, 2019, p. 9). Corroboro com o autor, porque ao pensar na construção de quem eu sou e no saber e fazer político e social dessa investigação científica os sentidos se conectam a uma realidade objetivada. Percebo a minha reconstrução ao ouvir os/as egressos/as. Considero este o primeiro movimento rumo ao fenômeno. O meu antes (passado), que se conectava apenas à teoria, se reconfigurou ao contactar os/as egressos/as e realizar as entrevistas compreensivas.

De acordo com Kaufmann (2013) às entrevistas compreensivas buscam romper com uma hierarquia entre os indivíduos e possibilitam trocas em tom de conversa. Um envolvimento entre pesquisador/a e informante sem perder de vista os rumos da entrevista. Compreendi o que Kaufmann dizia quando passei por essa experiência. Vivenciando, eu pude entender que é preciso querer e saber ouvir e que a escuta não é simples porque é necessário se despir das impressões e não estar carregada daquilo que se quer que o outro diga, mas sim, estar disposta a alcançar a interpretação daquilo dito em simplicidade e verdade.

“Para atingir as informações essenciais, o pesquisador deve se aproximar, de fato, do estilo da conversa sem se deixar levar, por uma verdadeira conversa: a entrevista é um trabalho, exigindo um esforço constante”. (Kaufmann, 2013, p. 79-80).

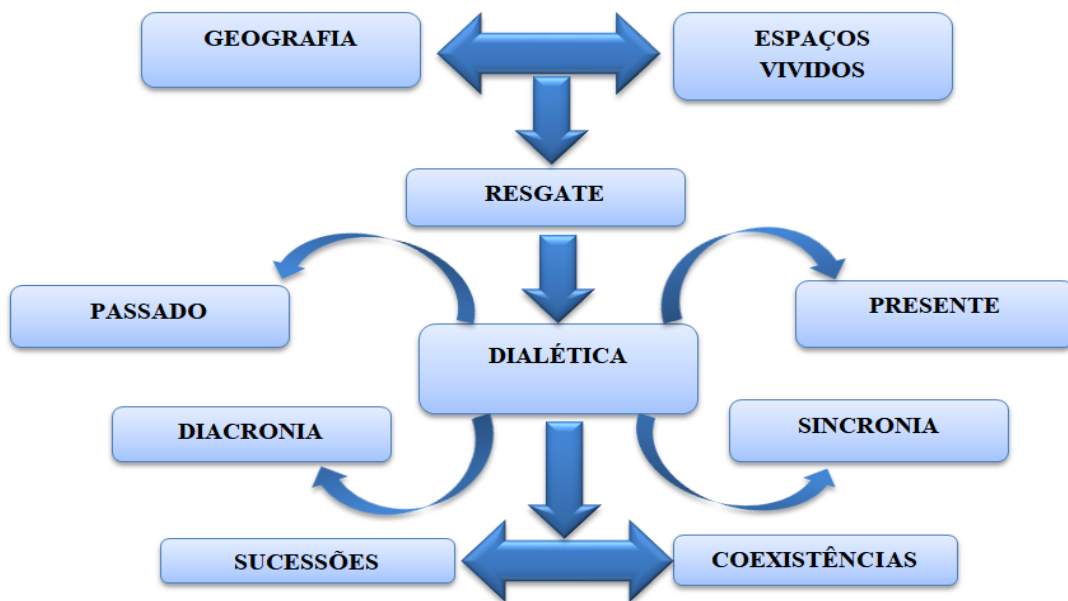
Compreendo o que Kaufman (2013), diz, ao vivenciar as entrevistas compreensivas e perceber o quão desafiadoras foram para mim. Me refiro aos desafios porque embarcar em algo desconhecido requer dedicação e sim, eu me dediquei a realizar esse movimento, mas o desconhecimento me desafiou ao me causar insegura. Mas, eu aprendi com a minha experiência que quando eu me disponibilizo e consigo atribuir sentido ao que me propus a fazer, o que me desafia passa a me mobilizar. É por isso que Ales Bello (2006), relata que todas as coisas que se mostram a nós, tratamos como fenômenos, isto é, o que conseguimos compreender o sentido se mostra no exercício de busca. A autora reflete ainda que, “entretanto o fato de se mostrarem não nos interessa tanto, mas, sim, compreender o que são, isto é, o seu sentido”. (Ales Bello, 2006, p. 19). Compreendo que o que parece estar evidente na aparência, pode não estar na sua essência, por isso a necessidade de uma densidade de informações ao contactar os/as egressos/as, digo isto, não no sentido de quantidade, mas sim, de qualidade, porque nas entrevistas compreensivas quando eu estava inteiramente disponível e com a escuta atenta, tudo aquilo que é dito e até mesmo o que não é, se torna importante para mim. Ao ouvi-los em média uma hora e meia por entrevista, todas aquelas vozes, cada uma à sua maneira revelava a mim, o sentido dessa investigação.

Cada uma das nove entrevistas realizadas virtualmente via *Google Meet*¹⁷, com três egressos/as de cada Escola Família Agrícola filiada à REFAISA no Território do Sisal, possibilitaram diferentes atravessamentos e, eu, enquanto mulher preta e pesquisadora me conecto com a caatinga e construo uma experiência inesperada. Pude ouvir isso da egressa Joana Licuri, quando me disse: “Depois dessa conversa você não será a mesma, nem que seja uma coisa que não foi tão importante, mas você vai sair com algo que eu disse né? Espero que seja positivo”. (Joana Licuri, entrevista concedida em 2022).

Me separo neste momento do meu antes (passado), construir o eu, agora (presente). Retomo as sincronias e diacronias das quais Serpa (2021) reflete e na Figura 2, a seguir, eu trago as concepções que são potencializadoras para compreensão das sincronias e diacronias:

¹⁷ “*Google Meet* é um serviço de chamadas por vídeo oferecido pela empresa *Google*” (Carriconde, Kanashiro, 2022).

Figura 3 – Mapa mental: Sincronias e diacronias em Serpa (2021)



Fonte: Elaboração própria, 2023

Coaduno para fortalecer que existo porque experimento e evoluo no passar do tempo. Iniciei intencionalmente falando do agora, porque à medida que essa escrita vai sendo projetada, o agora (presente), se torna o antes (passado) e a prospecção do findar desse escrito virá no depois (futuro). Assim, ao escrever, eu me movimento, e me encontro ao bailar, entre o antes e o agora. Ambos me conduzem até o depois. Não quero parecer confusa, tudo que aparece aqui tem um intenção, a de agora é fazer entender que as temporalidades não são lineares, são labirínticas, são movimentos, mas se conectam.

Antes de conhecer os/as egressos/as e iniciar as entrevistas compreensivas foi necessário realizar esse movimento de estabelecer parcerias e me articular em redes. A Rede das Escolas Famílias Agrícolas Integradas ao Semiárido (REFAISA) foi a minha articuladora, e, através das conexões estabelecidas com as EFAS do Território do Sisal, não foi difícil encontrar os/as egressos/as que contribuíram com esse estudo. A conexão com a REFAISA, foi realizada através do meu contato com o então presidente da Rede, no ano de 2022, o contato com as três EFAS do Sisal, aconteceu neste mesmo ano com os/as representantes da direção escolar e professores/as. Percebi que contactar a REFAISA e as EFAS, e tê-las como parceiras da minha pesquisa, me traz segurança enquanto pesquisadora e eu pude através dessa parceria possibilitar segurança aos egressos/as também.

O diálogo com os/as egressos/as que caminharam juntos a mim/nós nesse processo investigativo foi essencial. Para estabelecer esses contatos foi utilizada a técnica do *snowball* – tradução denominada no Brasil como bola de neve e a partir de agora utilizarei esta última terminologia. O tipo de amostragem em bola de neve utiliza cadeias de referência, ou seja, a partir dessa amostragem não é possível determinar a seleção de cada participante na pesquisa, ela se torna útil para estudar determinados grupos difíceis de serem acessados. (VINUTO, 2014). Na técnica da bola de neve podem ser utilizados critérios de indicação como gênero, idade, raça-etnia, mas não prescindir desses critérios. A escolha da técnica foi necessária nesse estudo, pois eu, não conhecia os egressos/as entrevistados por isso, criar uma rede de contatos foi fundamental.

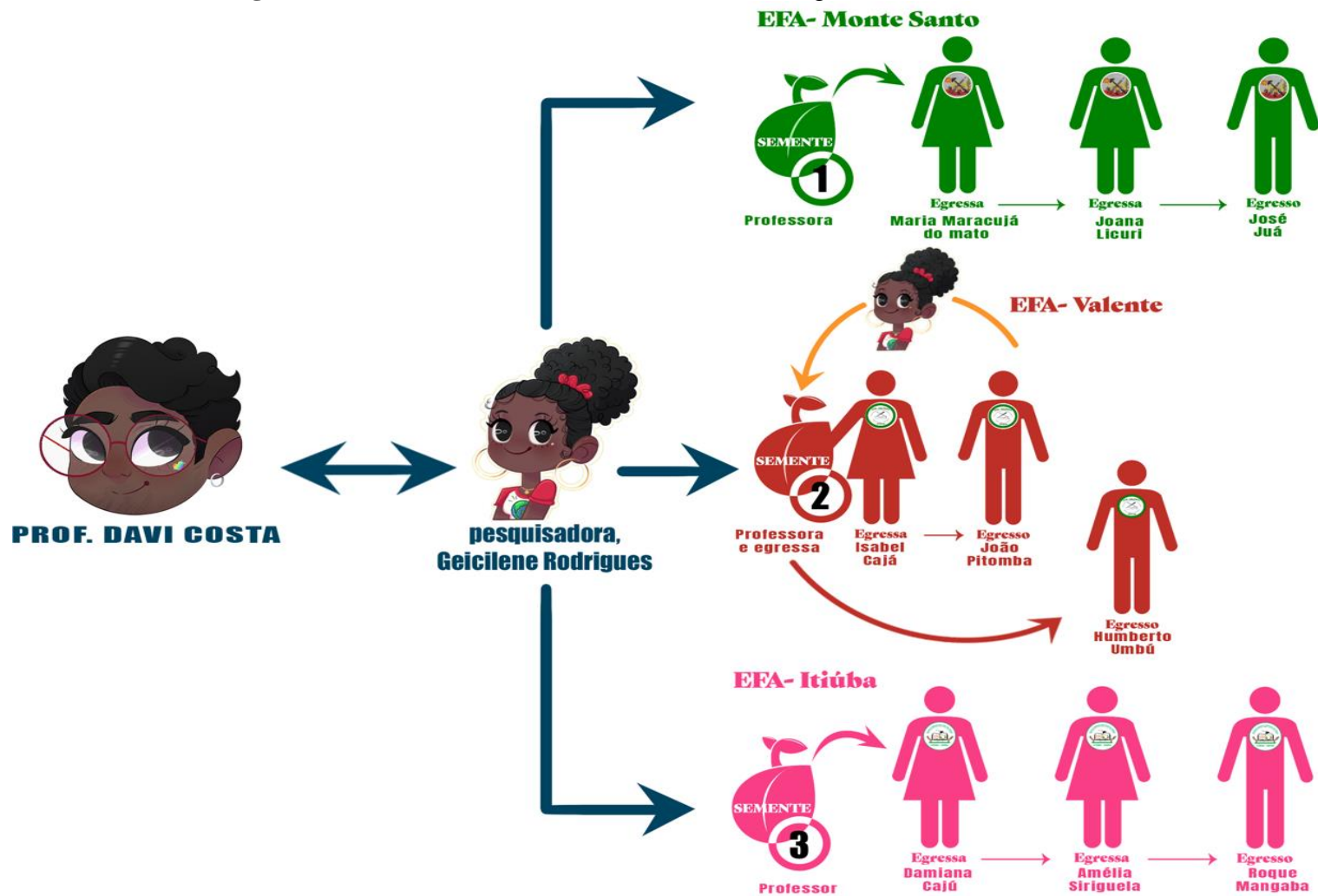
O professor e meu orientador Davi Costa, conhecedor do Território do Sisal e das EFAs, me conectou a três informantes-chave, assim, nossa rede de contatos se inicia. De acordo com Vinuto (2014), os meus três informantes-chave, são as minhas sementes e, eu entendi na prática, que as minhas sementes são responsáveis por fazer a nossa rede de conexões germinarem. Estas sementes foram: duas professoras e um professor, cada uma delas e ele, indicaram um/a egresso/a para iniciar as entrevistas. Vinuto (2014) discute que as sementes ajudam o/a pesquisador/a dar início aos seus contatos e a tatear o grupo que contribui com a pesquisa. Com as indicações das minhas sementes, iniciei os primeiros contatos com os/as egressos/as.

A primeira entrevista aconteceu com a egressa Maria Maracujá do Mato da EFA Monte Santo indicada pela Semente 1 (Professora). O segundo contato, foi com a egressa, Francisca Cajá, da EFA Valente, indicada pela Semente 2 (professor). Em seguida, posterior à confirmação da Semente 3 (professora), iniciei o contato com a terceira egressa, Damiana Cajú da EFA Itiúba. A minha/nossa rede de contatos foi se fortalecendo, pois, ao conhecer as primeiras egressas, eu pude alinhar com cada uma delas o próximo contato a ser mantido. A rede estava sendo tecida, a bola de neve é movimento.

Assim, Maria Maracujá do Mato, EFA Monte Santo, indicou a Joana Licuri, EFA-Monte Santo, esta última, fez a indicação do egresso, José Juá, EFA-Monte Santo. Com os contatos, tecidos na EFA-Valente a egressa, Isabel Jacá, indica o egresso, João Pitomba, EFA-Valente, este último não conseguiu me trazer uma nova indicação para que a nossa rede de contatos continuasse sendo tecida, foi necessário, como já se pode esperar da técnica em bola de neve, que eu, enquanto pesquisadora retornasse a minha semente (professora), em busca de uma nova indicação, e assim, o fiz. Prontamente minha semente me trouxe uma nova indicação. Assim, a Isabel Cajá, (egressa e professora-semente), torna possível o contato com

o egresso, Humberto Umbú, EFA-Valente. Em se tratando da EFA Itiúba, a egressa, Damiana Cajú, indica a egressa Amélia Seriguela, EFA Itiúba. Esta última, possibilita o meu contato com o egresso, Roque Mangaba, EFA-Itiúba. Finalizando a minha/nossa movimentação em bola de neve, conforme está disposto na Figura 3, a seguir.

Figura 4 – Conectados as EFAs: O contato com os egressos/as em bola de neve



Fonte: Elaboração Geicilene Rodrigues e Davi Braz (2023)

Percebam como a nossa rede foi sendo tecida de maneira consistente e ao mesmo tempo transitória, pois é da natureza da própria técnica que o/a pesquisador/a não tenha controle de como o alinhavar das conexões vão se encontrando. Isto porque, em primeira instância as indicações partem da rede de contatos da semente, assim, eu iniciei as entrevistas compreensivas, e, seguindo as intencionalidades dadas pelas experiências os/as egressos/as indicados/as seguiram a minha solicitação e continuaram as indicações. Segui fazendo o que proponho, desvelar é o que me move.

As vivências das entrevistas compreensivas foram o meu primeiro embarque em águas turvas. Faço menção às águas porque me movo feito elas, criando caminhos possíveis, para continuar seguindo. E, digo que elas são turvas, porque o meu mergulho, parte da experiência de onde eu venho, as águas turvas é mistura de sal e doçura, de lama preta e do entrelace das raízes expostas do mangue. Ter passado por estes momentos carregados de significados para mim, possibilitou que eu me movimentasse no sentido de promover qualidade aos encontros virtuais com os egressos e egressas das EFAs do Território do sisal. Me fiz água de mangue e pude seguir rumo ao encontro de outras águas, em outras palavras, as entrevistas compreensivas foram trocas, encontros/reencontros que tiveram por revelar diferentes experiências, as quais se distanciavam e ao mesmo tempo se conectam às minhas.

Convido Souza (2012), para esse diálogo, pois ela relata que o avanço das ideias e dos estudos em uma pesquisa fenomenológica, se remete à observação e entrevista centrada na pessoa, tendo como base a participação das pessoas e do seu próprio processo do movimento da vida (Souza, 2012). E, agora, olhando e avaliando tudo que construímos através de diálogos intencionais e, ao mesmo tempo, descontraídos e cheios de descobertas, digo convicta, que as entrevistas em formato virtual não se confirmaram na impossibilidade de ofertar qualidade às vozes, olhares e experiências dos/as egressos/as. Escrevo isso, porque meus olhos e ouvidos estavam atentos a perceber, ouvir e dar sentido às diferentes experiências que se apresentaram a mim. Assim, coaduno com Saquet (2022) e acredito na espontaneidade, na criatividade, na versatilidade, na liberdade das escolhas, das referências e concepções, bem como valorizo o diálogo entre pesquisadores/as e os/as entrevistados/as. (Saquet, 2022).

As entrevistas compreensivas me beneficiaram com a possibilidade de compreender profundamente sobre as minhas experiências, ouvindo as experiências dos/as outros/as. Regresso à epígrafe que dá início a este capítulo, para recordá-los que ao vivenciar as entrevistas compreensivas, é no diálogo com a egressa, Joana Licuri, que eu me separo do

meu antes. Convido Macedo (2015) para esse diálogo, porque assertivamente ele diz, que quando refletimos com profundidade, a gente se encontra com a complexidade da experiência humana e seus saberes, com a intenção de compreender essa profundidade, de modo ampliado e relacional.

Com o findar das entrevistas, foi chegado o momento de realizar as transcrições. Para mim, transcrever foi a etapa mais desafiadora da pesquisa. Existe quem eu sou, antes e depois das transcrições. Digo isso porque ao transcrever as entrevistas, me foi revelado aquilo que somente com a escuta no momento das entrevistas, eu não dei conta de capturar. Precisei me desconectar de tudo e de todos que fazem parte da minha vida, para focar única e exclusivamente na escuta e transcrições que foram feitas por mim, em horas que se multiplicavam e se prolongavam em uma durabilidade maior do que o tempo da própria entrevista. Foram dias exaustivos. Chego no depois (futuro), que na verdade é o agora (presente), para dizer que transcrever foi o segundo embarque em águas turvas.

Não posso deixar de relatar que esses momentos transcrevendo também me ofertaram a possibilidade de ter mais disciplina e maturidade e mais uma vez, com a sabedoria das águas, me movimentei para fazer as transcrições acontecerem. Essa experiência me possibilitou muitos aprendizados. Ouvir atentamente e novamente os/as egressos/as que contribuem com esse estudo, foi essencial para que de maneira assertiva eu fortalecesse as minhas ideias sobre esse processo investigativo e para, além disso, houve um amadurecimento em perceber quais rumos seguir. Escrevo no plural porque transcrevendo, ouvindo, pausando, voltando, percebo detalhadamente tudo que os egressos e egressas relataram sobre suas experiências. Sendo assim, essa escrita poderia seguir diferentes direcionamentos, mas essa não é a intenção. O foco é compreender as essências, e elas não são simplesmente o resultado de uma abstração ou comparação de vários fatos para desvelar o sentido da coisa. (Moreira, 2002).

Continuo dizendo que “os saberes da experiência resultam do vivido pensado. Acrescenta-se, que a compreensão da experiência só se fará por atos de compartilhamento de sentidos e significados” (Macedo, 2015, p.19). Me envolvo no apurar das essências, dos sentidos e isso torna-se possível realizando a redução eidética.

2.1. TRABALHO DE FORMIGUINHA: A REDUÇÃO EIDÉTICA

“De pouquinho e pouquinho, de trabalhinho de formiguinha, de formiguinha”
(Egresso, José Juá, entrevista concedida, 2022).

A redução eidética¹⁸ nomeada por trabalho de formiguinha faz alusão a um trabalho minucioso e coletivo que se deu nos dias 17/01/2023, 18/01/2023 e 19/01/2023 na cidade de Salvador, Bahia. Assim como as formigas que se deslocam coletivamente em busca de alcançar um objetivo em comum, conseguindo assim, que não é só seu, mas dos seus, superar suas dificuldades e vulnerabilidades. Essa escrita se inicia nas minhas ideias, muito antes delas estarem aqui sendo digitadas por mim. O meu pensar é iniciado na roça, zona rural de Valença, quando ao caminhar com a minha mãe próximo ao riacho que atravessa as nossas terras, eu observei um caminho enorme aberto entre as folhagens rasteiras. Eu poderia ter a certeza de que era um caminho feito por pessoas, ele era bem traçado e cabiam as minhas pegadas. (Ver figura 5).

Questionei à minha mãe: quem fez isso? Minha mãe sabiamente respondeu: “Hum! Quem fez o que minha filha? Isso aí foi formiga”. Eu, boquiaberta, tratei de dizer incrédula: Sério? Não acredito. Mainha, reafirma: “Sim! Foi formiga. Elas fazem maiores, se você ver quando elas se juntam”. Na figura a seguir é possível observar o que relato:

Figura 5 – Trabalho de formiga mencionado no relato da caminhada



Fonte: acervo pessoal, 2023

¹⁸ A redução eidética é a forma pela qual o filósofo se move da consciência de objetos individuais e concretos para o domínio transempírico das essências puras, atingindo a intuição dos *eidos* (a palavra *eidos* significa “Forma” em grego) de uma coisa, ou seja, do que existe em sua estrutura essencial e invariável, separando de tudo que lhe é contingente ou accidental. *Eidos* é o princípio ou estrutura necessária da coisa. (Moreira, 2002, p.89)

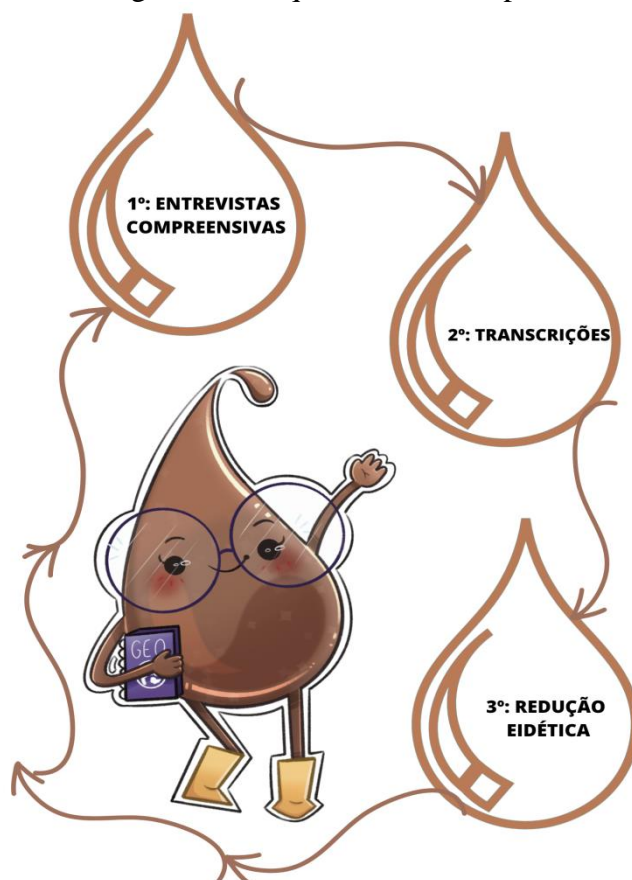
Naquele momento eu fiquei pensando sobre as formigas e cheguei a caminhar pelo caminho que elas tinham traçado na tentativa de observá-las, porém elas não estavam lá, mas estavam em algum lugar. Ali, eu entendi que o caminho era uma passagem que se direcionava a outro caminhar e que só foi possível chegar aonde se desejava, porque não se caminhou sozinho/a. Eu pude compreender com essa experiência, o grande poder do coletivo e assim como o “carreiro de formiga”, que é como, o meu pai nomeia o montante de formigas agindo coletivamente. Eu me desloquei da roça junto ao meu carreiro (a minha família), que se articulou e abriu os caminhos para que no dia 17/01/2023 eu chegasse a Salvador para iniciar a redução eidética. Somos família-formiga e os meus sonhos não são sonhados somente por mim. Escrevo isso enquanto as lágrimas rolam no meu rosto e o registro sobre isso é para lembrar que eu sou gente e que coloco nessa escrita além de muitas leituras, dedicação e teorias, corpo, alma e sentimentos.

É engraçado que ao vivenciar a redução eidética, as ideais sincronizam e muito do que foi construído antes, passa a fazer sentido. A experiência trazida na fala do egresso, José Juá, no início desse capítulo se conecta com a minha experiência ao observar o fazer das formigas. São ideias, assimilações e conexões que mostram o sentido da pesquisa. Por isso, não hesito em dizer: somente a teoria não dará conta de explicar o que é a redução eidética, é preciso vivenciá-la. Mais uma vez é preciso ser e fazer como as formigas, ou seja, agir coletivamente. Não se constrói a redução eidética sozinho/a, é preciso, para além de pensar a nossa pesquisa, se propor a pensar e a contribuir com a pesquisa do outro. É um processo intenso, que se consegue com a ajuda do outro, por isso aproveito para agradecer ao meu Orientador Davi Silva e as companheiras Juciene Malaquias e Viani Soares¹⁹ por abrir os caminhos e caminharem juntos a mim no desvelar do fenômeno.

A redução eidética é o terceiro embarque em águas turvas, isto é, as estruturas que estabelecem por onde as águas vão correr. A dança das águas que levam ao mergulhar no fenômeno. Eu apresento a vocês, leitores/as, na figura 6 a seguir, como eu esquematizo a conexão entre as águas turvas e o emergir do fenômeno, porque é por essas águas que preciso mergulhar para fazer o fenômeno vir a tona:

¹⁹ Ambas são estudantes do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IF Baiano), orientandas do professor da Davi Silva da Costa e minhas contemporâneas no mestrado.

Figura 6 – As águas turvas que se conectam para o fenômeno emergir



Fonte: Geicilene Rodrigues e Davi Braz, 2023.

Eu não quero parecer cartesiana e dizer que existe uma fórmula ou mergulhos técnicos que nos levaram e/ou levarão a qualquer pessoa de maneira simplória e instantânea, a desvelar o fenômeno. O que posso dizer é que outros que me antecederam e tiveram pesquisas alicerçadas no método fenomenológico, abriram passagem para eu realizar mergulhos profundos e possíveis.

Para compreender o sentido, nós devemos fazer uma série de operações, pois nem sempre compreendemos tudo imediatamente, que consiste em identificar o sentido, os fenômenos, de tudo aquilo que se manifesta a nós (Ales Bello, 2006, p.19). Uma coisa tem sentido, quando eu me coloco a ver sentido nelas. Esta formulação de sentidos está pautada em uma busca intuitiva. Essa intuição, no entanto, se configura ao buscar a essência do objeto, ou seja, retirar toda a gama de possibilidades que possam vir a escondê-la, de mostrar-se como verdadeiramente é. Isto se torna possível através de um repertório que se cria com a

troca e escuta do/a outro/a. Os/as egressos/as que vivenciam o fenômeno, por e a partir das suas experiências são quem trazem o fenômeno à tona. Eu, enquanto pesquisadora, preciso de um olhar atento para desvendá-lo e interpretá-lo. E assim, aconteceu no desvelar do fenômeno realizado na prática, onde as vozes dos egressos e das egressas faziam emergir suas vivências e, ao interpretá-las, o fenômeno saltava aos nossos olhos, mas ainda era difícil enxergá-lo, porque é necessário para além de estar carregada de teorias que dizem como funciona esse processo, é preciso a experiência de ter escutado atentamente os egressos/as, que fazem o fenômeno se mostrar em essência e verdade.

Sokolowski (2012) relata nos seus escritos sobre o que é intencionalidade, em suas palavras, ele explica:

O termo mais proximamente associado com fenomenologia é “intencionalidade”. A doutrina nuclear em fenomenologia é o ensinamento de que cada ato de consciência que nós realizamos, cada experiência que nós temos, é intencional: é essencialmente “consciência de” ou uma “experiência de” algo ou de outrem. Toda nossa consciência está direcionada a objetos. Se nós vemos, vemos algum objeto visual, tal como uma árvore ou um lago; se nós imaginamos, nossa imaginação apresenta-nos um objeto imaginário, tal como um carro que visualizamos descendo a estrada; se nós tomamos parte num julgamento, projetamos uma situação ou um fato. Cada ato de consciência, cada experiência é correlata com um objeto. Cada intenção tem seu objeto intencionado (SOKOLOWSKI, 2012, p. 17).

As minhas leituras em Sokolowski (2012) me fizeram compreender que a intencionalidade é inerente ao método fenomenológico e que, em se tratando deste, torna-se essencial explicar que a intenção aqui empreendida, se distancia da utilizada no senso comum, que usa a intenção no sentido prático. Para o autor, “o conceito fenomenológico de intencionalidade aplica-se primeiramente à teoria do conhecimento, não à teoria da ação humana” (Sokolowski, 2012, p. 17). Ele acrescenta ainda que no método fenomenológico, a discussão sobre intenção segue o sentido da intenção prática como implicação. E, reforça em seu pensamento, dizendo que na fenomenologia, “intenção” significa a relação de consciência que nós temos a um objeto (Sokolowski, 2012, p.18).

Foi necessário entender sobre o que é intencionalidade para o método fenomenológico para compreender sobre alguns termos relacionados à atitude fenomenológica, também pensados por Sokolowski (2012). Ao se referir a esses termos, este autor traz à tona os *noemas* e as *noesis*. Para ele, o termo “*noema*” se refere aos correlatos objetivos da intencionalidade e refere-se a tudo o que é intencionado pelas intenções de nossa atitude natural” (Sokolowski, 2012, p.68). Sobre os *noesis*, ele diz que “*noesis*” se relaciona aos atos intencionais por meio dos quais intencionamos as coisas: as percepções, os atos significantes, as intenções vazias, as intenções cheias, os juízos, as recordações” (Sokolowski, 2012, p.69).

Seguindo os termos cunhados na atitude fenomenológica, após embarcar por águas turvas, é chegado o momento do primeiro mergulho nessas águas e, assim, mergulhei nas releituras das transcrições das entrevistas compreensivas. O mergulho requer fôlego, por isso regressar à superfície é vital. Sigo em profundidade, colorindo as transcrições ao identificar os *noemas*. Os *Noemas* são o início do sentido.

Ainda com pouca visualização do objeto, o que é natural em um mergulho em água de mangue, quando nessa paisagem, não se consegue enxergar o que se tem adiante, mas não se deixa de mergulhar por isso. Continuei relendo as transcrições com objetivo de identificar as *noesis* associadas a cada *noema*²⁰. O quadro 2, que lhes apresento a seguir leitores/as, foi reelaborado graficamente por mim, nele eu mostro a vocês, como foram organizados os *noemas* e seus respectivos *noesis*.

Quadro 2 – Trabalho de formiguinha – Organização dos *Noemas* e *Noesis*

NOEMAS				
VISAO DA FORMAÇÃO	TEMPORALIDADE	VISAO SOBRE A EFA	TERRITORIO/TERRITORIALIDADE	SABERES
Formação Política	Ritmos	Articul(Ação)	Modo de vida	Guardiões
Lugar				
Autonomia	Tempos	Emancip(Ação)	Educação do campo enquanto direito	Religiosidade
Adoecimento				
Vivência	Movimentos	Particip(Ação)	Experiência	
Política/Politização				
Juventudes e Ruralidades		Multiplic(Ação)	Agricultura familiar	
Técnica x Social			Direitos	

Fonte: Elaboração própria, 2023

A cada mergulho, um respiro em superfície. Penso que as ideias e a própria vida se organizam e reorganizam assim. Para a apreciação de vocês, o Quadro 2, exposto acima, dispõe sobre a organização/reorganização feita inicialmente a mão, com papel, canetas

²⁰ Podemos também mencionar o fato de que “*noésis*” e “*noema*” foram ambos cunhados na fenomenologia, e que têm a mesma raiz grega, o verbo *noein*, que significa “pensar”, “considerar”, “perceber”. O termo *noésis* significa um ato de pensamento e o termo *noema* significa aquilo que é pensado (Sokolowski, 2012, p.69).

coloridas e marcadores de texto, realizado no primeiro dia da redução eidética, quando aconteceu o processo de decupagem das transcrições, como também exposto a seguir na **Figura 7** – em se tratando dos *noemas* e *noesis* e, como eles foram estruturados na decupagem das transcrições.

Figura 7 – Redução eidética a partir da decupagem das transcrições



Fonte: Acervo pessoal, 2023

Destaco que é através das interpretações aparentes nas falas dos/as egressos/as, capturados em entrevistas e transcritas na íntegra que essa organização vai tomando forma e me/nos leva até o próximo mergulho, as essências dessa investigação. Após a identificação dos *noemas* e *noesis*, mergulhamos coletivamente na busca pelas essências. Isso foi possível porque havia nesse momento uma ajuda mútua, quando eu, para além de olhar e refletir sobre os meus achados, ajudava as minhas companheiras de redução a perceber e estruturar os seus achados. Assim, as ideias foram escurecidas, tal quais as águas em que mergulhamos, me

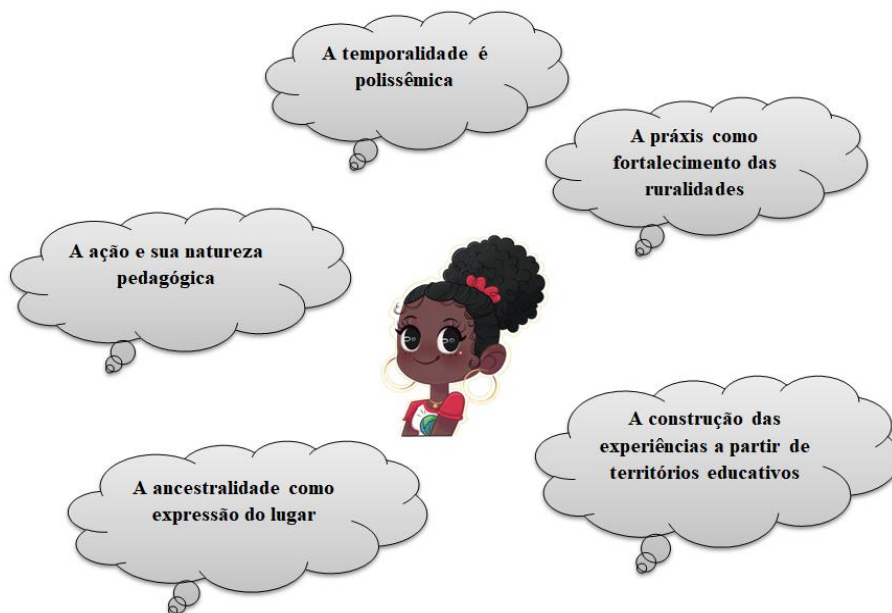
posiciono assim para dizer que esse escurecimento é político. As essências são desveladas no escurecer das ideias.

É necessário ter repertório para fazer emergir as essências, elas não surgem sem sentido. Elas são construídas com base no repertório traçado no diálogo com as pessoas. De acordo com Moreira (2002):

As essências, portanto, referem-se ao sentido ideal ou verdadeiro de alguma coisa, dando um entendimento comum ao fenômeno sob investigação. Emergindo tanto isoladamente como em relação umas com as outras, as essências são unidades de sentido vistas por diferentes indivíduos nos mesmos atos ou pelo mesmo indivíduo em diferentes atos. As essências representam as unidades básicas de entendimento comum de qualquer fenômeno, aquilo sem o que o próprio fenômeno não pode ser pensado (Moreira, 2002, p.84).

As essências começam a tomar forma quando a gente passa a enxergar e atribuir sentido, quando as ideias foram escurecidas, só assim, através dessas descobertas o fenômeno vem à tona. Porque como discuti Moreira (2002), as essências não são resultadas de abstrações ou comparações de vários fatos, mas, verdadeiramente, as essências são inerentes ao fenômeno, este último só se manifesta quando intuitivamente as essências são encontradas. Reflito então que as “as essências são conceitos, isto é, objetos ideias que nos permitem distinguir e classificar os fatos” (Moreira, 2002, p. 84). A Figura 8, a seguir revela as cinco essências inerentes a essa pesquisa:

Figura 8 – Escurecendo as ideias: O encontrar das essências



Cada essência que aparece aqui, foram reveladas através das semelhanças evidenciadas a mim/nós, ecoadas nas vozes dos egressos/as. E, mais uma vez, no diálogo com Moreira (2002), destaco: A fenomenologia é uma ciência que se constroi sem pressuposições. E, acrescento que só assim é possível retirar todas as camadas de superficialidades envoltas na pesquisa e mergulhar verdadeiramente no que a pesquisa é.

Moreira (2002) diz que as essências são aquilo sem o que o fenômeno é impensável. O fenômeno se apresenta para nós, após os mergulhos que vocês, leitores, acompanharam até esse momento e que foram realizados por nós, como já mencionado, durante três dias, em três turnos (manhã, tarde e início da noite). Parafraseando Moreira (2002), digo que “após atingir as essências e depurar tudo que não era essencial”, apresento-lhes o fenômeno (o que move essa pesquisa): a construção de experiências e *práxis* educativas, produzem territórios e temporalidades nas/pelas EFAs.

Ao vislumbrar o fenômeno, tudo que lhe antecedeu, passa a fazer total sentido. O fenômeno ao se apresentar, me indicou as categorias predicativas e diferentes da gama de pesquisas realizadas em outrora e na contemporaneidade, onde se voltam às teorias, formulam hipóteses do que se acredita e só depois se propõe a ouvir as pessoas. Os caminhos fenomenológicos são outros, não é a teoria inicialmente que me leva ao fenômeno, é o diálogo com quem de fato interessa (os egressos e as egressas das EFAs do Território do Sisal) que tornaram isso possível. E é importante evidenciar que esse movimento não se trata de um caminho inverso como talvez alguns possam projetar, esse para mim, é o caminho. E esses movimentos foram possíveis, ao me aprofundar no método fenomenológico e realizar a redução, que nas palavras de Sokolowski (2012):

Redução, com a raiz latina *re-ducere*, é um conduzir de volta, uma retenção ou um retraimento. Quando entramos nesse ponto de vista, suspendemos as intencionalidades que agora contemplamos. Esta suspensão, esta neutralização de nossas modalidades dóxicas, é também chamada de *epoché*, um retorno tomado do ceticismo grego, em que significa a retenção que o cético dizia que deveríamos ter com respeito a nossos juízos sobre as coisas; eles diziam que deveríamos reter o juízo até que a evidência fosse clara. (Sokolowski, 2012, p.58)

Sokolowski (2012) acrescenta ainda que a *epoché* no método fenomenológico é a neutralização das intenções naturais. Parafraseando Costa (2021) “a partir da *epoché*, saímos da atitude natural (ingênua) diante da realidade e entramos na atitude fenomenológica” (Costa, 2021, p.44). A redução acontece quando após um longo período de reconhecimento e, sobretudo, após a aproximação e conhecimento sobre o método fenomenológico. Digo isso, porque ao mergulhar no método foi preciso me despir do que eu já conhecia e/ou havia produzido cientificamente, a fenomenologia traz a possibilidade de não precisar me esconder

e eu, lhes digo tranquilamente, esse movimento é libertador. E, foi me despindo de crenças produzidas/reproduzidas, como Sokolowski (2012) diz: “foi pondo o mundo e todas as suas coisas entre colchetes que eu, conseguir preservar a realidade do fenômeno e apresentá-lo a vocês, leitores/as, como ele realmente é”.

2.2. RAÍZES DE MANGUE: AS CATEGORIAS EXPLICATIVAS

“Dialogar é vital, com responsabilidade metodológica, de acordo com cada concepção e opção política, sem forçar as teorias e os métodos, sem pressão e sem prisão”.
(Saquet, 2017, p.46).

A raízes dos manguezais (ver Imagem 9) estão por toda parte lambuzadas pela lama preta, por instantes alagadas pelas águas turvas, em outros momentos, secas. As categorias explicativas são como raízes de mangue, elas não se escondem. É possível enxergá-las de longe, elas se entrelaçam em uma sintonia particular, mesmo encorpada por formas diferentes se mantêm em conexão produzindo vida e gerando o todo, o manguezal.

Figura 9 – Raízes de Mangue no baixo sul da Bahia



Fonte: Acervo pessoal, 2023

Metaforicamente faço alusão às raízes de mangue para dizer que as categorias explicativas são as escolhas do meu repertório enquanto pesquisadora. Elas estão fincadas nos

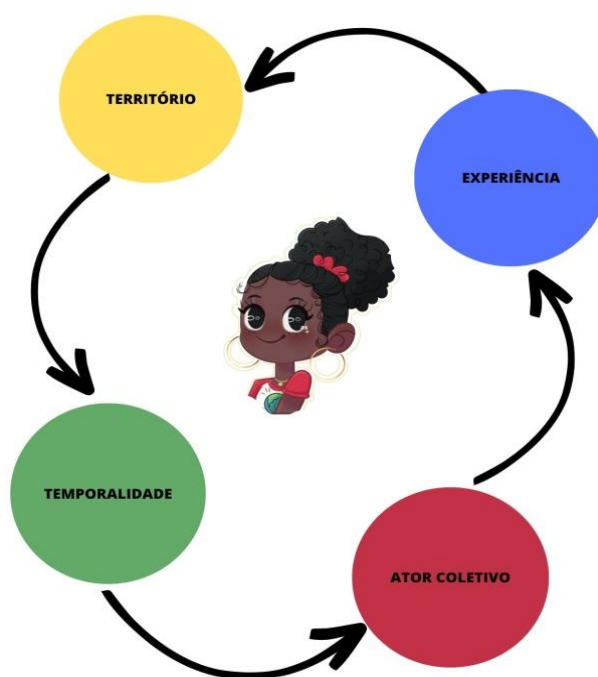
meus escritos dando sentido a eles, e, ao mesmo tempo, as categorias explicativas se movimentam se entrelaçando umas às outras e se enraizando por toda parte. Quero dizer com isso, que toda a minha pesquisa é explicada por elas.

É importante explicar a vocês, leitores/as, que antecedendo a redução eidética eu era guiada teoricamente por categorias predicativas, elas dão origem aos meus objetivos. Só após a redução eidética, me disponibilizando a está atenta ao que os egressos/as me trazem em entrevistas compreensivas, é que surgem, as categorias explicativas.

As categorias explicativas são utilizadas em toda escrita para interpretar o fenômeno na forma em que ele se desvelou, elas são extremamente importantes para que vocês, leitores/as, possam compreender as minhas ideias expostas em todos os capítulos do meu texto e, os diálogos que eu promovo com outros pesquisadores, a fim de enraizar (fortalecer) os pensamentos. Oficialmente apresento-lhes as categorias explicativas, o marco teórico-interpretativo dessa pesquisa: território, temporalidade, ator coletivo e experiência.

Na Figura 10, para apreciação de vocês, leitores/as, encontro-me envolta pelas categorias explicativas. É importante explicar que me coloco envolta das categorias explicativas após a redução eidética, cada categoria que apareceu, aparece ou aparecerá nesse texto se confirmam e/ou aparecem após os mergulhos dos quais vocês já têm conhecimento, realizados na redução.

Figura 10 – Envolta pelas categorias explicativas, traçando o marco teórico-interpretativo



É exatamente envolta pelas categorias explicativas que me proponho seguir, e assim, sigo fazendo no enraizar da escrita. Cada categoria que se individualiza e ao mesmo tempo se conecta, se ampara em interpretações teórico-conceituais de pesquisadores que são importantes nos meus processos de estudos, aprendizados, interpretações e escritos. Na discussão relacionada à categoria Território eu dialogo com Saquet (2008), (2013), (2015), (2019), (2022); Temporalidade novamente o Saquet (2008), (2019), Elias (1998) e Sokolowski (2012); para pensar a categoria Experiência eu busco interação com Macedo (2015); e, para a categoria Ator Coletivo trago Wanderley (2000).

Pensar geograficamente e refletir sobre as ações, relações, temporalidades, territórios/territorialidades, experiências e atores coletivos, nos estimulam a ver, aprender e reconhecer as diferentes realidades dispostas nos espaços geográficos. Em se tratando da categoria território, é fundamental identificar e explicar as mudanças, desigualdades e permanências que ocorrem em diferentes ritmos, partindo da perspectiva: tempos e territórios. E, é necessário explicar que a categoria territórios é expressa nessa escrita associada às territorialidades. Esta última, são construídas em diferentes escalas e variam no tempo levando em consideração às relações de poder, as redes de comunicação e dominação, as identidades, as trocas realizadas entre indivíduos e com as relações estabelecidas no lugar de vivência (Saquet, 2008).

Partindo deste pensamento, as territorialidades são pautadas nas subjetividades, mas também nas concretudes, são múltiplas e únicas, processuais e inconclusivas. São conjuntos, teias de relações desenhadas nos/dos territórios – “ser e pertencer”.

O tempo é pensado aqui como um movimento contínuo que indica processualidade e simultaneidade, levando a compreensão de que vivemos diferentes temporalidades e territorialidades (Saquet, 2008). Tempo e temporalidade, assim como territórios e territorialidades, indicam processo, movimentação e construção, que são formulados no passado e no presente. Ao entender isto, os elos tempos/temporalidades, territórios/territorialidades se fortalecem e a necessidade de compreendê-los também. Faço isso a partir das experiências forjadas nas EFAs do Território do Sisal. Assim, a categoria experiência se revela ao ouvir os egressos/as. De acordo com Macedo (2015) a experiência humana é irreduzível, trata-se de um fenômeno que é mediado por múltiplas referências, sendo assim, é inexplicável por modelos universais.

Cada experiência é múltipla e única, os egressos/as se individualizam por e a partir delas, assim como conseguem se unir através delas. Observando as subjetividades e

concretudes, os movimentos em redes e as ações coletivas, a categoria atores coletivos não poderia escapar dessa discussão. Segundo Prudencio, Rizotto e Sampaio (2022), “os atores coletivos politizam suas demandas ao comunicá-las e lhes dar existência pública.” (Prudencio, Rizotto, Sampaio, 2022, p. 11). Considero, as EFAs, a REFAISA e os egressos/as, atores coletivos, pois, só através das suas existências e dos seus movimentos mobilizadores é possível torna-lhes visíveis. Espero, através desta escrita pública, fortalecer as lutas desses atores coletivos, disseminando as suas existências.

Saquet (2017), discute sobre a responsabilidade no diálogo científico que seja consciente e coerente aos pesquisadores e pesquisadoras. Endosso, que havendo cientificidade, toda e qualquer decisão teórico-conceitual e metodológica não deveria seguir um rito acadêmico que determine quais escolhas são certas e/ou erradas. Coaduno com Saquet (2017) quando ele diz:

Somos a favor da autonomia decisória de cada pesquisador ou grupo de estudos, em consonância com seus objetivos, temas, problemáticas, anseios, opções teórico-metodológicas e políticas, da liberdade de expressão e da versatilidade para estudar a complexidade territorial sem modelos absolutos. Cada um de nós precisa avaliar quais referências são mais eficientes e adequadas metodologicamente. (Saquet, 2017, p.46)

Assim como Saquet (2017), penso que diante da complexidade e natureza polissêmica do território, é necessário que cada pesquisa trilhe os seus próprios caminhos. Nesse estudo, como você, leitor ou leitora, já têm conhecimento, sou guiada pelo método fenomenológico. [...] todas essas coisas em suas identidades são correlatas com nossas intencionalidades (Sokolowski, 2012, p.52). Convido mais uma vez Saquet (2017) para esse diálogo, porque em suas palavras ele revela:

Talvez, no futuro próximo, consigamos trabalhar como mais autonomia, sem policiamentos que tentam reproduzir os *status quo* de uma *estrutura* piramidal historicamente instituída no meio acadêmico-científico brasileiro que nos condiciona constantemente à subjugação e à reprodução de ideias, como se não tivéssemos condições intelectuais [...] (Saquet, 2017, p.46).

Talvez alguns/as enxerguem como audacioso, eu nomeio como posicionamento teórico-político-cultural, para dizer que as teorias, decisões e a minha construção sociocultural estarão visíveis na minha escrita. Porque em primeira instância, é importante para mim que os meus textos sejam acessíveis e que diferentes sujeitos possam acessá-lo e compreendê-lo. Isso é fazer ciência, unir as experiências dos/as egressos/as que dão sentido a esse estudo aos meus pensamentos e experiências, articulando com as ideias de outros pesquisadores que politicamente escolhi para dialogar com a gente, e, por fim, tornar essa profusão de saberes

em uma escrita que não seja somente para mim, nem para a Universidade, mas, para todos e todas.

Como intelectuais acadêmicos e reflexivos, acabamos reproduzindo, muitas vezes, a “velha” separação entre trabalho manual e intelectual, entre teoria e prática, entre ciência e saber popular, contribuindo para favorecer a continuidade da dominação social, aprofundando o abismo existente entre filosofia e filosofia popular, entre ciência e conhecimentos populares (Saquet, 2022, p.28).

Penso que a ciência busca explicar fenômenos, ela é uma explicadora, mas a gente precisa se dedicar a pensar em uma produção científica ancestral. É preciso saber lidar com o novo, o diferente e não os pulverizar.

Assim, não esperem encontrar as categorias posicionadas na minha escrita de maneira engessada, ao mesmo tempo em que me refiro a uma delas, vocês perceberão que me reportarei também a outra/outras. Elas se conectam, se completam e promovem coesão ao que eu escrevo. Por isso, a intenção é que elas dançam leves e envoltas a mim, com muita fluidez por cada uma dessas linhas, para que possa chegar até diferentes pessoas como uma leitura acessível.

3. A CONSTRUÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS A PARTIR DE TERRITÓRIOS EDUCATIVOS

A gente que passa pela EFA, por uma experiência numa escola Família Agrícola, a gente mais nunca será o mesmo, né? No sentido de homem e mulher do campo.
(Egresso, João Pitomba, entrevista concedida em 2022)

Dou início a essa seção com a voz do egresso José Juá da EFA Monte Santo em epígrafe, para reverberar as tessituras das experiências forjadas nos territórios educativos. É importante dizer que as falas dos egressos e das egressas, apareceram na escrita em fonte itálica, esse formato irá diferenciá-las de citações diretas dos autores dos quais eu dialogo. Também preciso dizer a vocês, leitores/as, que é a partir daqui que eu começo a cingir, como as experiências dos egressos/as, concedidas a mim, foram analisadas.

Em se tratando dessas experiências e desses territórios educativos, refiro-me concomitantemente aos egressos/as e as EFAs. A fala de José Juá se conecta ao pensamento de Macedo (2015), quando relata que a experiência não se explica, não se fala dela, de fora dela. E é exatamente sobre essa imersão que a voz de José Juá tem a revelar sobre suas experiências na EFA Monte Santo:

“Lá a gente trabalha isso – a valorização desses espaços, de nossa realidade né? Era muito isso. E aí trazia muito forte a nossa identidade, como jovem camponês, jovem do campo. E a educação do campo é direito e não esmola como muitos dizem né? E que a gente tem esse direito. É um direito constitucional que o jovem do campo merece sim, ele deve ter sim, uma educação do campo contextualizada”.
(Egresso, José Juá, entrevista concedida em 2022).

Parafraseando Saquet (2015), um elemento essencial na formação do território é a identidade. Atenta às experiências de José Juá, eu acrescento ainda, que outro elemento essencial são as territorialidades. E, eu digo isso, porque se convencionou na ciência geográfica um pensamento, e/ou uma defesa de um território que funciona e existe somente, de modo político-administrativo. Um território planejado e organizado hierarquicamente com tomada de decisões e poder, que não incluem os principais interessados nesse processo, aqueles/as que povoam esses territórios. Mas, sendo eu, uma entendedora do território enquanto conjunto de relações que se concretizam associados aos sujeitos, penso que o território vai além dessas convenções tradicionais e é por isso que eu lanço como proposta uma reflexão sobre as EFAs, não seriam também, essas escolas do campo, territórios educativos onde essas relações convergem, divergem e se atravessam? Sigo pensando sobre

isso baseada nas concepções de Gomes, Costa e Miranda (2021) que trazem a reflexão que as territorialidades resultam em territórios educativos. O uso em dizer, e vice-versa, porque creio, que, o que foi e é forjado nos territórios educativos (EFAs), resultará em diferentes territorialidades.

As EFAs, são multiplicadoras e fortalecedoras da construção e reconstrução de territórios, e, para, além disso, é importante destacar que as EFAs, são elas mesmas, territórios educativos. “Esses territórios educativos se materializam na construção de redes de interconhecimento e são necessariamente horizontais sob a perspectiva da assimilação das diferenças e do princípio da dialogicidade. Também incorporam as historicidades, culturalidades e dinâmicas sociais presentes” (Gomes; Costa; Miranda, 2021, p. 162-163).

Em seus escritos Saquet (2019) destaca que a escola é compreendida como um território vinculado a outros territórios. Acrescenta que:

E esta é uma maneira para tentar desmascarar as dominações, as coerções, o intelectualismo burguês, a política vulgar e a centralização exercida por algumas pessoas que acreditam serem as únicas que podem interpretar, criar, propor, decidir. Uma escola mais humana é possível, como mediação fundamental para criar e qualificar a consciência de transformação vinculada às necessidades do povo de cada tempo e território (Saquet, 2022, p.97).

As ideias expostas por Saquet (2022) dialogam diretamente com as experiências da egressa Isabel Cajá da EFA Valente e potencializa como essas experiências constroem e reconstróem territórios/ territorialidades e territórios educativos.

“Quando a gente tem interesses comum que visa a melhoria de vida, seja da comunidade, seja da família, seja lutar por acesso a água, a terra. Isso me fez perceber que eu sou um ser político né? Que eu tenho poder de transformação, eu tenho poder de mobilização e qualquer jovem, qualquer pessoa tem o poder de mobilizar a partir do conhecimento né? Então o conhecimento ele pode trazer essa liberdade de pensamento. O meu direito de pensar, o meu direito de expressar, o meu direito de defender aquilo que eu acredito”. (Isabel Cajá, entrevista concedida em 2022).

Entendemos que dentro e fora da escola, é extremamente necessário respeitar os sujeitos, suas escolas, seus saberes, suas trajetórias culturais e construir com eles o conhecimento, ensinando e aprendendo, cooperando em projetos de (des)envolvimento territorial. (Saquet, 2022, p.97). Porém, Saquet não hesita em dizer que:

No entanto acreditamos que a consciência de classe, por mais politizada e qualificada que seja, não é suficiente: é urgente uma dinamização, mobilização, participação e luta em favor dos sujeitos de cada lugar e território, movimentos articulados em rede, assim poderemos ter a construção de consciência de classe e de lugares, territorializando-se em redes de cooperação, partilha e solidariedade a partir das necessidades e dos sujeitos, grupos e classes, valorizando-se os vínculos locais e/ou regionais e potencializando as condições (i)materiais de cada território em favor do POVO e da conservação e preservação da natureza (Saquet, 2017, p.29-30).

Por uma territorialização das EFAs. Defendo essa ideia consoante às concepções de Saquet (2017), visto que, reconheço as EFAs como territórios educativos articulados em redes que promove Emancipa(Ação), Articula(Ação), Participa(Ação) e Multiplica(Ação) no saber, fazer, viver, lutar e fortalecer o lugar-território. Deixo com vocês, leitores/as a voz de Damiana Cajá:

“A gente entendia lá na EFA, era passado pra gente o tempo inteiro, nas falas dos monitores, nos serões, que nossos direitos não eram um favor né? Era obrigação deles cumprir. E também que esses direitos não chegaram de mãos dadas. Assim, ah! Porque esse presidente foi bonzinho embora dar esse direito. Não! Foi a partir de lutas dos movimentos sociais né? Que os movimentos sociais na EFA, nós trabalha muito, nós trabalhava muito essa questão dos movimentos sociais, das associações de base nas comunidades. Então esse trabalho com as associação, com parceria com as associações das Comunidades fazia nós, estudantes, entender nosso papel na sociedade né? E qual era nossos direitos e como nós deveríamos reivindicar e lutar por ele” (Damiana Caju, entrevista concedida em 2022).

As experiências de Damiana Cajá fortalecem que, o que é formulado nos territórios educativos, se expande a tantos outros territórios e desvela uma ação e articulação mobilizadora e produtora da *práxis* territorial, da liberdade e contra-hegemônica da qual Saquet (2022), insiste em defender:

[...] O (des)envolvimento territorial não ocorre em processos exógenos e capitalistas, grandes empreendimentos agroindustriais, financeiros e comerciais, ou seja, está diretamente relacionado com os pequenos e médios empreendimentos, com a produção artesanal (comidas, roupas, instrumentos de trabalho etc.), com a reciprocidade (cooperação-solidariedade-confiança), agroecologia, com os produtos típicos, coma as redes curtas de produção e comercialização, com a ciência popular, saneamento, educação, saúde, segurança etc. de qualidade para o povo, (i)materializando-se como *práxis* territorial de pesquisa-cooperação-participativa, libertadora e contra-hegemônica (Saquet, 2022, p. 98).

Concordo com o que Saquet (2022) defende sobre o (des)envolvimento territorial. Esse (des)envolvimento não daria conta de ser forjado única e exclusivamente através de grandes empreendimentos capitalistas. No entanto, essa é a ideia que é replicada, penso que sobretudo, para que o povo não compreenda o seu poder de mobilização. As EFAs, enquanto territórios educativos dialogam com um fazer coletivo que se torna possível o (des)envolver do território através da agricultura familiar, dos movimentos sociais, da economia solidária, da agroecologia, como é revelado pela egressa, Isabel Cajá:

“A EFA contribuiu com certeza nessa reflexão que hoje eu posso fazer de vida, de economia solidária, de agricultura familiar, de camponês, de fortalecimento. De entender que eu sou do campo e que a EFA foi que me mostrou que ser do campo não é motivo de vergonha né? É motivo de dizer não, eu sou do campo eu sou da roça” (Egressa Isabel Cajá, entrevista concedida em 2022).

Convido Macedo (2015) para dialogar conosco. O seu posicionamento teórico e conceitual dialoga com as experiências dos egressos/as e com as minhas. Este autor diz que

“pesquisar-com a experiência significa encontrar mundos subjetivados, incertos, ligados ao acontecer, ao singular. Portanto, acompanhar a experiência é mostrar a relação que se estabelece com os acontecimentos” (Macedo, 2015, p.52). São justamente as subjetividades e as particularidades que encontro ao me conectar com os/as egressos/as. Acrescento ainda, que pesquisar-com a experiência conduzem os meus caminhos e tudo que foi e é produzido cientificamente por mim. Macedo (2015) relata que o que caracteriza a pesquisa da/com a experiência é, sobretudo sua abertura para o vivido, para os sentidos, o saber-fazer que se reflete na vivência e o interesse pelo vivido pensado.

Vocês leitores/as já conseguem compreender diante da minha escrita o quanto me interesse pelo vivido e pensado que Macedo (2015) propõe. E, o que é construído *por e a partir* das experiências dos/as egressos/as nos territórios educativos se conectam a esse viver/pensar, saber/fazer. Trago nesse momento, o vivido pensado com/a experiência do egresso José Juá:

“Quando eu fui pra EFA né? No primeiro ano eu já me sentia sujeito parte daquele ambiente. E aí tipo, já via assim: Nossa! Meu protagonismo tá aqui. Lá a escola trazia a questão do associativismo que eu mesmo adolescente, eu já tava dentro da associação junto com minha família, tava no grupo né? E aí a gente não via nada disso ser valorizado aqui na escola, no ambiente Urbano. E lá a gente trabalhava isso, a valorização desses espaços, de nossa realidade”. (Egresso, José Juá, entrevista concedida em 2022).

Pertencer ao território educativo pressupõe ser protagonista do processo de construção e reconstrução dele, o que só é possível com a valorização das pessoas, a valorização das suas escolhas, das suas realidades e territórios. “Entendemos que dentro e fora da escola, é extremamente necessário respeitar os sujeitos, suas escolhas, seus saberes, suas trajetórias culturais e construir com eles o conhecimento, ensinando e aprendendo, cooperando em projetos de (des)envolvimento territorial” (Saquet, 2022, p.97). Continua,

“No entanto, acreditamos que nossos discursos precisam ser coerentes com nossas práticas cotidianas, trabalhando para os estudantes, porém, ao mesmo tempo, com eles e, especialmente, com nosso povo. Corporificar nossas palavras por meio do exemplo diário é fundamental” (Saquet, 2022, p. 43).

Assim, sigo corporificando minhas ações no meu fazer pedagógico diário. E como vocês, já têm conhecimento, o meu saber/fazer são demarcados pelo corpo-território²¹ preto, que sou. Com esses pensamentos podemos dizer que na base de qualquer investigação que

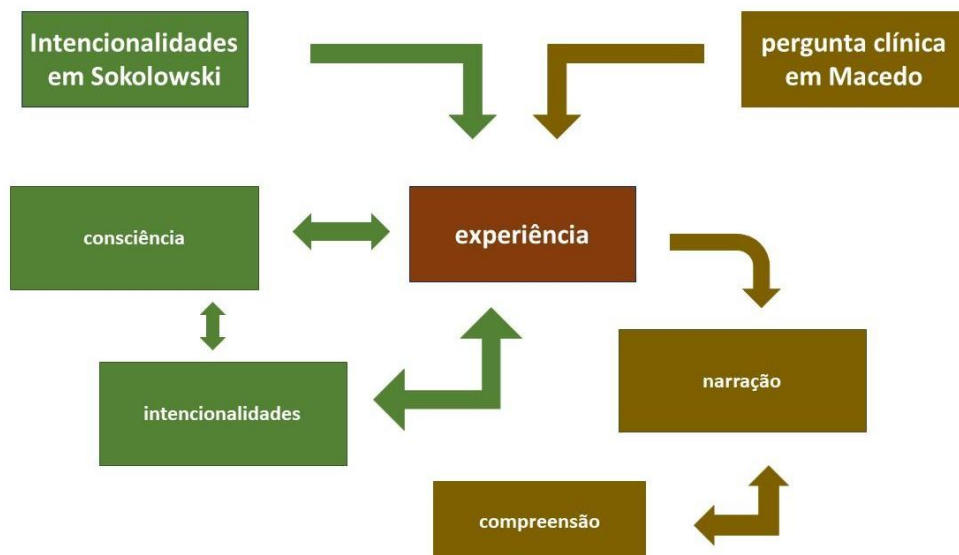
²¹ A concepção da perspectiva do corpo-território elucida um pensar que provoque a perspectiva educacional que reafirma as territorialidades como algo fixo e imutável. Se as nossas corporeidades performatizam pelas mais variadas espacialidades e já que somos um território de passagem não nos contemplamos com o acabado, pois estamos em devir, em construção, rasurados, em constantes trocas de peles. (Miranda, 2020, p.33-34)

visse compreender uma experiência o olhar inspira-se numa perspectiva clínica, porque quer encontrar a singularidade como condição para apreender o experiencial (Macedo, 2015, p.54). Encontro e me conecto com cada experiência singular, formuladas nos territórios educativos e a egressa, Isabel Cajá trás isso à tona:

“Porque a gente ser mulher nessa sociedade, a gente já tem que resistir né? É uma luta atrás de outra. E você ser uma mulher camponesa a luta ainda é maior, porque por muitos anos, nós não tivemos políticas públicas voltadas para nós né? Camponeses. Por muitos anos não tivemos uma educação olhando para nós, nós tinha uma educação imposta que vinha de cima para baixo sem pensar nas nossas singularidades. Então, ser do campo e ser mulher pra mim significa resistência e também resiliência. A cada dia a gente tá se revivendo, reinventando pra resistir a essas adversidades que a gente enfrenta na sociedade e nos dias atuais, pior ainda né” (Egressa, Isabel Cajá entrevista concedida em 2022).

Escuto a fala da egressa Isabel Cajá em entrevista e consigo ao dialogar com ela e agora, com Macedo (2015), perceber através da minha experiência ao ouvir e estabelecer diálogos com outras experiências, o que este autor quis dizer referente a experiência clínica. “Se a experiência nasce em sujeitos relacionais e tem na narração a possibilidade da compreensão, só a pergunta clínica pode alcançá-la” (Macedo, 2015, p. 54). Já observo a pergunta clínica da qual Macedo (2015) propõe, alcançando as intencionalidades proposta por Sokolowski (2012) na Figura 11, a seguir:

Figura 11 – O diálogo entre pergunta clínica em Macedo e intencionalidades em Sokolowski



Fonte: Elaboração própria, 2023

Com as minhas leituras, interpreto que pesquisar-com a experiência por e a partir de perguntas clínicas e com/entre intencionalidades, o que revela uma pesquisa sensível e atenta

que objetiva desvelar a vocês, leitores/as, as vivências e experiências. Assim, através dessa relação da qual proponho nesse diálogo, é possível ao mesmo tempo, que através das experiências que são narradas se alcance a compreensão. Assim como, através da experiência ser possível alcançar a consciência e as intencionalidades. Eu considero ambas – pergunta clínica e intencionalidades, parafraseando Macedo (2025), fios condutores dos sentidos até as experiências e seus saberes. Sabendo disso, lhes apresento neste momento, a concretização da experiência construída em territórios educativos e vice-versa. Como o egresso Roque Mangaba nos apresenta:

“Através da escola eu vim dar formações pra minha antiga escola, falar sobre comunidade tradicionais, falar sobre sementes crioulas e tudo isso foi uma oportunidade, chegar na minha comunidade e em outras comunidades e poder fazer uma roda de conversa sobre sementes crioulas isso foi espetacular pra mim, porque foi uma experiência muito maravilhosa”. (Egresso Roque Mangaba, entrevista concedida em 2022).

Todas essas vivências expostas aqui, me trazem à certeza que a minha função, como defende Saquet (2022) “não se trata de “agregar” e “traduzir” saberes, com nossos mediadores cognitivos e intencionalidades acadêmicas, mas de coproduzir conhecimentos” (SAQUET, 2022, p.33). A coprodução de conhecimento se fortalece na minha defesa e na minha escrita porque criam experiências, onde:

“a experiência é um espaço para as percepções, para as paixões, para nossos desejos, para as nossas contradições, nossos paradoxos, nossas derivas, itinerâncias e errâncias. Sendo uma fonte inesgotável de sentido a experiência possui um movimento que só é compreendido em “pleno voo”, en train de se faire.” (Macedo, 2015, p.26).

As minhas experiências me fizeram caminhar, mergulhar e me preparam para voar e, ao me possibilitar tudo isso, é através dela que entendo que não posso deixar escapar a possibilidade dos/as egressos/as potencializarem as suas vozes ao nos presentear com a construção das suas experiências nas EFAs do território do sisal.

Por isso temos insistido, historicamente, na construção de uma concepção territorial (i)material, trans-temporal, trans-territorial, popular e contra-hegônica, que recentemente tentamos qualificar com aspectos do debate descolonial. (Saquet, 2022, p. 50). Baseada nas ideias de Saquet, a ideia de planejamento territorial da qual eu defendo. Um planejamento feito do povo, para e com o povo. Assim, como se constroem os territórios educativos que são as EFAs – com a educação no/do campo, como defende Caldart (2002):

Um dos traços fundamentais que vêm desenhando a identidade deste movimento por uma educação do campo é a luta do povo do campo por políticas públicas que garantam o seu direito à educação, e a uma educação que seja no e do campo. No: O povo tem direito de ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma

educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada a sua cultura e as suas necessidades humanas e sociais (Caldart, 2002, p. 18).

Esta luta por uma educação no campo e do campo da qual Caldart descreve, não se faz em separado do território. Ao contrário, se constroi no território e estreita as relações com ele. Assim, baseada na realidade sobre a educação no/do campo a voz da egressa Isabel Cajá, faz ecoar:

“Porque assim, no campo, ela está no campo, ela está situada na zona rural, não quer dizer que ela esteja com sua metodologia voltada para uma educação contextualizada para aquela realidade. E a educação do campo, está no campo e está com a educação contextualizada para aquela realidade, para aquele modo de vida do camponês, respeitando as singularidades de cada indivíduo que ali está naquele espaço”. (Egressa Isabel Cajá, entrevista concedida em 2022).

Ainda, segundo Caldart (2002):

Somos herdeiros e continuadores da luta histórica pela constituição da educação como um direito universal, de todos: um direito humano, de cada pessoa em vista de seu desenvolvimento mais pleno, e um direito, de cidadania ou de participação mais crítica e ativa na dinâmica de sociedade. Como direito não pode ser tratada como serviço nem como política compensatória; muito menos como mercadoria. (Caldart, 2002, p. 18)

Trazer o debate da educação do campo e do território enquanto direito é muito importante para fortalecer e tornar visível estas lutas. Caldart (2002) sabiamente é firme em dizer que o campo existe e que a luta por políticas públicas direcionadas a um projeto educativo próprio para quem no campo vive é legítima. Sobre legitimidade e territorialização da educação do campo Molina diz que:

Desde a realização da Conferência Nacional “Por Uma Educação Básica do Campo”, em 1998, temos observado que os estados que conseguiram garantir maiores espaços para territorialização desta demanda foram aqueles nos quais os movimentos sociais tinham maior organicidade e assumiram realmente a Educação do Campo como bandeira de luta em todas as reivindicações encaminhadas aos poderes públicos (Molina, 2002, p.29).

Com isto, destacamos o quão necessário foi a realização de vários movimentos em prol da educação no/do campo e que o seu estabelecimento foi e é efetivado através das políticas públicas e esta última se torna real por e a partir das lutas travadas pelos movimentos sociais do campo. Logo, o território se constrói e reconstrói baseado também nestas configurações. Baseada na realidade, a voz da egressa Isabel Cajá, faz ecoar:

“Gratidão! Porque lá em 1997, na adolescência ter plantado uma sementinha aqui dentro, do poder de transformação que nós do campo tínhamos, que nós éramos capazes, que não nos tornava diferente por ser do campo, por está na roça. Abrir os olhos pra os problemas sociais enfrentados e as diferenças sociais que a gente vivenciou e vivência. Por plantar a sementinha, fazer nós compreender que ia sofrer porque sempre sofreu historicamente no contexto de uma sociedade machista e por nos dizer lá atrás, a gente mesmo sendo mulher, que não poderíamos nos calar né? Tinha que lutar e buscar os nossos direitos e fazer com que eles fossem cumprido.

Que nós por sermos da roça, não poderíamos fazer como diz a música né? “Só tem a enxada e o título de eleitor, para votar em seu fulano educado que nada faz pelo pobre agricultor” (Egressa Isabel Cajá, entrevista concedida em 2022).

Assim, convido Gomes, Costa e Miranda para esse diálogo, pois, eles dizem que “o território educativo mobiliza e é mobilizado, ele é fruto de uma construção social criativa e propulsora de ações formativas e organizativas” (Gomes, Costa e Miranda, 2022, p. 157). E, é exatamente sobre isso que a fala da egressa Isabel Cajá nos revela e, eu, mas uma vez sou insistente em dizer. As EFAs, são territórios educativos.

Através das minhas leituras em Macedo (2015), me encanto ao perceber, que ao pesquisar-com a experiência, eu tenho por revelar sobreposições de experiências, sem perder de vista as que já vêm comigo, as que vão se agregando no trajeto do meu caminhar e, as que se dividem e ao mesmo tempo se somam as dos egressos/as. Macedo (2015) Sabiamente, traz como proposta uma reflexão relacionada ao que ele chama de cartografia da experiência:

Dessa forma cartografar é caminhar em busca do encontro com os saberes da experiência. É estar atento a focos de luz que acendem, ficam a meia-luz, apagam; a fochos ou facheiros que se movimentam lenta ou rapidamente, que mudam de lugar, de perspectiva, de intensidade, que se juntam, se separam, que se complementam, que se hibridizam, que emergem repentinamente; a perspectivas que entram em conflito, que transgridem, que traem, que seduzem, que se negam, que se solidarizam e competem, que produzem diálogo ou silenciam dialogando, que se esforçam em explicitar, em contar e, também, se perdem na incoerência, no paradoxo, nas contradições, nas derivas, que querem repetir, mas que podem também explodir em originalidade, de onde emanam poderes violentos mas, também mentem estrategicamente ou de forma hipócrita, que se doam, se solidarizam, numa constante produção de múltiplos sentidos e sem-sentidos (Macedo, 2015, p.55).

Vocês leitores/as, ao observarem tudo o que foi construído por mim até aqui, conseguem perceber o quanto corroboro com Macedo (2015). Minha escrita revela a vocês, como minhas experiências foram cartografadas e entrelaçadas às experiências dos egressos/as e, lhes digo mais, os meus movimentos são demarcados por caminhos conhecidos/desconhecidos em busca daquilo que se é esperado/inesperado. Digo isso porque compreender a construção de experiências a partir de territórios educativos não foi uma tarefa fácil, mas, entendo que os movimentos investigativos de uma ação científica, não se debruça no que é cômodo e confortável, e, por isso, me empenho em discutir, o que é apresentado a mim, a partir das falas dos egressos/as:

“Porque a EFA trás pra gente muito dessa cultura, dessa vivência e experiência do campo, a EFA, ela foi e é responsável por mostrar a gente jovem do campo, que aqui nesse lugar a gente pode sobreviver com dignidade, a gente pode viver com dignidade, a gente ainda pode mudar. Por exemplo, a gente vive numa área de um semiárido o clima é seco, a gente não pode mudar isso, então é algo imutável. Mas a EFA nos mostra como a gente pode conviver com isso de forma a sofrer menos com a seca digamos assim, é essa, como eu já falei, essa valorização, dessa

construção de identidade enquanto homem e mulher do campo” (Egresso José Juá, entrevista concedida em 2022).

Com fluidez, as experiências dos egressos/as vão dão forma aos territórios educativos e, como estes, estimulam o saber sobre o território, criando e recriando estratégias de sobrevivência e revelando o quão o conhecimento é poderoso. De acordo com Gomes, *et al.* (2022) [...]

“as experiências das pesquisas demonstram que, através das ruralidades, esses territórios educativos estimulam a operacionalização de ações cooperativas, pluritemáticas e articuladas com um currículo integrado e com intencionalidades voltadas à formação humana integral” (Gomes, Costa e Miranda, 2022, p. 163).

O egresso fala sobre isso quando se recorda das suas experiências antes e depois de fazer parte da EFA: *“Mas assim, correlacionando com a escola é isso, esse antes e depois, sabe, tipo, o que a escola agregou na minha vida, o que ela agregou na minha consciência crítica, política, social. É isso, sabe? É muito amplo para mim”*. (Egressa Isabel Cajá, entrevista concedida em 2022). Nas palavras de Gomes, Costa e Miranda (2022),

[...] “Ocorre, no entanto, que esses territórios educativos (re)criam e (re)posicionam os atores imbricados, formulando processos interativos com os quais outras temporalidades e outras territorialidades precisam ser esquadrihadas”. (Gomes, Costa, Miranda, 2022, p. 163).

Mais uma vez os pensamentos de Gomes *et. al.* se conectam às experiências dos/as egressos/as. Dessa vez, a voz é do egresso José Juá: *“E a EFA ela me deu a oportunidade de me abranger ainda mais né? Conhecer movimentos sociais mais fortes como o MPA²² a CPT²³ como a própria PJR²⁴ né? Tudo isso através da EFA”* (Egresso José Juá, entrevista concedida em 2022). A partir dessa fala eu pontuo que os territórios educativos são plurais e ao possuir essa natureza, não se limita a um território, pois as redes de conexões criadas e fortalecidas nos territórios educativos transcendem os limites físicos e se conectam a diferentes pessoas, lugares e territórios. Fortifico os meus pensamentos baseados em Gomes *et. al* (2022):

Chegamos até aqui e mantemos a intenção de provocar outras reflexões que problematizam e acrescentam à ideia de uma educação emancipatória as dimensões de valorização de saberes; a relação horizontal e dialógica entre ciência e as representações sociais; a assimilação da escuta e diálogo com as populações rurais como paradigma para uma ciência engajada e ética; e a assunção de uma perspectiva crítica ao que chamamos de territórios potenciais, os educativos (GOMES, Costa, Miranda 2022, p. 162).

²² MPA Movimento dos Pequenos Agricultores.

²³ CPT Comissão Pastoral da Terra.

²⁴ PJR Pastoral da Juventude Rural.

Aproximo-me do final dessa seção, mas, não do final dessa discussão, com a intenção de dizer, que de acordo com Saquet (2019), outras trajetórias memórias, outras opções teórico-metodológicas, políticas, outras vozes e experiências são negadas. Assim, eu escrevo para registrar e, sobretudo, não negar as vozes e experiências do povo do campo, não negar as ruralidades, as territorialidades e temporalidades, não negar os territórios educativos.

3.1. A AÇÃO E SUA NATUREZA PEDAGÓGICA

“A partir da EFA a gente aprende como trabalhar realmente com o solo, como fazer o manejo de solo de forma correta. Isso você vai passando pra seu pai, seu pai conversa com o vizinho, a gente vai numa associação na comunidade e fala: ó, eu aprendi que, lá na EFA a gente não pode queimar os matos né”
(egressa Isabel Cajá, entrevista concedida em 2022).

Está inserido em territórios educativos que possibilitem analisar de maneira crítica e reflexiva o mundo-da-vida e o lugar onde vivemos é fundamental para que a emancipação e os movimentos de lutas e mudanças comecem a acontecer. A educação²⁵, uma grande aliada neste processo, promove conhecimentos que são capazes de transformar realidades. Ensinar-e-aprender tornam-se inevitáveis para que os grupos humanos sobrevivam agora e através do tempo, é necessário que criem situações em que o trabalho e a convivência sejam também momentos de circulação do saber. (Brandão, 2017). É partindo deste pensamento que me alinho, como vocês, leitores/as já tiveram acesso à seção anterior a discussão sobre territórios educativos. As ações das quais discuto não acontecem em separado desses últimos.

Educação é direito, e os sujeitos do campo são sujeitos de direito, essa educação que precisa ser assegurada pelo Estado terá reflexo dos seus fazeres, nas formulações do que se é construído enquanto Território. O egresso Roque Mangaba fortalece essa ideia com a sua voz:

“E depois que a pessoa entra, tipo: de cara já, o assentamento, a associação ela é um âmbito de formação pra pessoa. Porque lá dentro da associação labutando com as pessoas, trabalhando e trazendo os problemas, as conquistas que a pessoa começa a prender que aquilo ali não é qualquer organização, que aquilo ali não é um povo que tá se reunindo, que aquilo ali é um trabalho que foi feito, é uma luta muito ancestral muito”. (Egresso Roque Mangaba, entrevista concedida em 2022).

²⁵ A educação é pensada aqui, como prática social, política e cultural, que tem como consequência – de acordo com o que destaca Brandão (2017) o “poder ser”. A educação é “pluriversa” e precisa se afastar da linearidade e deve atender a diferentes realidades. Pois, logo, os sujeitos que necessitam acessá-la são plurais.

A ação baseada na luta do povo do campo foi e é construída com base na ancestralidade, quem vem antes vai construindo caminhos possíveis para aqueles/as que os sucederão. Esse é o movimento da resistência, só assim, é possível existir. As ações pedagógicas amparadas na *práxis* que se produzem através de uma educação no/do campo²⁶ mobiliza pessoas e o próprio território, assim a egressa Isabel Cajá, tem a nos revelar: “A educação do campo me torna diferente, porque me faz entender o meu lugar nesse campo”. (egressa Isabel Cajá, entrevista concedida em 2022). Isabel Cajá ainda acrescenta que “até então eu não tinha esse olhar dessa educação possível, dessa educação com um olhar diferenciado, no campo e do campo, não só no campo. Então a EFA contribuiu muito pra isso” (egressa Isabel Cajá, entrevista concedida em 2022). Concluo que o movimento do agir, no processo de conhecimento e reconhecimento das suas territorialidades, produzem o próprio território.

Na entrevista com Isabel Cajá, ela me relatou sobre o sentimento de gratidão que tem pela EFA. Ela faz isso, obviamente, sem querer romantizar o seu processo educativo, mas sobretudo dizendo que foi através da educação no/do campo, plantada no chão da EFA que ela pôde compreender o seu poder de transformação. O que estou relatando a vocês, leitores/as, senão um conjunto de ações que tem natureza pedagógica? Deixo para apreciação de vocês, a voz da egressa Maria Maracujá do Mato:

“Na EFA a gente tem alguns instrumentos pedagógicos né? Que além das disciplinas a gente tem os instrumentos pedagógicos, e dentro desses instrumentos pedagógicos a gente tem os estágios que é feito em comunidades, movimentos, organizações parceiras e tem também atividade de retorno. A atividade de retorno é feita durante o tempo comunidade e é justamente para a gente criar esse laço, fortalecer o laço entre comunidade, estudante e escola e também entre a família. Ai cada atividade ela tinha objetivo” (Egressa Maria Maracujá do Mato, entrevista concedida em 2022).

O tempo escola e tempo comunidade possibilitam aos/às estudantes, experienciarem temporalidades e espacialidades distintas. Essa possibilidade agrega diferentes experiências e logo, a troca de saberes entre escola e comunidade em tempos e espaços diferentes se fortalecem, sendo possível diferentes formulações estruturais e subjetivas sobre o território, territorialidades e temporalidades.

Ressignificar a compreensão de distintos dispositivos sociais, políticos e econômicos, os quais possam contribuir para o fortalecimento das lutas no âmbito do campesinato. Nesse sentido, auxiliando-lhes na reconfiguração do campo enquanto território de luta por direitos, pela qualidade de vida, pelo desenvolvimento pleno de autonomia, como qualquer outro espaço da sociedade (Andrade; Nogueira; Rodrigues, 2018, p.2-3).

Esses autores ainda sinalizam sobre a experiência social, a participação nos processos políticos e econômicos, a compreensão sobre o valor da terra e as relações de autoconsumo e resistência que se estabelecem com e no campo e como tudo isso é possível a partir do tempo comunidade. O que nos leva a compreender que se torna viável também pelo tempo escola.

As EFAs devem proporcionar a todos os seus educandos/as a aprendizagem do uso legítimo de sua liberdade, assim como as capacidades que lhe permitam viver com dignidade (Costa, Freitas; Marinho, 2019). Fortalecemos ainda, que mesmo não havendo a obrigatoriedade e nem se possa assegurar que esses/as educandos/as irão se manter no campo, é importante que se construa estratégias, narrativas e políticas públicas que minimamente assegure isso, porque sim, almejamos muito mais – uma vivência no campo com acesso a água, comida, educação e dignidade.

De acordo com Costa (2017), no ensino em alternância, quando o aprendizado acontece no tempo escola e no tempo comunidade, compreende-se que o contexto forma tão quanto a escola. Este autor, ao realizar uma pesquisa em uma EFA localizada no semiárido constata que:

Os conhecimentos construídos a partir da EFAs já se traduzem em melhorias das condições de vida das populações do campo, onde se percebe uma elevada experimentação de saberes, das técnicas e dos métodos apropriados à região sendo colocados em prática nas comunidades e propriedades, reforçando a teoria construída na escola, e se assumindo enquanto dimensão de grande relevância para a consolidação do paradigma da Convivência com o Semiárido (Costa, 2017, p.8).

A experiência de Costa (2017) apresenta um relato em que relaciono a partir do intento de como as ações forjadas nas EFAs através da pedagogia da alternância têm produzido e fortalecido territórios, possibilitando novas formulações e organizações no fazer, no pensar e no modo de vida do povo campo. Em entrevista, a voz que revela as experiências, vivências e ações do egresso José Juá, ao ser perguntado sobre se percebeu alguma mudança na sua relação com a sua comunidade, na sua relação com a terra depois que ingressou na EFA, revela:

“Sim! Muito, muito, muito! A gente fazia muitas atividades que a escola mandava né? As atividades para a gente desenvolver na comunidade dentro das associações, muita relação com os agricultores né? E aí dentro dessa relação com os agricultores a gente tinha essa relação com a terra né? explicar, a eles o manejo adequado para a terra, a questão do acesso à terra né? A questão de preservação das aguardas né? A questão do desmatamento, deles não estarem desmatando suas áreas, a questão das queimadas que era muito forte aqui na comunidade e hoje a visão que eu tenho é que acabou a questão da visão dos agricultores que a queimada ela era algo bom. Manter ali sua roça organizada, mas não queimando

aquele mato que serve de adubo pra própria roça” (Egresso José Juá, entrevista concedida em 2022).

Cada vez que faço essas rodas de diálogos entre os egressos e as egressas com os autores que discutem sobre o marco teórico e conceitual desta pesquisa, eu me aprofundo cada vez mais no método fenomenológico e compreendo e revelo a vocês, leitores/as, que de fato, são as experiências dos egressos/as que validam a teoria. E que também, a fenomenologia não é parte dessa pesquisa, ela é toda pesquisa, meus escritos se movem a partir e através do método.

Por isso é importante para o método e, sobretudo para mim, trazer as vozes de quem construiu/constrói as ações, as vozes de daqueles/as que constroem as EFAs porque sei, e vocês leitores/as também sabem que nesse processo, a *outsider* sou eu. As narrativas que são expostas nessas linhas são dos/as egressos/as participantes do que foi e é construído no chão desses territórios:

“Porque a EFA trás pra gente muito dessa cultura, dessa vivência e experiência do campo, a EFA ela é, e foi e é responsável por mostra a gente jovem do campo que aqui nesse lugar a gente pode sobreviver com dignidade, a gente pode viver com dignidade, a gente ainda pode mudar por exemplo a gente vive numa área de um semiárido o clima é seco, a gente não pode mudar isso, então é algo imutável. Mas a EFA nos mostra como a gente pode conviver com isso de forma, sofrer menos com a seca digamos assim e essa, como eu já falei essa valorização, dessa construção de identidade enquanto homem e mulher do campo” (Egresso João Pitomba, entrevista concedida em 2022).

Ação é movimento e as EFAs são movimento-ação, são escolas do/em movimento, encontram-se inacabadas e não podem se permitir a pensar em pontos finais pois, é no agir que se formulam, se (des)estruturam e se estruturam novamente. É em união/reunião com seus métodos e práticas reveladas na sua pedagogia da alternância, que (des)constroem e constroem territórios, territorialidades, atores coletivos, temporalidades e experiências. A voz do egresso Humberto Umbu, por e a partir da sua experiência atribui sentido ao que escrevo:

“Então hoje a escola ela trabalha com essa perspectiva da formação do jovem como todo né? Então o projeto em si, trabalhando com essa pedagogia da alternância é justamente formar, tanto os jovens como as suas famílias de que o campo é viável e de que você não precisa sair do campo pra ter acesso a coisas melhores né? Porque antigamente dizia: Ó, antigamente o que era que o povo falava: Ó, se você continuar aqui na roça você vai ser igual a mim! O pai e o avô falava sempre isso né? E hoje não precisa você sair do meio rural pra ter um estudo de qualidade entendeu? Então a EFA sempre foca isso: Que não precisa você sair do campo pra ir pra cidade estudar né?” (Egresso Humberto Umbu, entrevista concedida em 2022).

As vozes dos egressos, João pitomba e Humberto Umbu estão respaldadas no agir pedagógico das EFAs. Ações que não se limitam à escola e por isso se alargam, o objetivo é

esse. “Não basta mais uma educação e uma escola para a classe trabalhadora e para o movimento social, mas se necessita de uma escola em que o protagonismo esteja para e com os trabalhadores e trabalhadoras” (Caldart, 2013). Esta autora ainda acrescenta que:

[...] Proposta dialógica, definindo-se uma concepção de educação e de escola, formando sujeitos para atuação política desde a materialidade dos processos de trabalho e da luta no campo, vinculados a um projeto de país e de sociedade. O desdobramento disso corresponde à vinculação da educação ao projeto de formação humana, em que a escola assume também essa diretriz de trabalhar explicitamente na direção de um determinado projeto histórico [...] (Caldart, 2013, p. 23).

Dessa maneira, “a transformação da realidade do campo contribui, dessa maneira, para a transformação do país” (Caldart, 2013). Quando se transforma o campo, essa transformação alcança outras proporções. A ação e sua natureza pedagógica forjadas nas EFAs fazem isso e, é o que a narrativa do egresso João Pitomba nos mostra:

“Sim, eu entendo o projeto político pedagógico da escolar, como um projeto diferencial, com o projeto que eu entendo que, é voltado para nós, é voltado para as nossas realidades, não é um projeto de ensino voltado apenas para a base curricular, mas é um projeto voltado para as nossas bases comunitárias, para nossas de vivências, nossas experiências. É voltado para a nossa valorização do nosso lugar, do nosso espaço e isso acontece, acontecia por meio mesmo das aulas, das comunidades pequenas, mas que os próprios professores em algum momento faziam questão de trazer para as aulas um pouco sobre essa a importância desse lugar, desse campo, dessa roça, né? Desse rural mesmo, então eu entendo que o projeto político pedagógico da escola é um projeto que visa essa valorização que direciona mesmo para esse público que é o homem e mulher do campo” (Egresso João Pitomba, entrevista concedida em 2022).

As vozes dos/as egressos/as revelam que as ações pedagógicas não são somente formuladas para os territórios, mas com os territórios. Caldart (2002) relata em seus escritos, que a educação do campo é uma educação *dos* e não *para* os sujeitos do campo, porque é feita através de políticas públicas, mas é construída, sobretudo com os próprios sujeitos dos direitos que as exigem. Os pensamentos de Caldart se confrontam/encontram com o que eu tive o privilégio de escutar durante a entrevista do egresso Roque Mangaba:

“Tipo, se é uma planta que a gente plantou, quando a gente vai lá a gente diz: Não! Eu tava aqui quando fez isso. Então a escola, eu tenho um sentimento de pertencer, eu fiz parte daquela escola, aquela escola é minha, ela me pertence também, eu fiz uma história lá, uma caminhada lá dentro sabe?” (Egresso Roque Mangaba, entrevista concedida em 2022).

A teoria da Caldart (2002), ao encontrar a prática através da experiência do egresso Roque mangaba em um encontro promovido por mim, aqui e agora, me leva a afirmar que a ação e sua natureza pedagógica formam a *práxis*. Uno esse encontro, com outras discussões promovidas por Caldart (2013):

Desdobramos desse raciocínio e dessa concepção de conhecimento a afirmação de que não é possível construir em um processo educativo uma base de conhecimento científico sem a inserção na realidade e sem a relação entre teoria e prática. Exatamente porque em nossa sociedade, fundada na fragmentação, na separação, na alienação, a totalidade não se recomporá na formação da jovem geração sem uma intencionalidade pedagógica específica. Da mesma forma que precisamos desta relação para historicizar a ciência, o que também é condição para fazer a crítica da ciência moderna, burguesa, sem precisar antes “passar a limpo” a ciência ou a lista de conteúdos trabalhados na escola (Caldart, 2013, p.107).

Tenho acordo com Caldart (2013), que afirma que a fragmentação nos desarticula e, é sim necessário nos ampararmos nas nossas intencionalidades pedagógicas, pois afinal, a educação nunca foi e nem nunca será construída em neutralidade. Assim, o egresso José Juá diz: *“O projeto político da escola ele traz bem claro que o foco é desenvolver o campo, desenvolver a região que a gente tá e de forma contextualizada, usando as nossas práticas muitas das vezes já existentes, modificando elas”*. (Egresso José Juá, entrevista concedida em 2022). Essa afirmação se relaciona com Caldart (2013) quando reflete que:

Nosso fundamento principal há que ser a própria vida real, ou a materialidade das relações que constituem o processo educativo desencadeado, integrada a um esforço permanente de análise das tendências de seu desenvolvimento histórico (o que requer teoria). O ponto de partida e de chegada precisa ser, pois, a nossa própria realidade, transformada na direção do projeto de sociedade e de ser humano que coletivamente assumimos como desafio de construção (Caldart, 2013, p.74).

Pensar sobre ação pedagógica e trazer Caldart (2013) refletindo sobre processos educativos pondo a realidade como ponto de partida e chegada, sem dúvidas faz todo sentido. Nas EFAs a realidade faz esse movimento entre *o partir* e *o chegar*, entre *o ir* e *o retornar* através das territorialidades e temporalidades:

“Lá na escola a gente montava atividade de retorno e o plano de estudo. O plano de estudo era algo que a escola já tinha, tava dentro do currículo do fundamental né? Então, tinha lá o plano de estudo sobre associativismo, plano de estudo sobre cooperativismo, plano de estudo sobre culturas e tradições da comunidade. Aí a gente ia lá, sentava bonitinho a turminha e através daquele tema, o que eu devo levar para minha comunidade como pergunta, como entrevista ou como roda de conversa, pra mim querer saber da minha comunidade ou querer entender né?” (Egresso José Juá, entrevista concedida em 2022).

A fala do egresso José Juá converge em direção às reflexões de Caldart, assim como, seguem em convergência com a fala do egresso João Pitomba:

“A gente levava pra escola aí a escola por meio das visitas locais, fazia esse momento de encontro com a comunidade e fazia esse momento de troca com a comunidade. A escola ia pra comunidade e lá fazia um debate, uma conversa sobre determinado tema que a gente sentiu que a comunidade precisava, que a comunidade queria saber um pouco mais e a EFA voltava pra essa comunidade, pra nossa comunidade e fazia esse momento de debate de partilha dentro da comunidade” (Egresso João Pitomba, entrevista concedida em 2022).

Não se faz ação em inércia, isso é óbvio, mas como meu querido orientador Davi da Costa costuma dizer: “é preciso pensar e buscar respostas para questões aparentemente simples”. Por isso, penso alicerçada nas ideias de Caldart (2013), que as ações pedagógicas que acontecem no chão das EFAs:

Entre seus princípios fundamentais destacam-se a relação entre produção, educação e formação da consciência em vista da consciência organizativa; a capacitação para processos de transformação; a capacitação organizativa como base da educação; o movimento necessário entre prática, teoria e prática; o coletivo educando o coletivo e cada pessoa; as contradições como impulsionadoras do processo formativo; a criação de didáticas que extraíam da prática social viva (atualidade) a matéria-prima para o desenvolvimento dos conteúdos de ensino (Caldart, 2013, p.28).

Eu já havia sinalizado que as fragmentações tendem a nos desorganizar. Em consonância com Caldart penso em ações organizativas, das quais, os atores coletivos se unem/reúnem em prol das suas lutas e, isso é possível em/com coletividade e organicidade. Pois, ao contrário, nossas lutas são desarticuladas. As EFAs produzem movimentos coletivos, não um mover de pessoas enquanto peças, mas atores protagonistas das tessituras dos seus movimentos. Convido Prudencio, Rizotto e Sampaio (2022), para esse debate:

Os atores coletivos politizam suas demandas ao comunicá-las e lhes dar existência pública. Ao entrar no debate aberto, essas discussões podem avançar para o sistema de decisão política ou perder a concorrência com outras demandas, o que exige sempre repolitização, justificção pública e competência comunicativa. Há sempre o risco de que, na disputa, os adversários busquem despolitizar as questões, seja direcionando a discussão para o domínio da esfera privada, seja para o domínio da especialidade técnica; é quando o “político” passa a ser um adjetivo desqualificador. Nessas controvérsias, o esforço é de convencimento, portanto, de estratégia de comunicação (Prudencio, Rizzotto, Sampaio, 2022, p.12).

Acrescento que as estratégias em se comunicar, em se fazer ouvir em prol dos seus direitos, se torna possível em se tratando dessa reflexão-ação através do que se constrói nas EFAs. A centralidade do processo pedagógico na constituição/educação da coletividade, fazendo dela principal foco de intencionalidade formadora da escola. (Caldart, 2013, p. 107). Assim, nas palavras do egresso Humberto Umbu:

“Como é que eu posso falar: Como se fosse levando uma escola itinerante pra comunidade sabe? Ai a gente elevava, fazia reunião das associações, as vezes a gente chegava tinha associação que estavam desorganizadas ou inativas, questão das documentações, a gente incentiva eles a regularizar, fundações de novas associações também, a gente conseguiu fazer na época entendeu? Ai por exemplo: Ah! Precisa de um suporte no setor jurídico aqui, aí a gente corria pra o parceiro, APAEB, sindicato e corria pra ajudar a comunidade entendeu?” (Egresso Humberto Umbu, entrevista concedida em 2022).

Os atores coletivos criam sua própria tessitura no alinhavar das relações que lhes permitem ao se tornarem visíveis, estarem envolvidos por uma rede que os fortalece enquanto

grupo. Em entrevista com a egressa Maria Maracujá do Mato, eu me emociono quando ela revela: “[...] *nos defender né? Porque a gente não precisa só de agrônomos, a gente precisa de agricultores, enfim! de advogados, de vários profissionais pra nós, nos defender e nos representar. Que esteja na defesa do campo né? E dos sujeitos do campo*”. (Egressa Maria Maracujá do Mato, entrevista concedida em 2022).

Eu chego nesse momento a mais uma conclusão e, quando falo em concluir não me refiro ao fim da ideia, mas ao entendimento dela, e esse entender se traduz ao dizer que as ações pedagógicas nas EFAs, produzem atores coletivos e que por e através deles, cria-se possibilidades de manutenção dos territórios e dos territórios educativos. Tal compreensão se confirma no que foi dito pelo egresso José Juá: “*tipo, a minha formação era totalmente dependente da minha comunidade, eu sozinho não conseguia desenvolver a minha formação. Por conta que ela dependia ali, sempre do envolvimento do pessoal da comunidade né?*” (Egresso José Juá, entrevista concedida em 2022).

Corroboro dizendo que “não é simples romper as barreiras da separação instituída entre escola e vida” (Caldart, 2013, p.107). Mas acrescento, é possível. Porque “enquanto princípio educativo, concepções e base de sustentação material e organizativa da escola. É o trabalho que permite/exige uma organização coletiva” (Caldart, 2013, p.212). Talvez essa não tenha sido a intenção de Caldart (2013), mas é importante explicar que é a minha, relacionando a organização coletiva para fazer alusão à ação e sobre as ações pedagógicas. Por isso Caldart (2013) diz:

O aprendizado da organização só é possível organizando-se. Quanto mais inseridos estivermos em uma coletividade, maior é o potencial que ela exerce em cada um de nós, pois há um esforço de construir relações sociais orientadas por valores humanistas a fim de construir cada detalhe de forma coerente com os princípios da organização coletiva, e é isso que forja o ambiente educativo (Caldart, 2013, p.111).

O que Caldart (2013), nomeia por ambiente educativo, eu defendo e os chamo de territórios educativos. Acrescento ainda, baseada em Caldart (2013), que a coletividade reverbera a potência educativa de práticas organizativas e de novas ações/relações sociais. E é ao falar de ações pedagógicas/coletivas que agora eu chamo Nosella (2014), para conversar conosco:

A história das Escolas Família é antes de tudo a história de uma ideia, ou melhor, a história de uma convicção que permanece viva ainda hoje, contra tudo e contra todos. [...] Foi à ideia de uma escola realmente para o meio rural e do meio rural; uma escola que rompesse radicalmente com o modelo urbano, não nascida de um estudo teórico, nem de uma tese pedagógica, nem de um levantamento sociológico (Nosella, 2014, p.45).

O que Noscella (2014), nos traz, através das suas ideias é que a ação produz a pedagogia das/nas EFAs e que mais uma vez, isso se torna possível com a movimentação de atores coletivos. Ou seja, as ações coletivas, através dos seus movimentos de lutas, podem tencionar a transformação do Estado. Estou cingindo esse diálogo desde o início desse capítulo para dizer que ao falar sobre educação no/do campo, como faz Caldart (2012), é preciso dizer que:

Combina luta pela educação com luta pela terra, pela Reforma Agrária, pelo direito ao trabalho, à cultura, à soberania alimentar, ao território. Por isso, sua relação de origem com os movimentos sociais de trabalhadores. Na lógica de seus sujeitos e suas relações, uma política de Educação do Campo nunca será somente de educação em si mesma e nem de educação escolar, embora se organize em torno dela (Caldart, 2012, p.263).

A educ(ação) no/do campo e sua natureza pedagógica se multiplica nos territórios em que se vincula e por isso a vejo e defendo, como transitória, porque se faz no ontem, hoje e no amanhã, naquele e noutro lugar e em diferentes tempos e territórios, diverge do modelo hegemônico e ao travar uma batalha a favor do território/território educativo vem sendo forjada na resistência. E é por saber que só resistem em constante movimentação que não podem fortalecer suas fragilidades, é preciso criar estratégias para resistir/existir.

Em entrevista, o egresso José Juá apresentou a sua preocupação ao relatar sobre as fragilidades potencializadas com a pandemia da COVID 19 e, provocadas as/nas EFAs:

“A base da escola é as associações, os grupos produtivos né? Das Comunidades. E aí quando você chega na comunidade que entra numa associação que não tem nenhum jovem, não tem nenhum adolescente, vai um Senhorzinho de idade, mas não leva seu neto, não leva seu filho. Isso tudo são fragilidades né?” (Egresso José Juá, entrevista concedida em 2022).

Confirmo, mais uma vez, agora, com a fala do egresso José Juá, que a ação possui natureza pedagógica, ele nos revela com a sua reflexão que é no movimento do agir que se torna possível, criar e recriar a manutenção das nossas lutas. As ações pedagógicas surgem na/da *práxis* e, em se tratando dessa investigação são expressas nas ruralidades, estas últimas que são as tessituras do rural. Assim, seguiremos tecendo essa discussão no capítulo a seguir.

4. A PRÁXIS COMO FORTALECIMENTO DAS RURALIDADES

“Porque pra gente chegar ter uma terra, pra chegar ter uma casa, pra gente chegar ter uma associação, para a gente chegar ter água. Tudo aquilo dali foi conquistado com muita luta”.

(Egresso Roque Mangaba, entrevista, 2022)

Através dessa epígrafe, da qual, dou início a este capítulo, é nítido compreender na fala do egresso Roque Mangaba, que a *práxis* é revelada *por e a partir* das suas experiências. A *práxis* não se constrói na individualidade, mas sim, na coletividade, esta, por sua vez, produz a reverberação de que o territorial é resistência. Saquet (2022) sabiamente relata que perante a grave situação de vida da nossa gente, precisamos co-habitar, conviver e cooperar com os sujeitos das classes populares e assumir na *práxis* territorial a nossa responsabilidade. Para o autor, poderemos fazer uma geografia na/da *práxis*, nas comunidades com o nosso povo, num movimento decolonial e contra-hegemônico.

É importante explicar que a *práxis* é a essência dessa investigação, porque em primeira instância se fortalece e emerge nas falas dos egressos/as, em segunda instância, porque coaduna com o meu posicionamento teórico-político e de vida. Corroboro com Saquet (2022) quando ele diz:

[...] Essa *práxis* não é assumida pelo intelectual burguês e academicista, porque é incoerente com a sua visão de mundo e com sua vida cotidiana. E, para assumi e (a)fetivamente essa *práxis* popular e territorial, é necessário in(sub)verter paradigmas, teorias, técnicas de pesquisa, é necessário se encontrar e conversar com o povo, coabitar para refletir e atuar com ele. (Saquet, 2022, p. 123)

Assumir e defender uma *práxis* territorial é um movimento contra-hegemônico, sobretudo por entender que a *práxis* é a ação que jamais se perderá na teoria produzida para a teoria, que se movimenta em prol do saber, do fazer, do lutar, do se libertar. Para Roque Mangaba, feita a partir de *“De lutas! De igualdade de gênero, de igualdade racial, entre outros âmbitos quando a gente busca. Porque assim, quando a gente luta por uma causa, a gente não para somente nessa”* (Egresso Roque Mangaba, entrevista concedida, 2022). O egresso Roque Mangaba, da EFA Itiúba, que já foi assentado do Movimento Sem Terra, trouxe essa fala em um dado momento da nossa entrevista para dizer que não se trata somente da luta pela terra, são muitas outras batalhas. Mais uma vez, em suas palavras, ele relatou que *“tem várias causas que vão se confrontando, uma vai complementando a outra”* (Egresso Roque Mangaba, entrevista, 2022). Concluo que a *práxis* territorial é forjada no/do confronto

de muitas lutas e conflitos. Isso se mostra também na fala da egressa Maria Maracujá do Mato da EFA Monte Santo:

“Construindo a escola, indo a pé pra escola, fazendo mutirões. Gratidão a todas essas pessoas que lutaram e lutam pela educação do campo, que me deram a oportunidade que eu estou tendo hoje. Acredito que não é uma conquista individual né? É uma conquista coletiva! Graças a muita luta, de muita gente”. (Maria Maracujá do Mato, entrevista, 2022).

Imediatamente, convido Saquet (2022) para dialogar conosco:

Trata-se da *práxis* de libertação, no sentido da subversão, do enfrentamento e da conquista de autonomia decisória, insurreição e luta contra os agentes do capital e do Estado Burguês, contra a corrupção, a concentração de riqueza, a centralização do poder, contra o racismo, o sexismo, contra a degradação ambiental e da vida humana (Saquet, 2022, p. 123).

A *práxis* territorial e da libertação que é insurgente e resistente como diz Saquet (2022), se constrói e reconstrói diariamente e precisa se fortalecer nos movimentos sociais, nas comunidades rurais, nas escolas no/do campo e com o fortalecimento das territorialidades como eu concluo. Assim,

Práxis e vida cotidiana são simultâneas, como relação universidade-sociedade local, teoria-prática, materialidade-imaterialidade, ciência-saber popular: não há separação. As próprias ações de pesquisa e cooperação fazem parte da construção e qualificação da consciência de classe e de lugar no bojo das contradições e da luta de classes, contribuindo-se diretamente para resolver os problemas populares no nível de cada território (Saquet, 2022, p. 124).

Nas EFAs há uma profusão de *práxis* e vida cotidiana e isso é possível quando teoria, prática, saberes científicos e saberes populares dançam juntos, mesmo que em diferentes temporalidades, ora no tempo escola, ora no tempo comunidade²⁷. O que acaba por promover essa resolução de problemas nos diferentes territórios como Saquet (2022) se refere e como também a egressa Isabel Cajú, da EFA Valente revela através da sua experiência:

“Queimar o mato num é a solução, não é a fertilidade do solo né? A fertilidade do solo é a gente fazer os camelões com os matos deixá-lo lá apodrecer pra virar matéria orgânica. Então você aprende isso, você leva isso pra seu pai, você leva isso pra comunidade e são coisas que eu não sabia antes da EFA” (Isabel Cajú, entrevista concedida, 2022).

A narrativa de Isabel Cajú, confirma que as *práxis* educativas são produzidas na EFAs e pelas EFAs e isso acontece quando não se limita a esse território educativo e passa a ocupar e ser realizada em outros territórios. Por isso concordo muito com Saquet (2022), quando ele diz que “a *práxis* é de insurgência popular, dialógica e refletida, também contrária ao movimento de acumulação do capital, ao Estado burguês e à degradação da nossa natureza (orgânica e inorgânica)” (Saquet, 2022, p.30). Reafirmo, diante dos meus achados que a *práxis* então se faz no chão das EFAs, que é território educativo e que em sincronia com as

²⁷ No próximo capítulo discutiremos sobre os tempos escola e comunidade.

temporalidades se constroem no chão do rural, nas múltiplas comunidades atendidas, por e a partir da profusão de saberes. Trago a voz da egressa Maria Maracujá do Mato fazendo a *práxis* territorial, social e da liberdade ecoar:

“Eu sempre gostei muito de morar na minha comunidade, na comunidade rural. E sobre a identidade, sobre se identificar com a localidade, me despertou quando eu comecei estudar na EFA. Porque antes disso eu não entendia nem o que era fundo de pasto. Eu via meu pai saindo de madrugada pra se organizar com outras pessoas da comunidade em prol do fundo do pasto, porque o fundo de pasto que eu moro é área de conflito. Porque assim, Monte Santo é marcado por conflitos agrários e principalmente a minha comunidade que foi dois anos de conflitos. E eu não entendia por que meu pai sai de casa com outras pessoas, eu não entendia o motivo. Algumas pessoas chamavam de cortadores de arame e eu vim compreender quando eu fui estudar na escola que era uma resistência né? Luta pelo que é nosso, que é nosso de direito e que tinha pessoas querendo tirar o que é nosso né? Grileiros, latifundiários, querendo tirar o que é nosso e meu pai juntamente com outras pessoas da comunidade foram defender, e eu, não compreendia o que era isso, o que era fundo de pasto não entendia. E aí quando eu fui pra EFA, aí eu comecei a compreender o que era fundo pasto, o que era a luta pela terra” (Egressa Maria Maracujá do Mato, entrevista concedida em 2022).

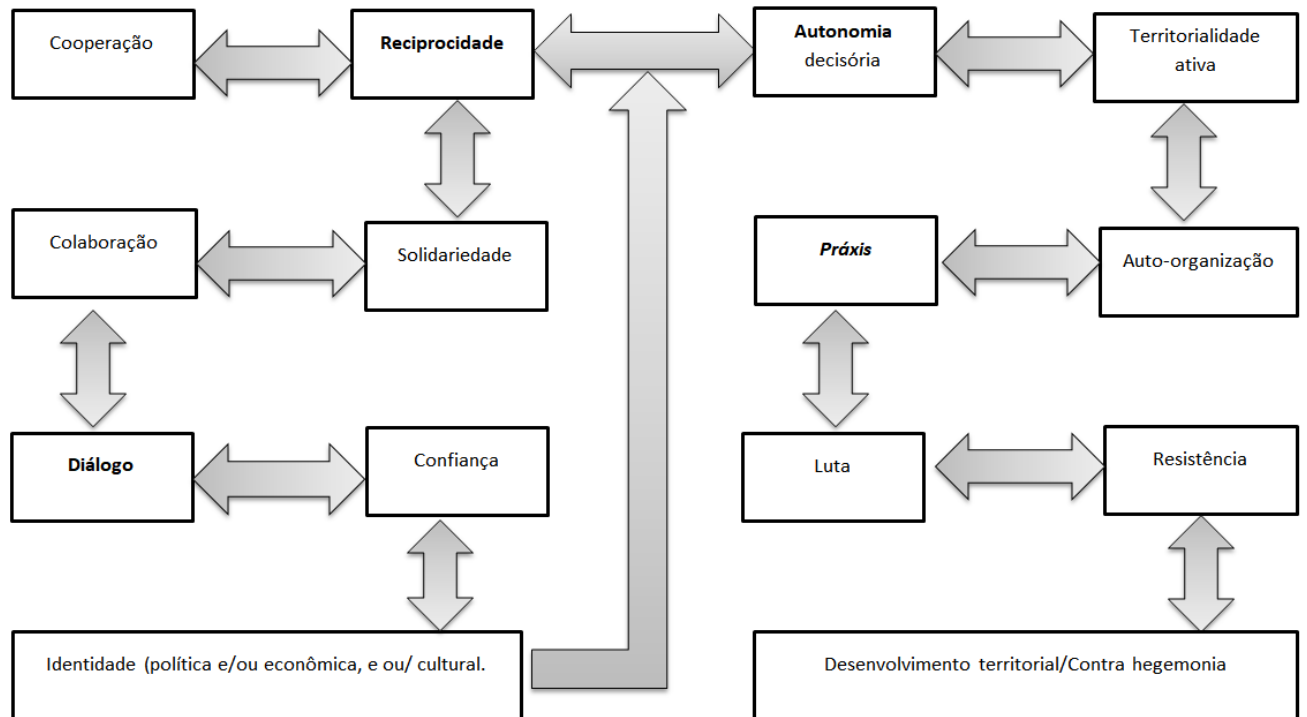
A fala da egressa Maria Maracujá do Mato me emocionou e emociona, ela escancara e eu, ainda digo, desmascara a latente e conflituosa disputa de terras no Estado da Bahia. Sua vivência revela a releitura de si mesma e do seu território, tornando-se possível *por e a partir* das *práxis* educativas forjadas na EFA. Ao pensar sobre *práxis* social, Saquet (2019) aborda:

Acreditamos que a *práxis* social e transformadora passa, necessariamente, pela compreensão dessa relação de reciprocidade, bem como pelo seu reordenamento, quando necessário, para construir relações mais simétricas e mais clareza da importância da qualificação da consciência de classe *de-si* e *para-si*, sem discriminação do *outro*, com um conteúdo reflexivo e dialógico, especializando-se e territorializando-se constantemente (Saquet, 2019, p.49).

Para mim, propor esse diálogo com Saquet é muito tranquilo. Isso porque, ele se propõe constantemente a dialogar, vejo a sua escrita como um circuito de diálogos e enxergo a minha escrita como uma roda de diálogos, porque estou construindo e adensando-a, através de convites para que outras pessoas dialoguem comigo/conosco. Me coloco na roda de diálogos entre Saquet e os egressos/as e vocês, leitores/as, verão essa fluidez o tempo inteiro aqui, com mais e mais pessoas adensando a nossa roda. Nada distante do que as EFAs já propõem: *“Trazemos místicas importantes, os serões são ferramentas importantes de diálogo, de formação com a juventude”* (Roque Mangaba, entrevista concedida, 2022).

Trago a seguir a relação entre reciprocidade, diálogo, autonomia, *práxis* e contra-hegemonia, elaborada por Saquet (2016, p. 19). Essa relação corrobora com as nossas ideias de como a *práxis* se constrói e reconstrói nas EFAs.

Figura 12 – Uma representação da relação reciprocidade-diálogo-autonomia-práxis-contrahegemonia em Saquet.



Elaboração: Saquet, 2016-19

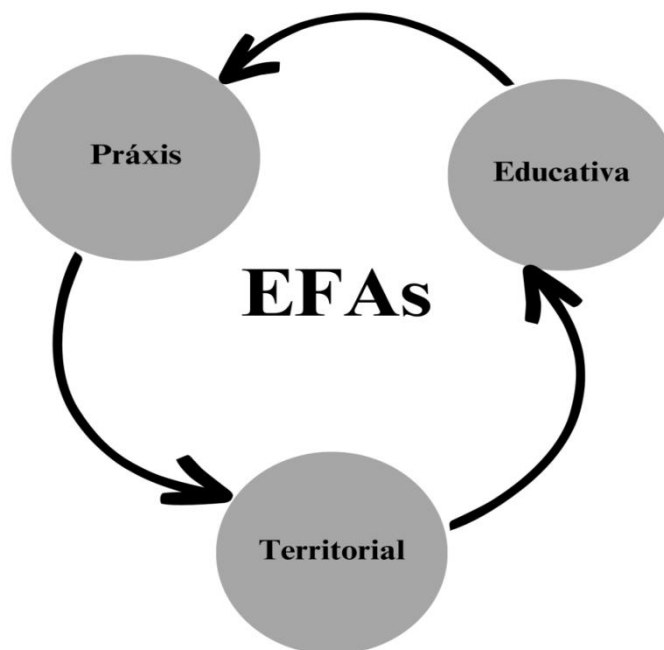
Observo a figura elaborada por Saquet (e adaptada por mim) e considero prudente trazê-la aqui, conseguimos através dela, visualizar sinteticamente os arranjos, vínculos e destaque que ele propõe ao discutir *práxis*. Observem que na discussão sobre *práxis* que deixei aparente até o momento para vocês, leitores/as, não aparecia o vínculo explícito com o desenvolvimento territorial, se a gente observa o quadro elaborado por Saquet, ele faz essa relação, mas não dá destaque a esta.

Eu sempre penso e levanto debates sobre a ideia de desenvolvimento, esta, pode ser muito insalubre para alguns grupos, sobretudo porque se deve pensar: O que é chamado de desenvolvimento é para que e para quem? Quero dizer: que grupos serão atendidos e/ou beneficiados? Por isso, talvez a ideia de território e de planejamento territorial da qual defendo possa causar certo estranhamento. O território que trago aqui, não é aquele dos limites e fronteiras pensados e planejados por quem, se quer viver no território. Não quero com isso, anular o modo político-administrativo pelo qual o território é construído, mas desejo relevar a vocês, leitores/as que não podemos tratá-lo única e exclusivamente dessa forma.

Os territórios que trago aqui, eles são plurais, não são unificados e ao mesmo tempo, são singulares. Nestes, as pessoas co-criam o próprio território e constroem os seus modos de vida. O que proponho entre amplas e distintas visões sobre o território e como ele se constrói e por quem ele é construído, é que haja o diálogo entre ambos. Pois, afinal os territórios que revelo aqui, estão contidos na formulação e reprodução do território construído político e administrativamente. Rememorem a formulação de Saquet sobre *práxis* e suas relações discutidas até o momento: Na construção da *práxis* o diálogo é destaque em Saquet.

A *práxis* que Saquet diz que é territorial e, ao mesmo tempo social e de liberdade, eu agrego também como educativa e por que não, a ideia de uma *Práxis Territorial Educativa* (PTE)? Observem leitores/as, como esquematizo essa ideia na figura 13 a seguir:

Figura 13 – *Práxis-territorial-educativa*



Elaboração própria, 2022

Eu enxergo “o fazer” das EFAs na construção desse movimento pensar-saber-fazer, coletivos. Eu penso a *práxis* territorial educativa como uma profusão de conhecimentos, um arranjo de possibilidades e diversidades que se unificam e se fortalecem com a união dos múltiplos saberes que constroem e reconstróem os pluri-territórios e as pluri-territorialidades. Deixo para apreciação de vocês, leitores/as, as ideias se confrontando através da vivência do egresso Roque Mangaba: “*Lá você tem a prática, lá você tem a teórica, lá você tem o conhecimento popular, os saberes das comunidades, tudo lá. Lá a gente constrói uma história, eu vejo a escola com uma história em todos os cantos*”. (Roque Mangaba, entrevista, 2022).

Por entender as singularidades e as diversidades das pessoas e dos territórios. E, ao analisar tudo que foi formulado até o momento nas nossas rodas de diálogos, é inegável que as *práxis* são fortalecedoras do rural, das ruralidades. De acordo com Gomes et. al (2021):

As ruralidades se materializam nos imaginários e nas práticas sociais, ou seja, a produção de sentidos sobre o rural pode ser investigada. Nessa perspectiva, as discussões mais recentes sobre território assimilam e incluem a cultura, considerando que o território se traduz numa dimensão simbólica e numa dimensão material, de constituição predominantemente econômico-política (Gomes, Costa, Miranda, 2021, p.156).

Corroboro com ideias que Gomes *et al.* propõem. Os territórios dos quais discuto não se constroem dissociados das culturas, nem mesmo, materialmente, da política e economia. E, em se tratando dos territórios rurais, parafraseando João Pitomba, entrevista (2022) “o rural mesmo, comunidade rural mesmo”, as ruralidades se concretizam através das *práxis*, ações, saberes e tradições. Convido mais uma vez, Gomes *et al.* que dizem:

[...] as ruralidades constroem uma tessitura de experiências que são possíveis relacionar com vivências de estudantes e a construção de produtos educacionais que dialogam com o rural e suas dimensões simbólicas, sociais, e, sobretudo, culturais, construindo o que denominaremos de territórios educativos (Gomes, Costa, Miranda, 2021, p.147).

Coaduno com essa proposta, sobretudo, levando em consideração que elas conversam com o que penso. Pois, além de concordar com a formulação de territórios associando-os a educação, proponho a elaboração de um produto (*Podcast*)²⁸ que dialogue e contribua com a REFAISA e logo, com o fortalecimento das ruralidades.

As diversas ruralidades tendem a revelar como destaca Gomes, Costa e Miranda (2021) “significados e sentidos políticos do rural”. Diante das minhas leituras e interpretações das vivências e experiências reveladas pelos egressos e egressas, acrescento que as ruralidades se amparam no território/territorialidades, no modo de vida, na cultura e religiosidade forjadas no rural. E, as EFAs enquanto territórios educativos, aliadas na *práxis*, têm forte influência nesse processo como foi revelado na voz da egressa Damiana Cajú (2022), quando relata que as vozes dos jovens, na sua comunidade passaram a ser ouvidas após o ingresso na EFA:

“Até mesmo na convivência com o pessoal da comunidade. É, eles tiveram mais uma forma de acreditar que é possível se viver no campo, tirar o sustento dali.

²⁸ Informo a vocês, leitores/as, que mais adiante explicarei sobre a estrutura e produção dos *Podcasts* que foram construídos. Mas, desde já, desejo-lhes informá-los que: Segundo Luiz e Assis (2010) o *Podcast* trata-se de uma mídia da cibercultura que vem conquistando grande espaço na internet, devido a sua facilidade de criação e de distribuição. Os mesmos segundo estes autores são programas de áudio e/ou vídeo ou ainda uma mídia de qualquer formato da qual a principal característica é sua forma de distribuição que se configura de maneira direta e atemporal chamada *Podcasting*.

“Acreditar no Jovem, isso também foi um fator que ajudou muito” (Damiana Cajú, entrevista, 2022).

Em outro momento, em entrevista com a egressa Amélia Seriguela, sua fala reflete sobre o conhecimento de si e do seu território, reverbera as ruralidades através da *práxis* territorial e da liberdade pensadas por Saquet (2022):

“O que a cidade tem, se alimenta, vem do campo entendeu? Então, a gente até tem uma frase: Se a cidade janta, é porque o campo planta né? Se a cidade não janta é porque o campo não planta. Então, o campo, se não existir o campo, não existe a cidade” (Egressa Amélia Seriguela, entrevista, 2022).

A egressa Amélia Seriguela pensa em uma cidade da qual não se constrói sem o campo, eu tenho acordo com ela e, penso que a sua narrativa revela um entendimento do qual as ruralidades atravessam os limites dos seus territórios. Assim, é preciso que eu convide Wanderley (2000), para essa conversa, porque em suas palavras “o meio rural tornou-se *lócus* de onde emergem novas questões que dizem respeito à sociedade em seu conjunto e não apenas à sua parcela rural (Wanderley, 2000, p. 118). Ou seja, é necessário refletir sobre essas relações que se atravessam, pois as cidades podem querer parecer, mas não são autossuficientes. E eu ousei em dizer que quando eu faço a união entre a experiência da egressa Amélia Seriguela, ao que Wanderley (2000), propõe teoricamente, eu fortaleço a *práxis* territorial educativa, porque ela também se constrói através dessas linhas por e a partir dessas conexões.

Assim, eu faço a conexão de como as vivências que a egressa Amélia Seriguela expõe, corroboram com as vivências da egressa Damiana Caju. Ambas, egressas da EFA Itiúba:

“As pessoas da cidade não têm uma noção, muitas pessoas não tem uma noção de onde vem aquela comida pro prato, aquele alimento pro prato. É, que uma coisa a pessoa plantar e ver aquela semente brotar é uma coisa muito linda. A pessoa plantar um pé de milho, um pé de feijão e vê ele florescer, ele nascer. Acho que as pessoas da cidade não têm essa noção, muitas pessoas”. (Egressa Damiana Caju, entrevista concedida, 2022).

Convido Saquet (2022) para a roda de diálogos, porque ele discutiu que nas relações existentes no campo a partir das ruralidades, muitas decisões acontecem no nível da vizinhança, nas associações, no ato de colher, no plantar, no organizar. Entendo com isso que o território se constrói em/com reciprocidade e que as ruralidades são protagonistas desse processo. Então, “por isso estamos construindo esse manifesto a favor de uma geografia territorial popular (GPT), raiz ou própria, feita do povo e para ele ou, preferencialmente, com ele” (Saquet, 2022, p.50). O autor ainda defende o quão precisamos entender o território como organização, política, informação, mobilização, luta, resistência e atuação contra-hegemônica, para assim, haver uma *práxis* de transformação feita com a participação e o envolvimento continuado.

Entretanto, Saquet (2022) defende, e, eu concordo com ele, que essa Geografia Territorial Popular, realizada nas *práxis* e nas bases, não anula a participação do Estado. Ao contrário, deve se agregar a este último e vice-versa. Assim, nas palavras de Saquet (2022): “esta *práxis* precisa, de fato, caracterizar-se como descolonizadora das nossas mentes e práticas cotidianas, valorizando-se e qualificando-se os níveis de consciência de classe e de lugar, a auto-organização e luta, sem abrir mão da atuação do Estado” (Saquet, 2022, p.85).

Defendo “um território construído e vivido tendo nas ruralidades um conector dos imaginários, das práticas e das experiências” (Gomes; Costa; Miranda, 2021, p. 155). Sabendo-se que “as ruralidades não se explicam pelas mesmas características” (GOMES, COSTA; MIRANDA, 2021). E, foi no diálogo estabelecido com os egressos/as, que me confrontei com diferentes ruralidades sendo reveladas, elas se conectavam, ao estarem ligadas às EFAs. Assim:

[...] acreditamos que as experiências das pesquisas demonstram que, através das ruralidades, esses territórios educativos estimulam a operacionalização de ações cooperativas, pluritemáticas e articuladas com um currículo integrado e com intencionalidades voltadas à formação humana integral. Ocorre, no entanto, que esses territórios educativos (re)criam e (re)posicionam os atores imbricados, formulando processos interativos com os quais outras temporalidades e outras territorialidades precisam ser esquadrihadas (Gomes, Costa, Miranda 2021, p. 163).

Isto requer reflexão-ação/cooperação assumida politicamente com o povo, trabalhando para e com ele. (Saquet, 2022, p.30). Confirmando diante dos meus achados que a *práxis* se traduz no fortalecimento das ruralidades.

4.1 A ANCESTRALIDADE COMO EXPRESSÃO DO LUGAR

“*Você cria realmente um laço né? Raízes*”.
(Egresso Roque Mangaba, entrevista concedida em 2022).

Ao unir ancestralidade com o lugar, eu não poderia deixar de iniciar esse nosso diálogo evidenciando as raízes das quais o egresso Roque Mangaba relata. Vocês, leitores/as já pararam para observar uma raiz de planta? As de mangue me encantam, vocês já sabem disso. Eu lhes faço essa pergunta porque as raízes são ancestrais, elas contam uma história que só se pode compreender observando. Quem mora na roça, quem mora nessas comunidades rurais, quem mora no campo e, agora estou me referindo aos múltiplos nomes que os egressos/as dão aos seus lugares. Eles e elas, que vivem nesses lugares, me/nos contaram/contarão a ancestralidade expressa no/do seu lugar:

“Primeiro é onde está fincada a minha raiz, certo? É como se fosse uma árvore, a minha raiz está fincada aqui, a árvore ela pode crescer de forma para os lados e para cima, mas a raiz dela é fincada no chão, então o campo, o espaço onde eu estou, onde eu vivo é onde estão as minhas raízes, inclusive eu digo: a minha história, eu digo, a minha cultura, a minha família os meus pais, vem desde os meus avós” (Egresso João Pitomba, entrevista concedida em 2022).

Relph (2014) faz uma reflexão da qual eu concordo, ele diz que o

“lugar não é meramente aquilo que possui raízes, conhecer e ser conhecido no bairro; não é apenas a distinção e apreciação de fragmentos da geografia. O núcleo do significado de lugar se estende, penso eu, em suas ligações inextricáveis com o ser, com a nossa própria existência [...]” (Relph, 2014, p.31).

Com isso entendo que as existências e resistências produzidos através da *práxis* de libertação, produzem saberes ancestrais que revelam de qual lugar somos/falamos, ao mesmo tempo em que o lugar traduz os saberes ancestrais e, nesse movimento, fortalecem as ruralidades, eles iniciam nas EFAs e se alargam por outros territórios:

“É ter orgulho! É dizer sou egresso da EFA Valente, eu participei da EFA Valente. Então, eu me orgulho disso. Foi uma experiência que mudou, que me transformou, é se sentir parte daquele lugar. Quando fala egresso da EFA eu me sinto parte, quando fala você egresso da EFA a pessoa automaticamente está me familiarizando com aquele lugar. Tá evidenciando, tá validando a minha experiência naquele lugar” (Egresso João Pitomba, entrevista concedida em 2022).

As falas do egresso João Pitomba dialogam com os pensamentos de Oliveira (2014), que relata sobre os ritmos da experiência associados às dimensões do lugar. Este autor diz que “não há necessidade de fazer um esforço consciente para estruturar nosso espaço, uma vez que esse espaço em que nos movemos e nos locomovemos, integrante de nossa vida diária, é de fato o nosso lugar” (Oliveira, 2014, p.11). Assim:

[...] (O meu, o seu ou nosso lugar), são pensadas em termos geográficos a partir da experiência, do habitar, do falar e dos ritmos e transformações. É o lugar experienciado como aconchego que levamos dentro de nós. Ou o lugar consciente do tempo social histórico, recorrente e mutável, no transcorrer das horas do tempo em um espaço sentido dentro de um lugar interior e exterior (Oliveira, 2014, p.15-16).

Convido Oliveira (2014) para essa conversa, porque para mim, pensar o território na perspectiva que me propus, me leva a reafirmar que não há uma dissociação deste com o lugar. A voz da egressa Damiana Caju me traduz isso, quando ela diz que “*muitas pessoas não dão nem a devida importância pra chuva que cai na terra, que a chuva é o sangue pra terra vingar as coisas, pra dá o alimento*” (Egressa Damiana Caju, entrevista concedida em 2022). Eu não posso deixar de lhes perguntar leitores/as, qual o significado da chuva para vocês? Certamente para cada um/uma de nós terá um significado diferente, ou simplesmente significado algum – o que significa muito. O que desejo dizer, leitores/as é que a egressa Damiana Caju não só pisa no seu lugar-território mas atribui sentido às suas vivências,

experiências e tudo aquilo que as cerca. Parafraseando Relph (2014): O lugar é o fenômeno da experiência. Assim, como essa explicação, eu consigo revelar a vocês, leitores/as, como foi importante ter o fragmento da fala da egressa Damiana Caju, no título dessa dissertação.

O lugar/lugares dos quais os egressos e as egressas falam/pisam, existem/resistem e constroem *por* e *a partir* dos saberes – aqueles individuais e coletivos, as suas territorialidades, pois “o lugar é uma seiva para as corporeidades e essas desenvolvem sentidos na construção dos lugares, o que está em questão é: como territórios de existência se constituem em meio às disputas ou aos conflitos que permeiam os lugares?” (Chaveiro, 2014, p. 270).

Penso que não se constrói o lugar-território sem os atravessamentos conflituosos que se estabelecem nas múltiplas relações que são inerentes a estes, assim como, aos povos que nestes vivem e os (re)formulam diariamente. Nas palavras de Chaveiro (2014):

[...] Diferentes corporeidades, ligadas aos conflitos sociais espacialmente configurados, são a alma dos lugares. E esses lugares são definidos em relação ao outro que, em processo de discriminação, de confinamento, de subordinação, de tirania, transformam os territórios da existência numa correia edificada pelos conflitos nos lugares (Chaveiro, 2014, p. 270).

Os conflitos que ocorrem no lugar não são únicos e exclusivamente desse/desses, lugar/lugares, as relações e ações de conflitualidades se conectam, sejam diretas ou indiretamente com o todo – o mundo. De acordo com Relph (2014):

[...] Lugar é um microcosmo. É onde cada um de nós se relaciona com o mundo e onde o mundo se relaciona conosco. O que acontece aqui, neste lugar, é parte de um processo em que o mundo inteiro está de alguma forma implicado. Isso é muito existencial e ontológico. Mas é também econômico e social [...] (Relph, 2014, p.31).

Essa implicação e conexão da qual o lugar se conecta ao mundo como Relph (2014), defende, precisa tomar forma ao se tornar visível e, eu estou construindo isso aqui, através da minha escrita. Porque o meu desejo é dizer a vocês, leitores/as, que é necessário falar das singularidades do lugar, mas que preciso também deixar aparente, as redes que se conectam ao lugar e, como estas, influenciam, articulam, constroem/reconstroem e planejam o lugar-território, Assim, eu compreendi/compreendo que é na movimenta(ção), do se fazer enxergar que é possível ser visto, pois ao acreditar que o lugar-território é chão impenetrável, nega-se as ruralidades, as territorialidades, temporalidades e os atores coletivos. Pressupondo assim, que essas corporeidades que os povoam não necessitam de políticas públicas. Por isso, tenho acordo com o Egresso José Juá quando diz: “*Tá na hora da gente quebrar esses muros e dizer que essa escola, é uma escola do campo e que muitas coisas devem acontecer nesse espaço*”. (Egresso José Juá, entrevista concedida em 2022).

As EFAs são lugares-territórios, são territórios educativos e precisam se fazer enxergar na mobiliz(ação) do resistir/existir. Assim, deixo com vocês a sábia narrativa da egressa Isabel Cajá:

“Então assim, você olha pra trás e diz assim: velho, lá atrás isso já foi discutido e hoje eu só consigo ter um olhar mais crítico, mas reflexivo, porque lá atrás ainda enquanto eu era uma adolescente a sementinha. Porque eu acho que se a semente não for plantada a gente não vai conseguir ter uma visão tão clara dos fatos como hoje eu tenho” (Egressa Isabel Cajá, entrevista concedida em 2022).

As sementes plantadas em territórios educativos dão frutos que não são somente colhidos entre seus muros, mas através daqueles/as em que formam *por e a partir* da *práxis* territorial educativa, pode-se plantar e colher em tantos outros lugares-territórios.

Pensar no lugar como expressão das ancestralidades é compreender que existem relações que se estabelecem em/com temporalidades que transcendem o agora (presente). Sabiamente, Saquet (2017) relata que “os sujeitos se identificam com a terra, com seus animais, com sua produção, com a linha onde moram e com a comunidade da qual fazem parte [...]. Enfim, com seu lugar-território de vida cotidiana”. (Saquet, 2017, p. 185). As ideias de Saquet, são confrontadas com a experiência do egresso Roque Mangaba, quando ele me relatou sobre a conexão ancestral da sua religião com o que ele aprendeu na EFA e como ele passou a pensar e agir no seu chão, no seu modo de vida:

“E essa questão de conexão também da minha religião com a questão da floresta, com a questão da terra que é muito presente na minha religião isso. A importância da natureza e também a escola lhe coloca pra você aprender, porque assim: Não basta você só trabalhar com a terra se você não trabalhar corretamente com ela, respeitando, dentro das formas da agroecologia, que é uma coisa que a gente aprende bastante, bastante, bastante. O que é agroecologia, como você utilizar métodos da agroecologia dentro da sua propriedade, pra você não acabar destruir ou acabar ocasionando outros problemas dentro da sua terra. De você saber respeitar realmente aquela terra, que aquela terra não é um nada, aquilo ali tem vida, aquilo ali é tipo, eu vejo muito que é um, como é que eu posso falar: É uma produção aquela terra, porque tudo que você planta alguma coisa vai sair dali. A mesma coisa eu levo pra minha vida, como a terra: Tudo que eu plantar na minha vida eu vou colher alguma coisa”. (Egresso Roque Mangaba, entrevista concedida em 2022).

As lutas plantadas no lugar ecoam na nossa colhida/acolhida através da narrativa do egresso Roque Mangaba. Aproveito para parafrasear Relph (2014), um lugar é uma reunião de qualidades, experiências e significados de/em nossa experiência imediata. Tal reflexão me lembra a seguinte compreensão da egressa Maria Maracujá do Mato:

“Mas que a caatinga tem um potencial né? Os frutos da caatinga o licuri, o umbu, o maracujá do mato, eles têm esse potencial e que as mulheres, elas já fazem o extrativismo desses frutos. Que por um lado, enquanto os homens, eles desmatam o ecossistema pra implantação de capim pra colocar o boi, a mulher tá do outro lado catando licuri pra fazer tempero, pra fazer artesanato, e a gente vê essa potencialidade né? no extrativismo, nos frutos da caatinga” (Egressa Maria Maracujá do Mato, entrevista concedida em 2022).

As EFAs do Território do Sisal têm uma relação íntima com a Caatinga, não diferente, a voz da egressa Maria Maracujá do Mato nos revela sua relação/ação, viver/sobreviver nesse lugar. Nos mostra a articul(ação) das mulheres e as potencialidades do seu lugar-território. Saquet (2017) então colabora compreendendo que:

E são esses e outros vínculos, balizados no pertencimento, no reconhecimento, na confiança, na ancoragem, na identificação e na territorialização, que na confiança, na ancoragem, que objetivam a mobilização e a auto-organização dos sujeitos para vender por meio das redes curtas, como um processo inerente à consciência de classe e de lugar [...] (Saquet, 2017, p. 185).

Entendo, ao ouvir Maria Maracujá do Mato e fazer leituras em Saquet (2017), que a consciência de classe e lugar, constrói territórios, lugares, ruralidades, territorialidades e fortalecem os saberes ancestrais. O egresso Roque Mangaba, através da sua experiência, me relata sobre este último:

“Então, eu tive que ir em porta em porta fazer pesquisa. Teve um dia que a gente fez uma pesquisa sobre plantas PANCs, como utilizar na alimentação entendeu? Fizemos um dia todo, que foi durante uma manhã, a gente ficou com a missão de levar as coisas pra escola e a gente fazer tipo, comidas PANCs. A gente fez um almoço só de comida, só com folhagens PANCs, a gente fez, ela ensinou a gente, a gente foi buscar todas as plantas que tinha na comunidade que era utilizada. A gente foi utilizar os saberes populares das pessoas. Tipo, o breudo que é tão comum, tão comum, que pode refolgar, até a palma que pra gente é comum, mas pra as pessoas de fora não é tão comum assim, o cortadinho de palma, a paçoca do gergelim também, uma delícia, uma delícia! Você fazer uma salada só de flores, a gente teve essa experiência. Eu fui inventar de fazer a cocada da batata do imbuzeiro, a gente fez doce de cacto aqueles cabeça de fraude, a gente fez o doce dele. A gente fez suco de mandacaru nesse dia. Então, tipo assim, teve coisas maravilhosas que a gente dizia: Meu Deus! É sério que a gente tá comendo isso mesmo?” (Egresso Roque Mangaba, entrevista concedida em 2022).

Os saberes ancestrais revelam de qual lugar somos/falamos, ao mesmo tempo em que o lugar traduz os saberes ancestrais e, mais uma vez, eu digo que esses movimentos fortalecem as ruralidades, eles iniciam nas EFAs e se alargam pelos territórios. A fala do egresso Roque Mangaba vem fortalecer o quanto os saberes se atravessam e se multiplicam e ao trazer a sua experiência aqui, eu trago também a possibilidade desse saber se multiplicar ainda mais.

É preciso explicar que PANCS significa – Plantas Alimentícias Não-Convencionais. Existe um poder e conhecimento ancestral potente na utilização e consumo dessas plantas. A Mestra Gleice de Oliveira Miranda com sua dissertação intitulada: Construção de jogo de aprendizagem no IF Baiano campus Xique-Xique: desvelando percepções e práticas alimentares sobre plantas alimentícias não convencionais (PANC) a partir de saberes tradicionais e com o Produto Educacional – Jogo de tabuleiro nomeado por: “Come ou não come?”, revela sobre a uso e importância das PANCS. Nas palavras de Miranda (2021):

“se faz necessário compreender a complexidade que perpassa o ato de comer, considerando as dimensões culturais, políticas e sociais, até chegar ao aspecto biológico, simbolizado pelo alimento” [...] (Miranda, 2021, p.115).

Em se tratando desse estudo, quando eu consigo unir, as experiências do egresso Roque Mangaba, com os escritos de Miranda (2021), compreendo que as trocas de saberes entre as EFAS e as comunidades das quais atende constroem experiências das quais fortalece e multiplica os saberes populares/ancestrais e esses movimentos expressam e revelam quem/como são esses lugares-territórios, quem os povoam e como constroem/reconstroem seu modo vida. A voz ecoada pela egressa Amélia Seriguela me relata em entrevista como as trocas de saberes entre os diálogos que ela trazia da EFA para o seu lugar, possibilitou novos olhares sobre como se organizar, porque o que pode ser expresso como o reflexo de hábitos forjados nesse lugar, podem e devem ser repensados:

“Um conhecimento que muitos né? Vive na sua comunidade, vive no seu local que ainda não tem muita noção né? Disso, de feminismo, de que a mulher pode trabalhar no campo, mas pode cuidar da casa. Que o marido também deve cuidar da casa e do campo” (Egressa Amélia Seriguela, entrevista concedida em 2022).

Para não concluir, escrevo com felicidade, que no chão do lugar, recria-se politicamente novas formas de viver. A egressa Amélia Seriguela me apresenta essa realidade e ao mesmo tempo em que, em outro momento, me disse:

“Geralmente assim, nas rezas, nas comunidades tem a igreja né? Cada religião assim. Então era um momento assim, que a gente tava presente e a gente ia ali mesmo e acontecia os encontros nas associações mesmo” (Egressa Amélia Seriguela, entrevista concedida em 2022).

Consigo me alegrar ao compreender também, que no chão do lugar, cria-se e recriam-se estratégias de multiplicar os seus modos de vida. Com isso, o lugar-território expressa ação e contradição, assim como sua própria fluidez em ser inacabado, o que precisa ser para continuar a existir.

Estendo-me ao final dessa seção com o desejo de trazer para vocês, leitores/as, a narrativa da egressa Damiana Caju: *“É uma escola que é na região do Nordeste e tipo assim, eu vou falar no processo de alfabetização de uma criança. Pra ensinar falar a letra U, de uva. E por que não, U de umbu? Entendeu?”* (Egressa Damiana Caju, entrevista concedida em 2022). A voz de Damiana Caju é inquietante, ela questiona-se sobre o porquê não valorizar o lugar. E eu, digo a vocês, leitores/as, que esse é um projeto, como discute Saquet (2022),

“expropria-se para se apropriar do território, dos corpos, das águas e das florestas, das mentes e dos sentimentos, das culturas e das naturezas. A colonização das mentes e das práticas destrói instituições, corrompe os homens, oprime, classifica e inferioriza”. (Saquet, 2022, p.18).

Continuamos a ser colonizados por aqueles que já foram/são e isso, acontece dentro de uma lógica onde o poder econômico e político-partidário hierarquiza as ações e tomada de decisões, nos fazendo acreditar não mais ser. Tenho acordo a egressa Damiana Caju, quando traz a sua experiência e denuncia a negação do lugar, concordo com Saquet (2022), quando pensa que ao expropriarem o nosso território, também nos expropriam e corroboro muito com Relph (2014), quando ele diz que estudar e promover o lugar é uma prática de resistência.

Eu sigo resistindo, leitores/as, por isso convido Oliveira (2014), para esse diálogo, pois ela relata, que lugar e tempo se apresentam intimamente ligados, conseguimos perceber e chegamos a sentir a realidade temporal acoplada ao lugar. Com base nas ideias dessa autora, “o sentido do lugar implica o sentido vida e, por sua vez, o sentido tempo” (Oliveira, 2014, p.4). Assim, os/as convido a alinhar comigo no próximo capítulo a ideia de temporalidade. Sigamos juntos/as.

5. A TEMPORALIDADE COMO POLISSEMIA DE RITMOS, TEMPOS E MOVIMENTOS

“O que a gente aprendia na escola a gente leva pra comunidade e o que a gente vivência em casa a gente leva pra escola, a gente retorna pra escola com essa bagagem”.

(Egresso João Pitomba, entrevista concedida em 2022)

A temporalidade é polissêmica. “As relações temporais são relações de múltiplos níveis de complexidade” (Elias, 1998). Por isso, esse capítulo não poderia ser identificado com outra nomenclatura e, seu nome já lhes indica que a natureza da minha escrita pareou caminhos labirínticos. Mas, quem já viu caranguejo cavar sua própria toca, sabe que a exposição em estar amostra, cria através do seu movimento uma possibilidade de ter uma toca para se tornar casa. Faço essa analogia, porque há um ritmo na própria vida que determina o tempo, ao mesmo tempo em que é determinado por ela.

Enquanto eu escrevia, escutava os artistas contemporâneos Emicida e Gilberto Gil, eles cantavam juntos, a música “É tudo pra Ontem”. o que me soou como poesia e traduz a minha realidade. Perceba a letra:

É Tudo Pra Ontem (Emicida e participação de Gilberto Gil)

(Autoria: Emicida)

Talvez seja bom partir do final
Afinal, é um ano todo só de sexta-feira treze
Cê também podia me ligar de vez em quando
Eu ando igual lagarta, triste, sem poder sair

Aqui o mantra que nos traz o centro
Enquanto lavo um banheiro, uma louça, querendo lavar a alma
Na calma da semente que germina
Que eu preciso olhar minhas menina

A folha amarela, igual comida, envelhece
É a vida, acontece com pessoa e documento
É tão triste ter que vir, coisa ruim pra nos unir
E nem assim agora, mano, vamo embora a tempo

Viver é partir, voltar e repartir (é isso)
Partir, voltar e repartir (é tudo pra ontem)
Viver é partir, voltar e repartir
Partir, voltar e repartir

Vi árvores a derramar suas flores pra ninguém
 Tô zen no meu momento, Coltrane anti-jazz
 Crianças têm o céu no alcance das mãos
 Irmão, será que há tempo de poder ser mais?

Eu sei, caramba, nem estrelas são iguais
 Tem mais, vitória agora é uma fresta de sol
 No fim das conta, Tetsuo é quem tinha razão
 Então todas areias da ampulheta, vão

E as fotos amarelam, como os dentes
 As plantas, a gente, a chama, a febre intermitente
 Vazia estrada, cheia a caixa de entrada
 E, de repente, uma luz quadrada quente, diz que

Viver é partir, voltar e repartir
 Partir, voltar e repartir
 Viver é partir, voltar e repartir
 Partir, voltar e repartir

O Criador deixou a humanidade aqui na Terra
 E foi pra algum outro lugar do cosmos
 Um dia, ele se lembrou de nós e disse
 Ah, eu deixei minhas criaturas lá na Terra
 Preciso ver o que elas se tornaram

Mas, enquanto fazia esse movimento incrível de vir até aqui nos ver, ele pensou
 E se eles tiverem se tornado algo pior do que eu posso conceber?
 O melhor seria não ter um encontro pessoal com eles
 Vou fazer o seguinte, vou me transformar em uma outra criatura
 Para ver as minhas criaturas

Ele se transformou num tamanduá e saiu pela campina
 Em certo momento, um grupo de caçadores, munidos de bordunas e laços
 Se encostaram numa paisagem, avançaram sobre ele, o prenderam
 E levaram pro acampamento com a intenção óbvia de comê-lo

Duas crianças gêmeas, que observavam a cena
 Evitaram que ele fosse levado para a fogueira
 Ele então se revelou para os meninos
 Que antes que os adultos descobrissem, acobertaram a sua fuga
 Do lado de uma colina, os meninos gritaram
 Avô, avô, que você achou da gente, das suas criaturas?
 E Deus respondeu: Mais ou menos!

Viver é partir, voltar e repartir (morte é quando a tragédia vira um costume)
 Partir, voltar e repartir (pra diferença da qual ninguém tá imune)
 Viver é partir, voltar e repartir (mas ouça de alguém que nasceu num tapume)
 Partir, voltar e repartir (é só na escuridão que se percebe os vagalumes)

Viver é partir, voltar e repartir
 Partir, voltar e repartir
 Viver é partir, voltar e repartir
 Partir, voltar e repartir

Viver é partir, voltar e repartir
 Viver é partir, voltar e repartir
 Viver é partir, voltar e repartir
 Partir, voltar e repartir

Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/emicida/e-tudo-pra-ontem-part-gilberto-gil/>, acessado em 07/11/2023.

Os artistas mesmo sem nomear, falam, no refrão dessa música, sobre o tempo/temporalidade ao referirem sobre o movimento das partidas, retornos e partilhas, das urgências do viver/sobreviver em um tempo cronológico que dura aproximadamente vinte e quatro horas²⁹. Pensei exatamente em como nós e, falo diretamente com vocês leitores/leitoras – como nós, você e eu, estamos vivendo o nosso “tudo pra ontem”? quais as suas/nossas prioridades? Quanto vale o seu/nosso tempo? De acordo com Elias (1998), a expressão “no correr do tempo” parece implicar que os homens e as mulheres e talvez o universo por inteiro, flutuariam no tempo como um rio.

Eu venho pensando sobre o tempo³⁰ e digo-lhes, o meu vale muito, porque não tem preço. Reflito sobre isso não pensando no sistema capitalista, trabalhista e academicista que ditam os rumos e ritmos do nosso precioso tempo. Meu tempo não tem preço quando eu posso aproveitá-lo com aqueles/aquelas que amo, afinal, há tempo que se ganha, há tempo que se aproveita e há tempo que se perde. Quero aproveitar todo tempo que eu puder com os meus pais, quero criar e fortalecer todas as memórias dos tempos que já passamos e do que vamos passar juntos, quero estender isso, ao tempo que passo com as minhas irmãs, sobrinhas e sobrinho, meu companheiro, meus cunhados, meus amigos e amigas.

Eu, sou do tipo que reconheço a natureza efêmera da vida e que, quer tempo para vivê-la. Pois, nos encontramos a negociar e vender o nosso tempo, mas, ele não se encontra encapsulado, nem mesmo é injetável, ou o encontraremos encaixotado em uma prateleira para

²⁹ Refiro-me ao tempo cronológico porque Elias (1998) traz uma inquietação sobre a medição do tempo, dizendo que: Os relógios não medem o tempo? Se eles permitem medir alguma coisa, não é o tempo invisível, mas algo perfeitamente passível de ser captado, como a duração de um dia de trabalho ou de um eclipse lunar, ou a velocidade de um corredor na prova dos cem metros. Os relógios são processos físicos que a sociedade padronizou, decompondo-os em sequências-modelo de recorrência regular, como horas ou os minutos. (Elias, 1998, p.7).

³⁰ [...] A palavra “tempo”, diríamos, designa simbolicamente a relação que um grupo humano, ou qualquer grupo de seres vivos dotado de uma capacidade biológica de memória e de síntese, estabelece entre dois ou mais processos [...] (Elias, 1998, p.40).

que possamos comprá-lo de volta. O tempo perdido em outrora é dialeticamente o tempo que não se tem no agora (presente), e que não se recuperará no depois (futuro). Começo a cingir a minha escrita trazendo à tona essas reflexões porque de acordo com Saquet (2015), “as práticas espaciais também são temporais e complexas estreitamente implicadas na reprodução das relações sociais e dos territórios” (Saquet, 2015, p. 108). As nossas práticas sociais são temporais, somos e estamos em temporalidades diferentes. Por isso Saquet (2015), acrescenta:

Os sujeitos, as relações sociais, as apropriações, as mediações, as práticas espaço-temporais (i)materiais correspondem às territorialidades e temporalidades, traduzindo-se nos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização acontecendo concomitantemente em cada relação espaço-tempo-território e entre diferentes relações espaço-temporais-territoriais. Processos que acontecem no mesmo lugar ou entre lugares diferentes, no mesmo período, ou em períodos históricos distintos (Saquet, 2015, p.102).

Concordo com Saquet (2015), quando ele une os espaço-temporais que ocorrem imaterialmente e os associa às territorialidades e temporalidades. Eu consigo perceber, como esse movimento através do tempo e dos seus atores coletivos, planejam e produzem o território. Ao fazer essa leitura em Saquet (2015), passo a entender que o que escrevo nessas linhas se movimentou, movimenta e se movimentará com e no tempo. A minha escrita se tornou, torna e tornará a leitura de muitos e muitas, ela nos une e, ao mesmo tempo nos separa, pois, foi, é e será possível acessá-la em espaços, tempos e territórios diferentes.

O egresso Roque Mangaba durante a nossa entrevista consegue, me falar sobre essa relação estabelecida na/da natureza do tempo por e a partir dos movimentos perceptivos e ele traz essa reflexão de maneira muito tranquila e complexa:

“A sensação de você sair, hoje mesmo tá nublado e eu lembro quando tá nublado, você sair no quintal e você olhar aquilo ali, aquele cheirinho das plantas molhada, é diferente de você sair aqui e olhar um monte de carro passando pra um lado e pro outro” (Egresso Roque Mangaba, entrevista concedida em 2022).

Preciso chamar Saquet (2015) novamente para nossa roda de conversa, porque de acordo com ele:

As apropriações e os domínios do espaço, mais estáveis ou efêmeros, dependem das intenções, dos desejos, das aspirações, das metas, enfim, das relações sociais e das práticas espaço-temporais-territoriais, todas realizadas nas relações sociedade-natureza (i)materializando-se também nas paisagens e lugares (Saquet, 2015, p.109).

Ao refletir baseada nas leituras de Saquet (2015), eu compreendo, leitores/as, que as nossas relações e percepções no tempo e com o tempo, materializam e (i)materializam o lugar-território, dando sentido a eles. Assim, os nossos modos de vida se estruturam da mesma maneira e os/as tempos/temporalidades têm forte influência nesse processo. Trago essa reflexão alinhada com Saquet (2015), que afirma que as temporalidades são leituras que

realizamos dos ritmos da natureza e da sociedade. Este autor ainda revela a relação íntima entre os movimentos do tempo, das temporalidades e das territorialidades:

O tempo é uno, fluxo, relação e significa (i)materialidade no e do território e da/na territorialidade. O território significa tempo, temporalidades e territorialidades, portanto, também, (i)materialidade. Há um movimento do tempo no território e do território no tempo, simultaneamente. Ambos, o tempo e o território, são processuais e relacionais concomitantemente e estão e, íntima relação com o espaço (Saquet, 2015, p.87).

Também podemos raciocinar diferente: todos os dias vivemos o presente-passado, um híbrido de (des)continuidades, mudanças/ inovações e permanências de um passado-presente; o passado está no presente e este, naquele (Saquet, 2015, p.86). Saquet (2015), alerta que existem ritmos diferentes de produção de vida e, a egressa Isabel Cajá relata sobre isso:

“O povo camponês por mais que, não vou dizer os jovens que ainda poucos que moram no campo, mas as pessoas mais velhas, eles têm a sua dinâmica diferente, eles acordam muito cedo, na cidade eles não tem esse costume, nós plantamos, nós temos a nossa horta pra colher, pra comer, nós plantamos o feijão, nós plantamos o milho, nós plantamos o aipim, nós plantamos a batata, nós plantamos a mandioca pra fazer farinha. Então nós temos essa dinâmica, eu digo assim, Geici: De uma forma bem sucinta, nós temos o nosso modo de vida né? Nós temos o nosso modo de vida. Por mais que nós estejamos próximo da cidade, por mais que Valente seja uma cidade pequena. Mas nós do campo, da roça temos um modo de vida diferente das pessoas, mesmo de Valente que é uma cidade pequena. Desde a rotina, desde a rotina do amanhecer do dia, até a rotina do adormecer né? Nós temos o nosso modo de vida próprio” (Egressa Isabel Cajá, entrevista concedida em 2022).

Os territórios se produzem e reproduzem *por e a partir* do modo de vida das pessoas. Isso se faz no/com o movimento das temporalidades, com o fortalecimento das territorialidades e a linha ténue das instabilidades entre elas, se faz em harmonia e/entre conflitos. Convido vocês, leitores/as a pensarmos em caminhos dos quais não se negue essa realidade.

O território só se efetiva quando os indivíduos estão em relação com outros indivíduos, significando interação plural, multiforme e unidade na diversidade. Há movimento do e no território, numa luta contínua pela vida no e pelo território-lugar. (Saquet, 2015, p.111). Assim:

O território pode ser compreendido com um contexto, como território-lugar ligado a territórios-lugares por múltiplas relações que se (i)materializam em diferentes redes trans-multiescalares. É desconstruído e reproduzido incessantemente, num único processo histórico e relacional. Há sujeitos e, concomitantemente, transformação do ser em seu-ser-outro, que o contém e o condiciona (i)materialmente. Um está no outro, no movimento de formação do território. Estamos e nos realizamos na interação social-natural-espiritual com outros sujeitos-homens-animais, num vai-e-vem que se objetiva e subjetiva num único movimento, todos os dias, desterritorializando-se e reterritorializando-se constatemente a partir das temporalidades e das territorialidades (Saquet, 2015, p.111).

O vai e vem do qual Saquet (2015) traduz em movimento, é temporal e produz territórios/territorialidades, tempos/temporalidades. Deixo com vocês a narrativa do egresso, João Pitomba que nos revela:

“Pra esse lugar que é o campo, pra esse lugar de tranquilidade, pra esse momento de paz, me traz muita paz. O acordar, o anoitecer na tranquilidade da roça, digamos assim, de ouvir os pássaros no alvorecer, de ouvir os pássaros no finalzinho da tarde, é esse lugar de paz e tranquilidade que eu quero pra mim. Eu vou sair pra trabalhar, às vezes preciso dormir fora por conta do trabalho ou dos estudos no período da graduação mesmo eu precisava ir pra outra cidade por conta dos estudos e do trabalho mas eu sempre retornava”. (Egresso João Pitomba, entrevista concedida em 2022).

Sem pestanejar, eu puxo Saquet (2015) novamente para a nossa roda de diálogos:

Para nós, as territorialidades estão diretamente vinculadas às identidades e às diferenças, sem se decolarem das temporalidades, por isso, são pluridimensionais, ou seja, correspondem às relações sociais, às apropriações, às aspirações e às práticas espácio-temporais econômicas, políticas, culturais e ambientais [...] (Saquet, 2015, p. 113).

Saquet (2015) traz para nós, a partir da sua reflexão, uma questão extremamente importante, não podemos pensar as territorialidades desapartadas das temporalidades. E vocês, leitores/as, vêm observando, que essa conexão, passeia aqui, pelos meus escritos. E, isso porque não tem como pensar sobre nós, em como nos construímos culturalmente e politicamente, em como construímos/reconstruímos o nosso lugar-território que estamos nos movimentando com e no tempo.

Confesso a vocês, leitores/as, que eu não cansarei de me impressionar como os diálogos se conectam de modo peculiar, às vezes a sensação que eu tenho é que Saquet estava junto a mim, ouvindo os egressos/as, me encanta possibilitar através da minha escrita, esse encontro/reencontro. Ouso-me a dizer, que os movimentos dos quais realizo com/no tempo me trazem essa possibilidade. E Saquet (2015), sabiamente relata sobre essa ligações:

As temporalidades estão mais ligadas aos ritmos e às desigualdades econômicas, embora, ambas, territorialidades e temporalidades aconteçam simultaneamente e estão em unidade: tanto as territorialidades como as temporalidades são econômicas, políticas, culturais e ambientais (Saquet, 2015, p.113).

Percebam leitores/as, que mesmo sem nomear as temporalidades como polissêmicas, Saquet (2015), trás em seu diálogo que sim, elas são. Este autor não traz essa nomenclatura para as temporalidades, mas vocês, leitores/as, têm conhecimento, que eu tratei de fazer isso aqui e, por isso, eu deixo para a apreciação de vocês, a narrativa do egresso João Pitomba

confirmando mais uma vez a polissemia das temporalidades, percebidas e vividas através dos seus ritmos e movimentos:

“Na roça não, na roça chegou a noite é silêncio total e absoluto, esporadicamente vai passar um carro na estrada é, ou uma moto, mas algo muito esporádico e não rua não esse fluxo é o tempo todo esse movimento é o tempo todo as pessoas sempre estão em movimento, né? A gente vai na rua as pessoas é o tempo todo subindo e descendo indo no mercado na farmácia onde quer que seja quando chega a noite é o tempo todo transporte durante o dia também transporte subindo e descendo e na roça não, é mais tranquilo, a gente sai, a gente volta, quando a gente tá em casa a gente não tá nesse movimento, nesse vai e vem como acontece na cidade, né?” (Egresso João Pitomba, entrevista concedida em 2022).

As temporalidades e territorialidades das quais Saquet (2015), diz serem econômicas, políticas e culturais, acrescento que também são territoriais. A roça da qual o egresso João Pitomba se refere constrói o movimento no/do seu próprio ritmo. Esse egresso apresenta sua vivência na roça, de forma a refletir sobre essas sincronidades possíveis no tempo da roça e no tempo da cidade. Este pensamento estabelece estreita relação com Saquet (2015), quanto ele promove uma reflexão da qual diz que ainda, que no mesmo território, as vivências no/do tempo, assim como as suas percepções, não serão as mesmas para todas as pessoas. A sabedoria de Saquet ao relatar sobre isso, se confirma a mim, quando escuto as diferentes experiências dos egressos/as. Isso me leva a compreender que o território é definido pelas temporalidades e vice-versa.

As EFAs funcionam em/com tempos/temporalidades distintos/as. Esse fazer é reverberado em tantos outros territórios. O egresso José Juá nos diz que *“os saberes por ser alternância né? A gente passava quinze dias na escola e quinze dias na comunidade, tirando no período dos estágios, a gente passava mais tempo na comunidade né?”*. (Egresso José Juá, entrevista concedida em 2022). O tempo comunidade é o tempo de retorno ou de presença direta dos/as educandos/as na sua comunidade de origem, participando da organização social (Caldart, 2013, p.140). Essa temporalidade própria dessa vivência é descrita a seguir:

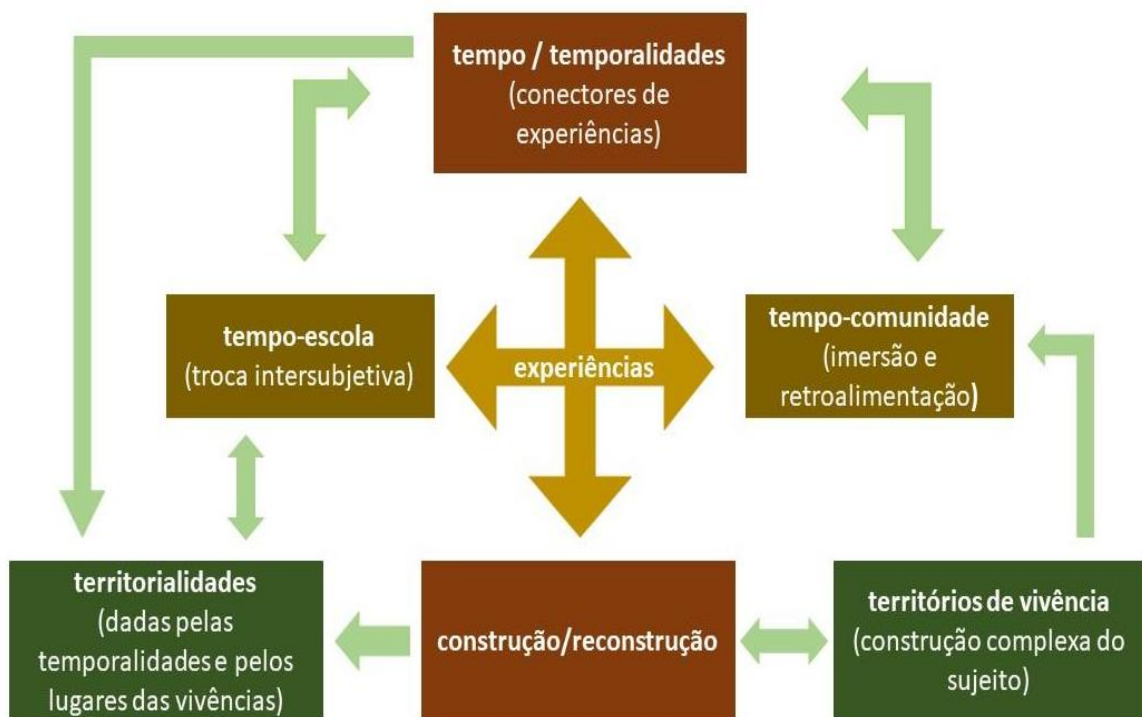
“A EFA só ensinava em alguns aspectos, porque no tempo escola a gente, mesmo a gente estudando sobre como lidar com a terra, como trabalhar com a terra a gente também estudava as disciplinas da base mesmo, né? Dá base comum. E na comunidade quando a gente retorna para o tempo casa, a gente não tinha esse momento de aula com as disciplinas da base. Para a comunidade as experiências que a gente teve dentro da escola a gente traz pra comunidade a gente levava para a comunidade o que a gente aprendia na escola, né?” (Egresso João Pitomba, entrevista concedida em 2022).

Os tempos-escola e tempos-comunidade fazem transitar, ao mesmo tempo em que transitam os saberes produzidos nas EFAs e fora dela. É por isso que Saquet escreve que:

Há tempos e temporalidades históricas e coexistentes, objetivadas-subjetivadas por meio das processualidades sucessivas e concomitantes, relacionadas, simulares e distintas, que se traduzem em temporalidades mais lentas e mais rápidas. O presente ou o passado, por exemplo, pode estar sendo vivo por diferentes indivíduos, no mesmo instante. (Saquet, 2015, p.86)

Os/as, tempos/temporalidades que as EFAs produzem, são coexistentes. Há tempo que se produz na escola, há tempo que se produz na comunidade, em soma, se produz os territórios. O esquema dessa reflexão pode ser observado na Figura 14, a seguir:

Figura 14 – As Temporalidades constroem e reconstróem os Territórios



Fonte: Elaboração própria, 2023

Faço essa reflexão para dizer-lhes que as EFAs, pedagogicamente criaram uma dinâmica sobre o tempo, e, ao propor movimentos entre tempos/territórios, entre temporalidades/territorialidades, as EFAs no/em movimento, promovem saberes e fazeres sócio territorial. Com isso, Saquet (2015), afirma:

A relação territorialidade-temporalidade com um conteúdo político bem definido pode ser transformada num paradigma que favoreça uma interface-interação mais intensa entre intelectualidade-ciência e cotidianidade-saber-arte, numa *práxis* de transformação territorial em favor das necessidades e anseios do povo (Saquet, 2015, p.126).

Pensar e agir entre temporalidades e territorialidades é o que as EFAs fazem, isso é notoriamente planejado. Esse movimento ocorre *com e para* o seu povo e esse/esses povo/povos são do campo, da roça, do rural. Assim, Saquet (2015), defende que,

A produção de conhecimento ocorre em nível da sociedade local, vinculado às suas relações, valores, crenças, ritmos, ritos etc., por meio de mediações entre o saber e a ciência, entre senso comum, técnicas, tecnologias, ideologias e culturas. (Saquet, 2025, p.126)

A egressa Joana Licuri une as experiências dela com as reflexões de Saquet (2015), quando ela fala das temporalidades possibilidades a partir da pedagogia da alternância:

“O sistema de ensino de alternância a gente passava quinze dias na escola, quinze dias no período comunidade que a gente desenvolvia algumas atividades que eram encarregadas da disciplina de AR né? Que é atividade de retorno. E aí é aquela demanda da escola a gente aplicava na comunidade e levava novamente pra escola né? Pra dá um retorno assim, da atividade. E essas atividades, elas eram de caráter social e às vezes técnico também”. (Egressa Joana Licuri, entrevista concedida em 2022).

Tantos ritmos entre ir, vir e voltar, entre lugares-territórios, movimentos que se faz *no e com* o tempo, pois, não seria diferente levando em consideração que este não é estático e sua natureza é transitória. Saquet (2015) relata que:

Há, na abordagem que estamos contribuindo, o reconhecimento da perspectiva areal e reticular, nas formas área-rede e rede-lugar (território-rede-lugar), podendo as territorialidades e as temporalidades ser potencializadas como estratégias de organização política e luta por melhores condições de vida. Essa concepção tem um forte conteúdo político, de organização societal e territorial, na busca da transformação com mais equidade social, tentando potencializar a autogestão, as identidades, as contradições, a produção de alimentos agroecológicos, a recuperação e a preservação ambiental, sem diminuir, evidentemente a importância do Estado. (Saquet, 2015, p.128).

Concordo com o autor que, os lugares-territórios estão associados às redes, as próprias EFAs estão, as redes aparecem e agem de modo visível e/ou invisível em diferentes medidas escalares. No lugar-território, bailando entre territorialidades e temporalidades, em conjunto, fortalecem o modo de vida ao mesmo tempo em que o recria. Na fala da egressa Maria Maracujá do Mato, ela torna aparente essa realidade:

“Tem uma vida mais tranquila né? Em relação a barulhos de carros, enfim. Mas também a gente percebe a presença do urbano dentro do rural. Porque antes, pra você fazer uma feira, você tinha que se deslocar até a zona urbana, pra você ter acesso a um mercado, a uma oficina, a um salão de beleza. E atualmente tem mulheres que se profissionalizam pra ser manicure, pra ser cabelereira, dentro do meio rural. Assim como, tem donos de mercados que procuram fornecer pra seus clientes produtos de qualidade, que também tem na cidade. Então, atualmente eu acredito que – minha opinião né? Acredito que a diferença num é tão gritante”. (Egressa Maria Maracujá do Mato, entrevista concedida em 2022).

Nas/com temporalidades as relações econômicas, sociais, culturais, naturais mudam, logo, a própria relação territorial é passível de mudanças. Assim, “os tempos são tempos

desiguais, vividos em dialética, espaço-tempo, mas dá-se também uma relação singular dialógica com o universal, em diferentes velocidades, complexidades e intensidades”. (Saquet, 2015, p.82). Em outras palavras, “a experiência humana do que chamamos “tempo” modificou-se ao longo do passado, e continua a se modificar em nossos dias, não de um modo histórico ou contingente, mas de modo estruturado, orientado”, e para ele, “passível de explicação” (Elias, 1998, p. 34). De acordo com este autor:

Os grupos humanos são capazes de relocalar e de vivenciar os acontecimentos na dimensão do tempo, na exata medida em que, por um lado, dentro de sua vida social colocam-se problemas que requerem uma determinação social, e, por outro, sua organização social e seus conhecimentos lhe permitem utilizar uma série evolutiva como quadro de referência e padrão de medida pra outra (Elias, 1998, p. 41).

As pessoas se organizam com/no tempo e ao se organizarem socialmente, criam as tessituras do vivido e de onde vivem. Não se pode esperar que na pluridiversidade temporal as coisas, as pessoas, os lugares-territórios ajam e funcionem da mesma maneira. Por isso Saquet (2015) defende que o pesquisador ou pesquisadora precisa *ser e estar* consciente e ativo nos processos dos quais estudam, estar reflexivo, trabalhando em redes de cooperação com outros pesquisadores e especialmente com as pessoas que contribuem com a pesquisa. Assim, vocês, leitores/as vêm observando na minha escrita que é nesse sentido que eu sigo e continuarei a seguir, conduzir os meus escritos dessa maneira, me mobiliza. Desejo que neste e em outros tempos, outras pessoas se sintam mobilizados também. Assim, sinto que faz muito sentido quando Elias (1998), aborda que:

A noção de “tempo” remete a alguns aspectos do fluxo contínuo de acontecimentos em meio aos quais os homens vivem, e dos quais eles mesmos fazem parte. Esses aspectos podem ser designados como o que constitui, nos acontecimentos, a dimensão do “quando”, ainda que esta definição não abranja todo campo de sua realidade. Se tudo ficasse imóvel, não poderíamos falar de tempo. Por certo é mais difícil compreender que tampouco seria possível falar de tempo num universo que comportasse uma única sequência de mudanças. Se vivêssemos nesse tipo de universo monódromo, nunca teríamos como saber nem como nos perguntarmos quando aconteceria alguma coisa. É que as perguntas referentes aso “quando” visam situar acontecimentos específicos em meio ao fluxo incessante dos que lhes são semelhantes, a fixar limites que materializem começos e fins em relação ao interior do fluxo, a distinguir um dado intervalo de outro, ou a compará-los do ponto de vista de seu respectivo comprimento ou “duração”, e a muitas outras operações similares. (ELIAS, 1998, p. 59).

Elias (1998), relata sobre movimentos e ritmos, penso, assim como este autor, que ao refletir sobre o tempo, enquanto ele está em nós e passa por nós, ritmos e movimentos não podem desaparecer dessa discussão, o tempo existe através deles e vice-versa. As ideias de Elias (1998) dialogam com as de Saquet (2015):

Os ritmos variam no tempo e no espaço: o ritmo de uma produção familiar artesanal pode ser transformado, dinamizado e acelerado por meio de novas forças produtivas. As territorialidades também variam no tempo e no espaço: as relações de escravidão

foram praticamente substituídas, no Brasil, pelo trabalho familiar e assalariado. Também podemos viver temporalidades e territorialidades similares ou comuns, e quando isso ocorre, estamos construindo, socialmente, identidades [...] (Saquet, 2015, p.87).

Ideias que se conectam e conversam em temporalidades completamente diferentes e que se ligam às minhas, no ano de 2023. Não se pode negar a natureza histórica do tempo. Convido a egressa Joana Licuri a unir-se a nós nesse debate, ela fala sobre os ritmos do tempo:

“Eu percebo que ultimamente, principalmente as comunidades que são mais aglomeradas né? Que não é o sistema de fazendas por exemplo, fazendinha né? Que a propriedade, tá ali mais isoladas de outras casas. Nessas área aí, o campo funciona bem mais devagar, tipo no tempo das famílias, no tempo da rotina deles. E já as comunidades, eu já consigo diferenciar assim, que já não é mais só o campo e a cidade, que é as comunidades que estão se urbanizando né? Então assim, elas estão pegando o ritmo da cidade, eu acredito né? É um ponto positivo porque querendo ou não é um avanço, mas quando você for falar assim, das cultura, das tradições, a gente tem esse, esse teste né? Tá começando ter essa perda, que consequentemente com o tempo eu acredito que vai ser uma coisa negativa, vai ser mais negativo do que positivo né?” (Egressa Joana Licuri, entrevista concedida em 2022).

A egressa Joana Licuri, em entrevista, ainda acrescenta que *“o ritmo da cidade está se infiltrando no campo”* e é firme ao reafirmar que essa situação está mais para negativo do que pra positivo. Eu corroboro com as ideias que a egressa trás através das suas experiências e vivências. Tal fato, me leva a compreender que o tempo tem uma natureza cultural e que os ritmos das temporalidades culturais, em se tratando da fala de Joana Licuri, diz respeito em como o território é construído culturalmente, baseado nas tradições e crenças de um povo, tal qual é desconstruído na ausência dessas. De acordo com Saquet (2015):

O desenvolvimento comporta sempre a atuação de sujeitos locais e processos interativos, que possam inovar sem destruir o patrimônio histórico e sem degradar o ambiente, que possam gerir automaticamente o local sem ignorar as relações e redes extralocais, numa concepção prospectiva para a gestão coparticipativa do desenvolvimento que valorize as especificidades de cada lugar-território, tanto econômicas, como políticas, culturais e ambientais (Saquet, 2015, p. 128-129).

Defendo baseada nas ideias de Saquet (2015) que o respeito às temporalidades pressupõe a ideia de planejamento, e digo um planejamento territorial, do qual se faz com e para o povo, em coletividade, no chão e nos ritmos do lugar-território. Liberdade para plantar e comer, trabalhar e descansar, para transformar e se apropriar do resultado do trabalho, para cantar e dançar, passear e ensinar, para aprender e habitar, para sentir-se seguro e ter saúde, para pensar e produzir saberes, sons e cores de acordo com cada território e suas gentes. (Saquet, 2022, p.21). E é importante reafirmar que esse movimento jamais anula e/ou anularia

a ação do Estado, na verdade devem unir-se a ele. Sobre os ritmos, as temporalidades e os modos de vida, o egresso Roque Mangaba afirma:

“O ritmo de uma comunidade eu acho muito mais tranquila do que em uma cidade, eu acho a comunidade, tipo, a comunidade em si eu olho com uma família grande, uma família enorme e é uma vida mais coletiva. Porém dentro da cidade é uma vida mais individual tá entendendo? Claro tipo que tem questões que é muito mais fácil na cidade, questões de você procurar uma coisa pra comprar, de você fazer isso, fazer aquilo é muito mais fácil em uma cidade né? Do que em uma comunidade. Porém, eu ainda fico naquela lutando, que a tranquilidade, o bem-estar de você tá na comunidade é completamente diferente da rotina de você labutar em uma cidade, é completamente diferente. A sensação de você sair, hoje mesmo, tá nublado e eu lembro quando tá nublado, você sair no quintal e você olhar aquilo ali, aquele cheirinho das plantas molhada, é diferente de você sair aqui e olhar um monte de carro passando pra um lado e pro outro” (Egresso Roque Mangaba, entrevista concedida em 2022).

O egresso Roque Mangaba relata sobre as temporalidades mesmo sem nomeá-las. As suas reflexões baseadas em suas experiências, revelam um movimento temporal que faz em coletividade. As temporalidades são individuais e ao mesmo tempo coletivas. Segundo Saquet (2015):

As temporalidades também significam processualidades históricas que se encontram no presente. Vivemos temporalidades passadas, presentes/coexistentes e futuras. A temporalidade é, assim, absoluta e relativa, simultaneamente, a partir do movimento mais amplo do Universo e dos movimentos da sociedade numa contínua unidade do próprio movimento com des-continuidades (Saquet, 2015, p.110).

Tenho acordo com Saquet (2015), quando ele pensa as temporalidades como movimentos da sociedade que acontecem em continuidades e (des)continuidades. Esse autor propõe uma reflexão sobre a coexistência entre temporalidades passadas, presentes e futuras. E é amparada nas reflexões teórico-metodológica e política desse autor, que eu lhes confirmo: sou temporalidade e a minha escrita também é. E assim sendo, eu não posso pensa-las, sem que a gente costure justos/as, a ideia de entropatia conectada às temporalidades. Farei esse movimento na próxima seção e o meu pedido é que vocês, leitores/as, continuem comigo.

5.1. ENTRE ENTROPATIA E TEMPORALIDADES

Porque assim, você ter um conceito desde criança em uma cidade é completamente diferente de uma pessoa que está ali, na labuta de você pegar um carro todos os dias e ir pra escola, que simplesmente eu tá na minha casa aqui e andar e ir pra escola, é um conceito completamente diferente.

(Egresso Roque Mangaba, entrevista concedida em 2022).

Pensar como propus na seção anterior que a temporalidade é polissêmica e colocá-la entrelaçada aos ritmos, tempos e movimentos, me possibilita o diálogo do qual estou propondo agora: entre entropatia e temporalidades. E, é por isso, que imediatamente eu trago a epígrafe com a voz do egresso Roque Mangaba para dizer que as temporalidades são pessoais, mas podem ser coletivas, pois na forma pela qual, as temporalidades do egresso Roque mangaba se relaciona com outras temporalidades, isso, o coloca em uma situação coletiva perante as outras. Assim, esse exemplo do vivido se refere ao que Sokolowski (2012) nomeia por entropatia, que vai, muito mais além do que se colocar no lugar do outro, pois é na verdade, perceber através dos seus próprios códigos o que o outro sente.

Vocês, leitores/as, já perceberam que, eu faço até este momento, uma discussão sobre temporalidade dialogando com Saquet e Elias, e nesse momento eu puxo mais um pensador para dialogar conosco – Sokolowski (2012). Ele discutiu sobre as temporalidades imersas no método fenomenológico:

A fenomenologia desenvolveu uma altamente articulada teoria do tempo e da experiência temporal. A temporalidade que ela descreve desempenha um importante papel no estabelecimento da identidade pessoal. Além do mais, é no domínio da temporalidade que a fenomenologia aborda o que seria chamado de primeiros princípios das coisas que ela examina (Sokolowski, 2012, p.141).

Partindo deste pensamento proposto pela fenomenologia discutida por Sokolowski (2012), pensar as temporalidades pautadas na experiência é também um exercício das EFAs, e esse movimento também se estende aos lugares-territórios porque se refere às experiências das pessoas que intersubjetivamente, trocam nestes processos formativos. Sabemos que o movimento do ir e vir possibilita diferentes saberes experienciados, logo, o que se constroem nas EFAs, transcendem os seus muros e transitam em diferentes tempos e lugares.

Este autor também apresenta diferentes níveis de tempo e, seguindo a sua proposta, destacamos o que ele define como – tempo interno:

Esse tipo de tempo pertence à duração e às sequências de atos e experiências mentais, aos eventos da vida da consciência. Atos e experiências intencionais seguem uns aos outros, e podemos também chamar de volta certas experiências mais importantes através da memória (Sokolowski, 2012, p.141).

Esta perspectiva dialoga com o que proponho entre entropatia e temporalidades, e imediatamente penso sobre os territórios, os territórios educativos e a educação no/do campo. Esta última que é contextualizada, pautada no movimento e logo, nas temporalidades. É multiplicadora e potencializadora do saber e do campo e dos seus povos, dos conhecimentos tradicionais, da agricultura familiar e da agroecologia. Assim, eu não posso pensá-la desagregada dos sujeitos nem do território. Por isso, estabeleço também, uma demarcação

teórica de território baseada nas relações com os sujeitos, tornando esse diálogo possível ao se construir com e no tempo. Faço esta conexão para dizer que o lugar-território e os territórios educativos se constroem e reconstroem entre entropatia, temporalidades e territorialidades. Esta última, de acordo com Saquet (2008):

A territorialidade é um fenômeno social que envolve indivíduos que fazem parte do mesmo grupo social e de grupos distintos. Nas territorialidades, há continuidades e descontinuidades no tempo e no espaço; as territorialidades estão intimamente ligadas a cada lugar: elas dão-lhe identidade e são influenciadas pelas condições históricas e geográficas de cada lugar (Saquet, 2008, p.88).

Concordo com a íntima relação entre território, territorialidade, temporalidade e lugar que Saquet (2008) propõe. Estreito estes laços aos territórios educativos e parafraseio Almeida e Germani (2013), que afirmam que a valorização e preservação das culturas do lugar a partir da educação é um dos pontos para defesa do território imaterial, garantindo a manutenção do território material onde a produção e reprodução da vida se concretizam. Dito de outra maneira, se pode afirmar que “a apropriação e construção do território geram identidades e heterogeneidades e que, estas, concomitantemente, geram os territórios” (Saquet, 2008, p.88).

A ideia que Saquet (2008), propõe ao pensar identidades e heterogeneidades conversam com a proposta pela qual Ales Bello (2006), define entropatia:

[...] Entropatia, quer dizer que sinto a existência de um outro ser humano, como eu, é, portanto, uma apreensão de semelhança imediata. Note que se trata de semelhança e não de identidade, pois eu percebo que somos dois, que o outro não é idêntico, mas semelhante a mim (Ales Bello, 2006, p.63).

Pensar e propor uma reflexão teórico-metodológica e política sobre o território é dizer também que ele se formula entre entropatia e temporalidades, no movimento *com* e *no* tempo, não nos movemos sozinhos/as, ao contrário, nos movimentamos *com* e *entre* pares, por isso a ideia de territorialidade, territórios educativos e lugar não podem desaparecer dessa reflexão, porque muito antes do território ser pensado político-administrativamente, ele já foi pensado, criado, articulado, construído e diariamente pisado pelo povo de direto – aqueles/as que vivem nos lugares-territórios. Apresento-lhes a narrativa da egressa Joana Licuri, a qual confirma através da sua experiência o que eu defendo teoricamente:

“E o deslocamento era muito grande pra chegar na cidade, então eles não tinham contribuição da prefeitura, eu tenho relatos que era a paróquia de Cansanção que ajudava nesse transporte, é porque a paróquia tinha uma relação bem forte assim, no processo de contribuição da formação da EFA. Então era assim, era uma ligação de interesses mútuos né? No sentido coletivo”. (Egressa Joana Licuri, entrevista concedida em 2022).

Essa narrativa nos apresenta como as EFAs – territórios educativos, são construídas com e entre atores coletivos. Ales Bello (2006) sabiamente defende que “atos nunca se dão isoladamente, pois junto como ato perceptivo está esse ato específico da entropatia que é um apreender o outro, e essa apreensão é imediata” (Ales Bello, 2006, p.63).

O mover-se em tempo-território-lugar nas tessituras e formulação das EFAs, não acontecem sem ações coletivas e, até mesmo com a ausência de quem deveria se unir coletivamente e fortalecer essa construção – o poder público. O povo e seus pares continuam fazendo o movimento acontecer. Obviamente que não desejo romantizar esse processo e dizer que o Estado deve se ausentar dessa demanda; ao contrário, o Estado deve e/ou deveria ser mais um ator coletivo, mais um par, para entre diálogos e ações os territórios e territórios educativos se fortalecerem.

De acordo com Wanderlay (2000), as localidades rurais são lugares de distintos atores coletivos, que se relacionam entre si e estabelecem várias relações e que eles passam a disputar o uso da terra e o controle das instâncias decisórias da vida do lugar. Eu trago as reflexões de Wanderley (2000), para dizer que entre entropatia, temporalidades, territorialidades e a construção dos territórios/territórios educativos, haverá conflitos. Com isso, quero dizer-lhes que agir coletivamente não isenta as conflitualidades, os territórios se constroem em/com confronto e lutas. Chamo para roda de diálogos a voz da Egressa Maria Maracujá do Mato:

[...] “Uma escola feita para os filhos de agricultores uma escola do campo, para o campo e do campo. Aí a gente, como eu posso dizer: se senti representada por comunidades que lutaram pela construção dessa escola pra que a gente, filhos de agricultores, tivéssemos educação de qualidade e contextualizada”. (Egressa Maria Maracujá do Mato, entrevista concedida em 2022).

Entre entropatia e temporalidades, a voz da egressa Maria Maracujá do Mato revela que no antes (passado), outros precisaram lutar para ela ter acesso e, certamente no agora (presente), tantos outros também podem acessar o que já foi conquistado e, lutar e se deparar em confronto com o que ainda precisa ser lutado, para que no depois (futuro), novas pessoas acessem.

Eu chego nesse momento e, digo a vocês, leitores/as, que essa conversa da qual eu proponho para e com vocês, nos coloca – os egressos/as, vocês, e a mim, entre entropatia e temporalidades. E eu chamo para essa roda de diálogo Ales Bello (2006), para confirmar o que eu lhe digo. Porque assim, essa autora relata “nós vivemos de forma individual, mas ligados à estrutura universal. Por isso, quando falamos dessa estrutura universal, podemos

dizer "nós" (Ales Bello, p.61). Assim é a nossa construção e assim também, construímos e (re)construímos os lugares dos quais pisamos/vivemos.

E é, entre construção e reconstrução que surge o desejo de amplificar e potencializar as experiências dos egressos/as, das quais eu revelo nesta escrita. Daí surge a ideia da elaboração da sequência de *podcast*. Sigamos juntos/as, alinhavando a proposta desse produto no próximo capítulo.

6. EFAS, REFAISA SISAL EM *PODCAST*

O horizonte do potencial e o do ausente cercam a real presença das coisas. A coisa sempre pode ser apresentada em mais modos do que os que já conhecemos.
(Sokolowski, 2012 p.37)

É no movimento do agir que surge a proposta da produção da sequência de *Podcast*. A ideia emerge do meu desejo e do desejo do meu orientador em elaborar um produto instrumental que possa dar retorno para EFAs e para a REFAISA. O nome deste capítulo também nomeia o *Podcast*. Por isso, inicio este capítulo trazendo Sokolowski (2012), porque a coisa – o fenômeno, pode ser apresentado de várias maneiras e eu, o apresento, em cada uma dessas linhas, assim, como também faço no *Podcast*. Ambos os registros são diferentes, mas carregados de intenção e cientificidade – tornar público o que foi produzido por mim e por nós.

Antes de explicar a vocês leitores/as, sobre os movimentos que me levaram à produção do *Podcast*, é necessário explica-lhes teoricamente do que estamos falando ao nos referir a esse produto. Pois, por mais que os *Podcast* tenham se popularizado nos últimos anos e é possível que vocês, leitores/as já tenham ouvido falar sobre eles e/ou seja, consumidores, elaboradores de *Podcast*, é necessário explica-lhes do ponto de vista teórico-conceitual.

Segundo Luiz e Assis (2010) o *Podcast* trata-se de uma mídia da cibercultura que vem conquistando grande espaço na internet, devido a sua facilidade de criação e de distribuição. Os mesmos segundo estes autores são programas de áudio e/ou vídeo ou ainda uma mídia de qualquer formato da qual a principal característica é sua forma de distribuição que se configura de maneira direta e atemporal chamada *Podcasting*.

Luiz e Assis (2010) tratam de diferenciar os *Podcasts* dos programas de rádio tradicionais e até mesmo dos chamados áudioblogs. Destacam que a expressão “*Podcasting*” vem da junção do prefixo “pod”, originário de *iPod* (nome do tocador de mídia digital, fabricado pela empresa norte-americana Apple Computer), com o sufixo “casting”, originado da expressão “broadcasting”, que se trará, de transmissão pública e massiva de informações que, quando realizadas através de ondas eletromagnéticas de rádio também pode ser chamado de radiodifusão (Luiz e Assis, 2010). Ainda de acordo com os autores:

Para que todo o sistema em que o *Podcasting* se baseia funcione, são necessários vários processos trabalhando conjuntamente. A simples publicação de arquivos de áudio em uma página da internet, por si só, não pode ser classificada como *Podcasting* e, conseqüentemente, esses arquivos não podem ser caracterizados como *Podcasts*, mesmo que possuam várias edições e periodicidade. (Luiz, Assis, 2010, p. 6).

Assim, compreendo que os *Podcasts* possuem uma natureza específica e sua gênese leva em consideração, desde o modo pelo qual ele será produzido, seu tempo de gravação, até seu mecanismo de postagem e divulgação. Nas palavras de Luiz e Assis (2010):

Em teoria, para se produzir um *Podcast* é necessário somente um computador equipado com um microfone, fones de ouvido e uma placa de áudio com capacidade de gravação e reprodução de sons. Para isso, basta que o usuário capture o áudio e crie um arquivo de som para ser disponibilizado na internet (Luiz, Assis, 2010, p. 6).

Caros/as leitores/as, eu considero importante trazer os escritos de Luiz e Assis (2010), ao tratar sobre o que é preciso para produzir um *Podcast*, porque estou falando sobre um produto que se movimentou *com* e *no* tempo, assim como eu construo a minha escrita no agora (presente), ano de 2023, e Luiz e Assis construíram a deles no antes (passado), ano de 2010. Não podemos e nem mesmo devemos deixar escapar as temporalidades.

Trago essa reflexão porque no agora (presente), não é necessário somente um computador, fones e microfones como estes autores defendem. No ano de 2023, com a experiência que eu pude ter ao gravar os episódios de *Podcast*, basta baixar um aplicativo de gravação de *Podcast* em um aparelho celular com sistema operacional do tipo Android. As gravações podem ser realizadas por áudios utilizando as ferramentas do próprio aplicativo, é possível também gravar um áudio fora do aplicativo e exportá-lo para lá. Assim como, utilizando a internet, é possível através do aplicativo, fazer um convite para que uma pessoa, que esteja fisicamente distante, consiga simultaneamente gravar episódios com você. Gostaria de informá-los que o aplicativo utilizado por mim foi o *Spotify For Podcasters*®, baixado na plataforma *Play Store*, sem nenhum custo.

Vocês, leitores/as, conseguem observar as modificações no processo de gravação do *Podcast*, e isso, se deve, e é fato, as também mudanças no sistema de comunicação e tecnologia. Essa ideia se relaciona com Freire (2001), relata “A intersubjetividade ou a intercomunicação é a característica primordial deste mundo cultural e histórico” (Freire, 2001, p.65). Eu compreendo com isso, que mais uma vez as temporalidades se escancaram na minha/nossa discussão. E no tempo de agora (presente), ano de 2023, eu busquei me engajar com estratégias que me possibilitaram a elaboração desse produto.

A priori, quando surge a possibilidade de elaborar a sequência de *Podcast*, eu busquei conhecer aplicativos de produção de *Podcast*, participei de oficina de elaboração, a que eu pude participar aconteceu online, pela plataforma do Google meet, lá eu pude aprender sobre roteirização, identidade visual, a elaboração do nome do *podcast*, sobre sua estrutura. Essas informações foram compartilhadas durante a oficina e também através de material digital disponibilizado à turma. Foi importante participar da oficina porque com esse conhecimento eu comecei a forjar uma projeção de como seria o processo na prática.

A sequência de *Podcast* é o resultado das falas dos/as egressos/as, partilhadas por eles/elas durante as entrevistas compreensivas das quais realizamos. É importante, mais uma vez trazer informar que os egressos/as não serão identificados/as, seguindo orientação do comitê de ética da UNEB. Como vocês, leitores/as já têm conhecimento, os nomes dos egressos/as não foram revelados e digo-lhes agora, que suas vozes também não serão. Calma! Talvez vocês estejam se perguntando como essa produção foi possível e eu vou explicar a vocês mais adiante. Mas, desde já, desejo lhes dizer que me posiciono no sentido de que não se transfere experiências e que existem especificidades no falar que só o dono/a de cada fala saberá, pois imprimiu na voz, os seus sentimentos. Digo-lhes também que em se tratando do *Podcast* EFAS, REFISA SISAL ele trata-se de uma produção científica que precisou se reinventar na busca de reverberar, não somente as experiências dos/as egressos/as, mas suas territorialidades, as EFAs e a própria REFAISA. Assim, De acordo com Borges (2020):

A compreensão do *Podcasts* se faz necessária pois, como mídia, é instrumento de disseminação de informações e veículos para aproximar a ciência da sociedade. Como uma mídia em crescimento, seu potencial pode ser de grande valia para os esforços de divulgação científica (Borges, 2020, p.32).

Corroboro com Borges (2020), e penso que o crescente consumo de *Podcast*, possibilita que a produção e divulgação dele, seja uma ferramenta a ser utilizada cientificamente, com a intenção de divulgação e fácil acesso, por diferentes públicos. Este autor ainda acrescenta que “com a democratização da ferramenta e a possibilidade de serem

criados *Podcasts* em uma infinidade de situações e pessoas, a discussão se desloca para as estratégias de visibilidade” (Borges, 2020, p.26).

Borges (2020, p. 30) também diz que “a feitura do *Podcast* não termina com a gravação, edição, compilação e disponibilização do arquivo digital: é preciso fazer com que chegue até o público interessado”. O mesmo autor indica ainda que “é importante refletir que todas estas facilidades não são apenas uma democratização na forma de emitir” (Borges, 2020, p.31).

Diante das ideias expostas por Borges (2020), compreendo que os *Podcasts* não se tratam apenas de um amontoado de áudios sem ordenamento, ao contrário, os *Podcasts* possuem intencionalidades. Eles precisam *ser e estarem* articulados ao público que desejam ter como ouvintes, precisam ser e ter uma identidade e, sobretudo, precisam chegar facilmente até as pessoas. É por isso que Borges (2020), também diz que:

Portanto, é necessário compreender todo esse processo como um diálogo entre as partes que interagem, em que cada manifestação de uma parte, seja emissor, seja receptor do conteúdo, interfere na reação de sua parte oposta. Ora, ao levar o outro em consideração, é possível aperfeiçoar a qualidade do que se cria e a forma com que se interage, fortalecendo suas próprias posições (Borges, 2020, p.32).

Eu Penso, baseada nas ideias de Borges (2020), que é necessária responsabilidade na elaboração de um *Podcast*, estamos falando sobre um recurso em áudio que será publicado em uma plataforma virtual, onde muitas pessoas terão acesso ao que está sendo veiculado. Em se tratando da elaboração do *Podcast* – EFAS, REFAISA Sisal, não pensei, nem fiz diferente. Todo material em áudio publicado tem por intenção, discussões específicas e todas as informações que vocês, leitores/as podem acessar lá, foi cuidadosamente articulado com o meu compromisso de pensar e elaborar e com o compromisso daqueles/as que contribuem para que isso aconteça. Desejo informá-los também, que os roteiros dos episódios do *podcast*, eu deixei disponível para vocês, leitores/as, no apêndice III.

Existe uma fluidez quando planejamos algo que desejamos fazer. Assim conseguimos passar pela experiência do que é o plano no campo das ideias e como isto se efetiva na prática. Vocês, leitores/as, já têm conhecimento que eu sou professora da educação básica e, enquanto docente esse movimento de pensar e repensar é corriqueiro, pois, por mais que eu consiga unir teoria e prática e/ou veja meus planos pensados teoricamente saindo do papel e serem vivenciados em sala de aula na partilha com os meus estudantes, nem sempre tudo sai como o pensado e, as estratégias precisam mudar. Conto-lhes sobre a minha prática docente, porque com a elaboração do produto do qual proponho – o *Podcast*, não foi diferente. Os meus

planos precisaram se adequar ao que eu tinha como realidade, então precisei regressar e repensar. Continuem comigo, que lhes conto como foi esse processo.

6.1. REGRESSAR COMO MARÉ: REPENSAR O PODCAST

*Se a lei implacável é o movimento, como viço de caminho,
experimental a vida só ocorre com o enlace do corpo-
lugar por meio de encontros.
(Chaveiro, 2014, p. 277)*

Já observaram o movimento que a maré faz? Meu pai, sempre que pensamos em ir à praia, ele já consulta a tábua de marés e diz: “tem que olhar a maré, saber se o mar tá bom pra banho”. Ele sempre vem com todos aqueles conceitos que não foram formulados academicamente, mas sim, por e através da sua experiência com as marés. Ele sabe quando ela estará baixa, alta, tranquila e/ou revolta. Com isso, eu entendo que as marés têm sua temporalidade – as águas estão/são movimento e em seu próprio ritmo, com e no tempo, sabem o momento de avançar e o de regressar.

Eu sou água turva, água de mangue, porque de lá venho/sou e assim sendo, sou influenciada pelos movimentos das marés, sou e estou, entre o adoçar do rio e o salgar do mar, entre o ir e vir do que se torna inacabado porque se reinventa com as adversidades. Então, eu trago as marés até aqui para lhes dizer – e vocês já sabem o quanto eu adoro metáforas, que eu, precisei saber o momento de regressar e repensar a produção da sequência de *Podcast*.

Já lhes contei, sobre o resguardo aos egressos e egressas, orientado pelo comitê de ética da UNEB. Certamente, eu não esperava por isso, visto que as pessoas que contribuíram com a minha pesquisa assinaram o Termo De Consentimento Livre e Esclarecido. Porém mesmo com o consentimento das pessoas, o comitê de ética justificou que essas pessoas podiam estar vulneráveis ao serem identificadas. Eu, mesmo entre acordos e desacordos que foram apresentados a mim, acatei todas as orientações solicitadas. Quero dizer que a minha intenção não é fazer uma crítica ao Comitê de Ética, mas eu preciso explicar aos/as meus/as leitores/as sobre o meu regressar e repensar e, essa explicação só pode ser realizada lhes apresentando como os movimentos foram realizados.

Sabendo que eu não poderia mostrar as vozes captadas nas entrevistas compreensivas que realizei com os/as egressos/as, nem mesmo dizer quem são eles e elas, as dúvidas

começaram a parear minha mente com muita potência: faz sentido elaborar um produto do qual a sua própria natureza se constrói com a utilização da voz? Me mantenho com a produção da sequência de *Podcast*? Quais estratégias utilizar para manter o *Podcast*?

Caríssimos/as leitores/as, foram muitas inquietações, mas a decisão foi de manter o *Podcast*, porém, eu precisava repensar. Precisei trilhar caminhos possíveis para a sequência de *Podcast* acontecer e, assim, seguir os movimentos sábios das águas, regressei e repensei.

O meu regresso diz respeito a ir ao ponto de como os *Podcast* foram pensados e após isso, pensar em como de fato, agora, eles seriam. A decisão viável foi de eu gravar o *Podcast* com a contribuição do também mestrando do PLANTERR Ricardo Assis – explico imediatamente que não desejo/desejamos falar dessas experiências como nossas, mas mostrar como elas verdadeiramente apareceram para mim e unir essas vozes a reflexões teórico-metodológicas e de vida que posso/possamos fazer. Desde já, gostaria de deixar registrado os meus agradecimentos ao Ricardo por aceitar o convite para gravar o *Podcast* comigo e, junto a mim, fazer essa produção acontecer.

Assim, elaborei quatro episódios nomeados pelas categorias que aparecem no diálogo com os/as egressos/as, e mais um episódio do qual se trata de uma apresentação geral. Foram ao todo cinco episódios sequenciados: Episódio 1 – Apresentação, Episódio 2 – Território/territorialidades; Episódio 3 – Visão dos egressos sobre a EFA e visão da formação (Esse episódio inicialmente apareceria separado, mas ao realizar as conexões através das vozes dos egressos/as, fazia sentido eles aparecerem juntos); Episódio 4 – Temporalidades e episódio 5 – Saberes. Como aparece na figura 15 a seguir:

Figura 15 – EFAS, REFAISA SISAL: Como os episódios do Podcast foram nomeados



Fonte: Elaboração própria, 2023

Cada um desses episódios discutiu em como essas categorias aparecem nas falas dos/das egressos/as, revelados através das suas experiências. Uni isso à teoria e aos meus olhares e sentimentos. Todos os episódios foram roteirizados, mas não ensaiamos para realizar as gravações, por isso, ao mesmo tempo, as gravações são dinâmicas, porque é da natureza do *Podcast*, levar em consideração o inesperado, o que está acontecendo ali, naquele momento, então pode ocorrer risos, erros que podem ser retificados, nervosismo e até mesmo passeios em falas que não sigam exatamente o roteiro e, eu digo a vocês que tudo que relato agora, aconteceu no momento da nossa gravação. E, foi importante que acontecesse assim, porque o *Podcast* é movimento.

Os episódios do *Podcast* foram gravados na Universidade Estadual de Feira de Santana, no dia vinte e oito de setembro de dois mil e vinte três (28/09/2023). Foram em média quatro horas de gravação que reuniu, eu, meu orientador Davi da Costa que nos

acompanhou e Ricardo Assis que realizou as gravações junto comigo. Como pode ser observado na figura 16, a seguir:

Figura 16 – O dia da gravação do Podcast EFAS, REFAISA SISAL



Fonte: Acervo pessoal, 2023

Nos reunimos no período da tarde no Auditório Cinco, do Módulo Sete. Precisávamos de um lugar silencioso e com uma boa acústica e gentilmente e com muita eficiência, Jucineide Gonçalves Moreira, a secretária do PLANTERR, conseguiu reservar o Auditório para nós. Eu aproveito para deixar aqui, os meus agradecimentos a Juce – como carinhosamente a chamamos e, agradeço não somente por isso, mas por sempre ser solícita a mim, quando precisei recorrer a ela.

Saímos da UEFS neste dia com todos os episódios gravados. Minha próxima tarefa era organizar esse material para que ele fosse publicado. Assim, foi necessário pensar em todos os detalhes. Eu elaborei a identidade visual do *Podcast*, fiz isso à mão, usando lápis e papel e o querido Davi Braz conseguiu retirar minhas ideias do papel e transformá-las em arte gráfica. Agradeço muito a ele, por participar desse processo. Mais uma vez, eu levei em consideração a relação que as EFAs têm e mantêm com a caatinga e com o semiárido. Assim, apresento-lhes na Figura 17 a seguir, a identidade visual do *Podcast* EFAS, REFAISA SISAL:

Figura 17 – Identidade visual do Podcast EFAS, REFAISA SISAL



Fonte: Geicilene Rodrigues e Davi Braz, 2023.

A estrutura opera na percepção de todos os objetos materiais, como temos visto, mas também opera em qualquer tipo de coisa que possa ser representada para nós. Para começar, vamos examinar como funciona a pretensão de sentido por meio da linguagem (SOKOLOWSKI, p.36).

Considerei importante que os episódios tivessem uma identidade visual para que aqueles/as que passassem a nos ouvir conhecesse/reconhecesse a nossa imagem. Tenho acordo com Sokolowski (2012), quando ele destaca sobre percepção, como os meus/nossos ouvintes nos percebem e compreendem o porquê nos apresentamos nesse formato, é prioritário para mim/nós.

Também considerei importante ter/manter uma identidade sonora, para que, quem fosse nos ouvir já pensasse e/ou formulasse uma ideia de que costumeiramente iniciariamos daquela forma. Por isso, a sonorização foi pensada com cuidado, com a finalidade de abrir os caminhos para o que seria discutido, levando em consideração a abordagem dada em cada episódio.

O início de cada episódio é marcado por um *teaser* – apresentação, seguido do toque instrumental da música nomeada por: “A prairieira” da banda Mangue Beach. Todo episódio é

também marcado por uma música, cada canção escolhida dialoga com a temática de cada seção.

Os episódios não foram editados, eles aparecem exatamente como foram gravados, apenas o teaser, gravado separadamente, que passa, a se agregar ao início de cada episódio e, essa agregação foi feita no website³¹ *Spotify For Podcasters*, do qual, já falei a vocês, leitores/as, que utilizei o aplicativo para gravação do *Podcast*, e digo-lhes nesse momento, que para estruturar, organizar e publicar os episódios de *Podcast*, eu utilizei tanto o website, quando o aplicativo – *Spotify For Podcasters*.

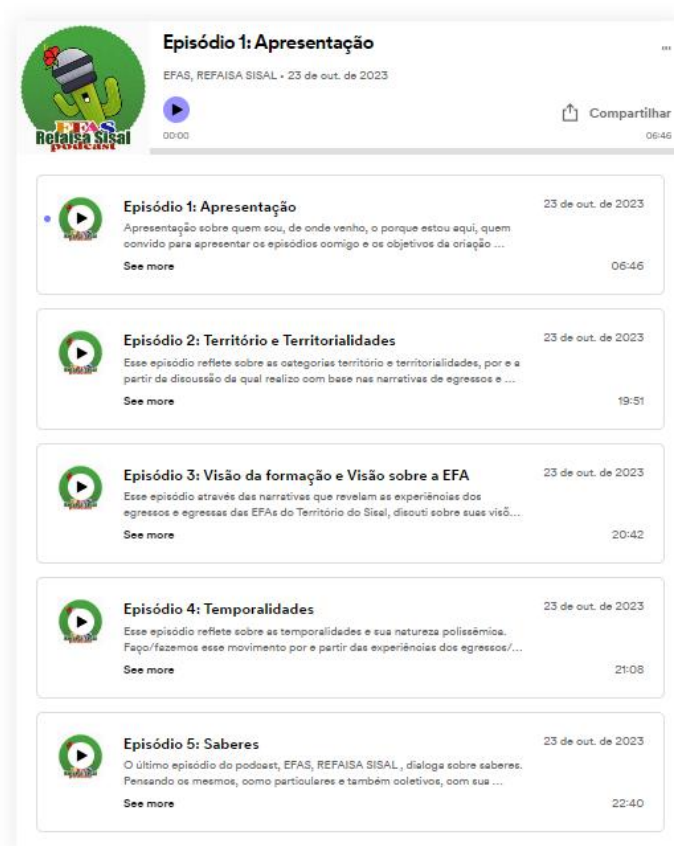
Depois de muito estudo e tentativas, eu percebi na prática que algumas funções eram mais fáceis de manusear através do website. Para acessá-lo, assim como no aplicativo é necessário abrir uma conta – realizar um cadastro com os dados pessoais.

Eu anexe à identidade visual e configurei o *Podcast*, acrescentando seu nome, sua descrição, meu nome enquanto autora e determinando sua categoria, que em se tratando do *Podcast* – EFAS, REFAISA SISAL, é categorizado como educação e, digo-lhes, que para encontrá-lo na plataforma de *streaming*³² Spotify®, da qual está disponível, buscá-lo por sua categoria é uma alternativa para encontrá-lo. Com relação à organização e a ordem de publicação dos episódios e as informações descritivas que eu anexe como breve apresentação de cada episódio, assim como a publicação direcionada ao Spotify, eu realizei através do website *Spotify For Podcasters*. Na Figura 18 a seguir, vocês, leitores/as podem visualizar essa organização:

³¹ Página virtual do *Spotify For Podcasters*, disponível na internet.

³² Streaming traduzido para o português, significa transmissão. A plataforma de streaming Spotify é uma plataforma onde pode ser depositado e transmitido áudios e músicas. É possível acessá-los usando a internet.

Figura 18 – Organização dos episódios do Podcast EFAS, REFAISA SISAL



Fonte: Acervo pessoal, 2023

Os episódios têm aproximadamente vinte minutos de duração (média), com exceção do primeiro episódio que possui tempo cronológico menor. Após eu organizá-los por ordem de publicação, publiquei-os no dia vinte e três de outubro do ano de dois mil e três (23/10/2023), por volta das dezesseis horas e trinta minutos (16:30), e os convites enviados aos/as egressos/as para realizarem a validação do mesmo, foram feitos nesse mesmo dia – mais adiante, explicar-lhes-ei sobre o processo de validação, mas desde já, eu digo, que os/as egressos/as foram os/as primeiros/as a ouvirem o *Podcast* depois de pronto.

Eu considero importante traçar esses caminhos percorridos por mim, desde como foi pensado, repensado, até cada passo nas descobertas, estratégias, programas que usei e, como foi utilizado por mim, porque vocês sabem que eu penso, que o saber quando compartilhado, ele se multiplica. A intenção não é produzir ciência somente para mim, é intencional aqui, compartilhar através das minhas experiências, os meus aprendizados, erros e acertos, para que eles possam chegar até vocês, como conhecimento.

O meu desejo também não é contar-lhes, aqui nessas linhas, tudo o que aparece lá no *Podcast*. Sobretudo, porque o meu desejo é que vocês e todos e todas que acessem o *Podcast*, encontrem o inesperado, ou até mesmo, que possam encontrar o que eu já trouxe nos meus escritos. Por isso, estendo a vocês, leitores/as, o convite para também se tornarem ouvintes.

Assim, deixei a seguir, o código em formato *QR Code*, do *Podcast* – EFAS, REFIASA SISAL e os códigos individuais de cada um dos cinco episódios do *Podcast*. O código do Spotify serve como uma estratégia de busca pelo *Podcast*, ao compartilhar o código aqui, vocês, leitores/as, podem se tornar ouvintes. Para que isso aconteça, será necessário abrir o aplicativo do Spotify e, ao entrar no aplicativo, ao lado da barra de pesquisa é possível visualizar uma câmera. Ao acessá-la e apontá-la para os códigos, vocês serão direcionados a visão geral do *Podcast* e também podem acessar individualmente cada episódio que desejem. Na imagem 19 a seguir, eu lhes apresento o *QR code*,³³ do qual ao acessá-lo, vocês podem ter uma visão geral do *podcast*.

³³ É importante explicar a vocês que esse *QR Code* é diferente do que talvez vocês, leitores/as costumam ver e acessar, eles foram elaborados por mim, utilizando o website Spotify Codes. Basta apontar a câmera que aparece dentro do aplicativo do Spotify que vocês serão direcionados ao *podcast*.

Figura 19 – *Podcast* – EFAS, REFAISA SISAL *QR Code* de acesso.



Fonte: Elaboração própria, 2023

Ao acessar esse *QR Code* leitores/as, vocês terão uma visão geral do *Podcast* – EFAS, REFAISA SISAL depositado no Spotify®. Lá, eu fiz uma breve descrição do que os ouvintes podem esperar ao acessarem esses áudios. Nas linhas descritivas, vocês, leitores/as, podem encontrar que o *Podcast* é um produto, fruto da minha pesquisa. Expliquei também que as seções do *Podcast* objetivam refletir sobre cinco categorias reveladas através das experiências dos egressos/as das Escolas Famílias agrícolas – EFAs do Território do Sisal e afiliadas à Rede das Escolas Famílias Agrícolas do Semiárido – REFAISA, que entrevistei. E concluo, dizendo que essa produção é de conhecimento das EFAs e da Rede, mas essa produção inicial é de minha autoria.

Figura 20 – Episódio 1: Apresentação com *QR Code* de acesso



Fonte: Elaboração própria, 2023

No primeiro episódio, eu apresento quem sou, de onde venho, o porquê estou produzindo esse *Podcast*, os objetivos dessa criação e quem convido para apresentar os episódios comigo.

Figura 21 – Episódio 2: Territórios e Territorialidades com *QR Code* de acesso



Fonte: Elaboração própria, 2023

Na descrição do segundo episódio, eu expliquei que a intenção é refletir sobre as categorias território e territorialidades, por e a partir da discussão da qual realizo com base nas narrativas de egressos e egressas, das EFAs do Território do Sisal.

Figura 22 – Episódio 3: Visão da formação e visão sobre a EFA com *QR Code* de acesso



Fonte: Elaboração própria, 2023

No terceiro episódio, eu descrevo que, através das narrativas que revelam as experiências dos egressos e egressas das EFAs do Território do Sisal, discuto sobre suas visões relacionadas as suas formações e as visões que eles/elas têm sobre a EFA.

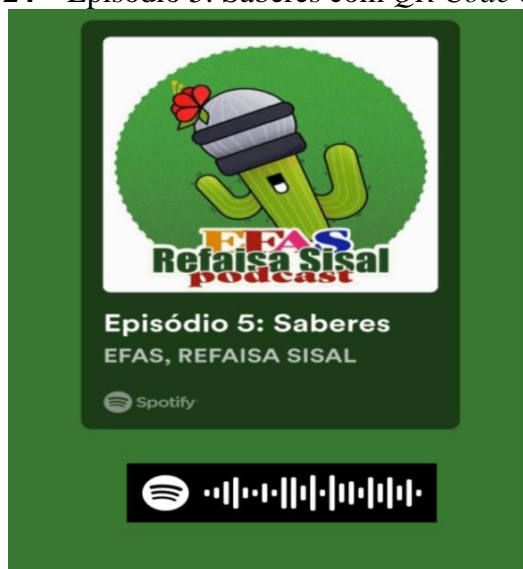
Figura 23 – Episódio 4: Temporalidades com *QR Code* de acesso



Fonte: Elaboração própria, 2023

Na descrição do quarto episódio, apresentei sobre as temporalidades e sua natureza polissêmica, dizendo que faço/fazemos esse movimento por e partir das experiências dos egressos/as, reveladas através das suas narrativas.

Figura 24 – Episódio 5: Saberes com *QR Code* de acesso



Fonte: Elaboração própria, 2023

No último episódio do *Podcast*, EFAS, REFAISA SISAL, eu trarei sobre saberes e o que penso os mesmos, como particulares e também coletivos, com sua natureza pautada no movimento, na partilha e nos atravessamentos de/entre saberes, quando me conecto aos egressos/as.

Gostaria de informá-los, que para os que não têm o aplicativo Spotify®, deixarei disponível também o link de acesso ao *Podcast*. Através dele, é possível acessar os episódios utilizando celular, tablete e/ou computador:
<https://open.spotify.com/show/1wf9mijJFiXpsPTaweQJ8s>

Assim, o que eu posso desejar-lhes é uma boa escuta, e que ao escutar, vocês possam nos seguir e compartilhar, na intenção que mais pessoas possam conhecer o EFAS, REFAISA SISAL em *Podcast*.

6.2. “EU FICO NA EXPECTATIVA DE VER O SEU MATERIAL PRONTO”: A VALIDAÇÃO DO *PODCAST*

“Eu sempre cobro isso quando as pessoas precisam de alguma coisa aqui da EFA. Às vezes a gente recebe lá pesquisadores e eu sempre falo: Vocês ficam na obrigação de dá o retorno pra gente”.

(Egresso Humberto Umbu, entrevista concedida em 2022).

Nesta seção lhes apresento leitores/as, o processo de validação do *Podcast*: EFAS, REFAISA SISAL. Eu nomeei essa seção, com o fragmento da fala do egresso Humberto Umbu e, é a voz desse mesmo egresso, que eu trouxe como epígrafe para iniciar nossa conversa. Se estendendo ao final da nossa entrevista, ele me relatou que tinha como expectativa ver o meu material pronto e ao me relatar isso, ele explicou que essa é uma cobrança que ele sempre realiza quando diferentes pesquisadores/as precisam de informações associadas a EFA. Imediatamente eu concordei com ele, quando ele se referiu ao retorno que precisa ser dado aos que contribuem com a pesquisa e em momento algum, em se tratando desse estudo, eu pensei e/ou faria diferente, pois é prioritário para mim, além de toda contribuição que já foi dada, que neste momento, os egressos/as sejam os primeiros a ter acesso à sequência de *Podcast* e, possam a partir dessa escuta, participar do processo de validação desse produto.

Para a validação acontecer, eu precisei fazer um convite formal, através de um pequeno texto encaminhado via Whatsapp® para cada um/a dos/as nove egressos/as. O mesmo texto enviado como convite, aparece na apresentação do formulário de validação do *Podcast*. Eu construí um formulário *online*, através da ferramenta *Google Forms*, como se pode observar a figura 25 a seguir:

Figura 25 – Apresentação e convite: Formulário de Validação do *Podcast* – EFAS, REFAISA SISAL



Fonte: Acervo pessoal, 2023.

No formulário de validação os egressos/as responderam sete questões discursivas, onde cada um/a deles/as trouxeram através das suas experiências, aliada a experiência em serem ouvintes do *Podcast*, suas opiniões e reflexões sobre esse produto.

Confesso que eu fiquei extremamente feliz em retornar aos/às egressos/as com o *Podcast* pronto e com o convite para eles/elas avaliarem, porque como disse o egresso Humberto Umbu: *“O pessoal da comunidade quando tinha alguma atividade que falava que era os meninos da EFA que iam fazer, eles já ficavam na expectativa, né? Porque sabe que vinha alguma coisa diferente pra comunidade”* (Egresso Humberto Umbu, entrevista concedida em 2022). Assim, o que lhes apresento a partir de agora, leitores/as, trata-se em como, seis entre os nove egressos/as, avaliaram e validaram o *Podcast*.

Eu estabeleço comunicação com a egressa Isabel Cajá, ao trazer seus olhares, após ouvir o *Podcast* e descrevê-los, ela respondeu:

“Achei muito interessante o Podcast como um produto final de uma dissertação de Mestrado, pois sem dúvidas dá uma visibilidade imensa para o lócus pesquisado, sendo bem mais fácil o acesso, a gente ouve em qualquer canto basta ter um fone, fazendo outras coisas. Já a dissertação demanda tempo para a leitura e não é uma coisa tão dinâmica e leve para chegar ao resultado final. O Podcast nos permite uma escuta leve, suave e dando vozes aos colaboradores da pesquisa e visibilidade para o nosso modelo de educação. Parabéns, Geici e seu orientador pela decisão assertiva” (Egressa Isabel Cajá, formulário de Validação do *Podcast*, 2023)

Concordo com a egressa Isabel Cajá, de fato, a natureza do podcast em proporcionar movimento a partir da escuta, possibilita que mais pessoas possam acessá-lo. Logo, eu posso dizer, que temos aí, um potencial divulgador dessa pesquisa.

Ainda sobre como descrever a sequência de *Podcast*, o egresso Humberto Umbu responde: “*Foi um bate papo interessante, principalmente com a ideia da participação de outra pessoa, fazendo a interação*” (Egresso Humberto Umbu, formulário de validação do *Podcast*, 2023). Esse retorno do egresso Humberto Umbu me deixa com o coração tranquilo, vocês, leitores/as, bem sabem como me preocupei e inquietei ao saber que não poderia aparecer no *podcast* às vozes dos egressos/as e, quando essa realidade se apresentou para mim/nós, foi com muito cuidado que eu e meu orientador, pensamos em manter um diálogo nas sequências de *podcast*. Assim, Ricardo foi convidado e gravou comigo/conosco.

Na medida em que fui realizando a leitura dos formulários de validação do *podcast*, eu ficava entusiasmada com os retornos que os egressos/as me deram. O egresso José Juá, por exemplo, consegue traduzir o meu desejo ao pensar a identidade visual do *podcast* e, ele responde assim: “*Bem característico com a temática trabalhada, trazendo a nossa representatividade e resistência de viver no semiárido. Sempre florescemos como mandacaru e as EFAS, é essa resistência*” (Egresso José Juá, formulário de validação do *podcast*, 2023). A percepção de José Juá traduz o meu sentimento, pois florir em meio às adversidades é resistir a elas e, as EFAs, existem porque diariamente lutam pela sua existência. Imediatamente eu percebo uma conexão com o que, o egresso José Juá me escreveu, com o que o egresso Roque Mangaba me trouxe ao também avaliar a identidade do *podcast*: “*Retrata a nossa origem de resistência assim como o cacto, o nome foi simples, mas são palavras de muito peso. Só escutando que vai entender*” (Egresso Roque Mangaba, formulário de validação do *podcast*, 2023). Então, leitores/as, eu confirmo através da fala de Roque Mangaba, que só escutando o *podcast*, é possível compreender o que foi/é esse produto, assim estendo mais uma vez o convite para vocês se tornarem ouvintes. O egresso João Pitomba reforça o meu convite quando ele relata: “*Um podcast bem organizado, muito bem elaborado o roteiro, estrutura e como foi produzido*” (Egresso João Pitomba, formulário de validação do *podcast*, 2023). E eu não posso deixar de potencializar ainda mais o meu convite a vocês, leitores/as, com o relato da egressa Joana Licuri quando diz que o *podcast* é: “*Enriquecedor cheio de conhecimento e de vivência. Uma experiência que vem agregar a identidade juvenil e camponesa*” (Egresso Joana Licuri, formulário de validação do *podcast*, 2023).

Leitores/as, eu confesso a vocês, que a cada leitura que eu realizei dos formulários de validação, fui percebendo que, o que os egressos/as escreveram foi se confrontando em um encontro cheios de conexões e sim, eles/elas estavam conectados/as a uma escuta da qual fizeram a avaliação e validação. O egresso José Juá, por exemplo, me descreve o *podcast* como um produto com potencial informativo, dizendo:

“Uma ferramenta de informação, onde descreve detalhadamente as vivências de quem tá, ou passou por uma EFA, um trabalho formativo e também de desenvolvimento para trabalhos de base, nas comunidades” (Egresso José Juá, formulário de validação do *podcast*, 2023).

Esse egresso, ainda acrescenta sobre a utilização e contribuição do *podcast* no/para o território e escreve que:

“Sendo disseminado nas formações dos movimentos sociais, e nas bases comunitárias, para fortalecer ainda mais a educação do campo e a sua importância. Mostrar para o território que as EFAs fazem um papel transformador na vida daqueles que passam por ela, com sua metodologia, com a pedagogia da alternância, com uma educação Contextualizada” (Egresso José Juá, formulário de validação do *podcast* 2023).

Também penso como o egresso José Juá, a multiplicação do *podcast* no território do Sisal e em outros territórios é também multiplicar o saber-fazer das EFAs. A egressa Joana Licuri contribui dizendo: O egresso João Pitomba, também escreve sobre isso e diz: *“Se propagando em massa, servirá para mostrar ao território a importância das EFAs que muitas vezes passam despercebidas ou não atraem a atenção dos moradores”* (Egresso João Pitomba, formulário de validação do *podcast*, 2023). O relato do egresso João Pitomba coaduna com as contribuições do egresso Humberto Umbu:

“A maior contribuição para o território, é de conhecer mais a fundo a importância das EFA's e do potencial dos seus egressos para toda região, visto que estes têm uma formação integral com base na vivência do seu meio” (Egresso, Humberto Umbu, formulário de validação do *podcast*, 2023).

Considerei importante possibilitar que os egressos/as vislumbrasse a importância e/ou efeitos da sequência de *podcast* para o território. Esse movimento possibilita que /elas reflitam sobre o que ouviram ao mesmo tempo em que pensem sobre os impactos disso no chão do qual pisam – o seu lugar-território. Eu também possibilitei que eles/elas pensassem sobre as contribuições do *podcast* para as EFAs e a REFAISA e, o egresso Roque Mangaba me responde que:

“Acredito que vai proporcionar visibilidade, para os trabalhos de base. Como mesmo foi falado em uma fala dos entrevistados, hoje a juventude está se distanciando dos movimentos e espaços educativos como esses. Antes tínhamos turmas de 40 pessoas. Hoje vimos como há uma dificuldade em buscar essa juventude em suas comunidades. E direcionar elas, a seguir em frente, a serem protagonista da sua própria vida” (Egresso Roque Mangaba, formulário de validação do *podcast*, 2023).

É interessante perceber através do que o egresso Roque Mangaba escreveu o potencial mobilizador que a escuta do *podcast* teve e/ou pode ter. O que o egresso Roque Mangaba compartilha conosco é como a sequência de *podcast* pode ser utilizada na divulgação das EFAs entre as juventudes que podem vir a acessá-la. E eu compreendo o que este egresso diz, porque ao compartilhar essas experiências, outras pessoas podem se interessar por elas e, é por isso, que o egresso João Pitomba relata sobre a importância de: “*Mostrar o papel dessas EFAs, a visibilidade de suas vivências e importância social na vida dos egressos*” (Egresso João Pitomba, formulário de validação do *podcast*, 2023).

Eu vejo uma conexão muito forte com o que o egresso Roque Mangaba da EFA – Itiúba aborda, associado ao relato que egresso João Pitomba da EFA – Valente nos trouxe, com também as ideias do egresso José Juá da EFA – Monte Santo, das quais, apresento neste momento para vocês, leitores/as:

Como ferramenta formativa, nas salas, nas comunidades, nas assembleias de pais, nos momentos com os professores, nas buscas de novos estudantes. Um trabalho de incentivo com uma ótima representação e Contextualização (Egresso José Juá, formulário de validação do *podcast*, 2023).

Quando eu fiz essas conexões entre as contribuições das quais os egressos/as me trazem, a importância da experiência se fortalece para mim. Eu trouxe em sequência para vocês leitores/as, as reflexões de três egressos de EFAs diferentes, eles, refletiram sobre uma mesma questão e, eu concluir que só olhando para suas próprias experiências e ouvindo a sequência de *podcast* é possível perceber as suas ideias se individualizando e uniformizando. Assim, eu provoco os egressos/as, a refletirem ainda mais e deixo dois apontamentos para eles/elas. Mas antes de conta-lhes do que se tratavam as questões, eu trouxe o relato da egressa Joana Licuri, porque sua escrita nos levará ao que desejo. Essa egressa, sobre o *podcast* aborda sobre:

“O fato dos indivíduos se sentirem parte importante e fundamental na construção social, no papel de serem ativos nas transformações que vem agregar na identidade de cada um para a construção do todo (Egressa Joana Licuri, formulário de validação do *podcast*, 2023).

Eu trouxe a escrita da egressa Joana Licuri, leitores/as, porque quando realizei essa leitura, rapidamente eu entendi que, se esse produto promove construção e transformação, é importante pensar na maneira pela qual o *podcast* pode ser utilizado nas/pelas EFAs e também, refletir sobre novas questões para futuras sequências do *podcast*. E mais uma vez é interessante pensar nas conexões relacionadas ao que os egressos/as me trouxeram, porque, fazê-los pensar na utilização do *podcast* nas/pelas EFAs e também em outras temáticas a serem discutidas posteriormente em novos episódios, foram pensados por mim, muito antes

de constatar através da escrita deles/as que de fato há essa necessidade. Deixo nas imagens 26 e 27 a seguir, o que os egressos/as respondem a esses apontamentos:

Figura 26 – Respostas dos egressos/as sobre a utilização da sequência do *podcast* nas/pelas EFAs

“Reunião de equipe, serões com os estudantes, aulas” (Egressa Isabel Cajá, formulário de Validação do *podcast*, 2023).

“Podem ser utilizados tanto na formação da equipe de professores/gestão, estudantes, formação da família” (Egresso Humberto Umbu, formulário de validação do *podcast*, 2023).

“Aulas, serões, intervenções, assembleia, Reunião de pais” (Egresso José Juá, formulário de validação do *podcast*, 2023).

“Nos trabalhos de identidade territorialidade, resistência camponesa” (Egressa Joana Licuri, formulário de validação do *podcast*, 2023).

“No momento de encontro com os alunos que acontecem á noite, nos encontros de pais e comunidade escolar e até mesmo na sala de aula como recurso midiático de aprendizagem” (Egresso João Pitomba, formulário de validação do *podcast*, 2023).

“Pode ser utilizado em eventos, reuniões, espaços de aprendizado” (Egresso Roque Mangaba, formulário de validação do *podcast*, 2023).

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Leitores/as, eu reafirmo a vocês, que precisava ser e ter, os olhares, reflexões, posicionamentos e propostas dos egressos/as na validação do *podcast*. percebam através das respostas que eles/elas nos apresentaram, que só quem viveu experiências nas EFAs poderiam direcionar especificamente a utilização desse produto durante as etapas do processo formativo. E o que eles/elas nos trouxeram, vai além de pensar a utilização entre os muros das EFAs, o que foi apresentado diz respeito a utilização da sequência do *podcast* EFAS,

REFAISA, SISAL nas EFAs e pelas EFAs. Esse movimento faz toda diferença porque os egressos/as incluem outros atores coletivos que se agregam as EFAs, unem diferentes território/territórios educativos, pensam em uma formação de resistência camponesa, nas identidades/territorialidades. Eu tinha como intenção leitores/as, a elaboração de um produto que pudesse contribuir com as EFAs, a REFAISA e logo, com o território do sisal e, as respostas dos egressos/as me confirmaram que sim, é possível.

Figura 27 – Sugestão dos egressos/as sobre novos temas a serem abordados no podcast

“O desafio de fazer educação no campo, identidade, ser mulher negra nessa sociedade” (Egressa Isabel Cajá, formulário de Validação do podcast, 2023).

“Estudo sobre escola – família – comunidade” (Egresso Humberto Umbu, formulário de Validação do podcast, 2023).

“Mulheres e juventude como protagonista do associativismo. As práticas ancestrais para organização coletiva. Disseminação das práticas educativas das EFAs para todo o nosso território” (Egresso José Juá, formulário de Validação do podcast, 2023).

“O papel das culturas de matrizes africanas e religiosidade na resistência dos povos” (Egressa Joana Licuri, formulário de Validação do podcast, 2023).

“Formação profissional dos membros das EFAs” (Egresso João Pitomba, formulário de Validação do podcast, 2023).

“Identidade camponesa, o enfrentamento das escolas família, agricultura, trazer temas que fortaleça os trabalhos de base já realizados” (Egresso Roque Mangaba, formulário de Validação do podcast, 2023).

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Diante de tudo isso, leitores/as, foi necessário pensar em novas propostas e, eu confesso a vocês, que os temas dos quais os/as egressos/as proporam me deixou animada. Quando eles/elas fazem isso fortalecem a ideia de continuação e nunca foi minha/nossa intenção ter o podcast como concluso, pois fluir em continuação é o que sempre me moveu e

move. Assim, intencionalmente eu deixei leitores/as, a escrita do egresso Roque Mangaba ao descrever o *podcast*, após ouvi-lo, para esse momento, porque através da sua escrita traduzida em sentimentos, eu digo a vocês, que esse momento foi além de avaliação e validação. A sequência de *podcast* possibilita rememorar experiências daqueles/as que as viveram, traz o passado de alguém, que pode ser o presente de outros/as ao se identificar com experiências similares das quais vivem nas EFAs, e possam provocar uma projeção de quem deseja viver outras experiências nesses territórios educativos. Assim, deixo com vocês a escrita do egresso Roque Mangaba:

*“Como descrever esse trabalho maravilhoso, voltei ao passado, me deu um dor no peito escutar todas essas falas. Me sentir muito, reconectado com minhas vivências. Foi bem descrito o que as EFAs proporcionam nas nossas vidas. Chorei horrores, um choro de saudades. Uma saudade de um tempo em que estava incluído dentro dos movimentos, onde realizava minhas místicas especiais. Onde gritava meus gritos de resistência. " Se o campo não planta, a cidade não janta", "juventude que ousa lutar, constrói o poder pular". Obrigado Geicilene, por proporcionar esse momento. Terminei meu relato falando: Se o tempo voltasse, nem sempre todas as marcas são feridas. A EFA me deixou essas marcas de resistência, de luta, de ter cede de conhecimento” (Egresso Roque Mangaba, formulário de validação do *podcast*, 2023).*

Durante uma tarde de primavera, ao ler o que o egresso Roque Mangaba escreveu, quem chorou naquele momento, fui eu. Parecia que eu ouvia os gritos que ele nomeia como resistência, e eu voltei à leitura pelo menos três vezes. Eu conheço a voz do egresso Roque Mangaba e aquela leitura me fazia projetar o som da sua voz ecoando o que a sua escrita gritava “se o campo não planta a cidade não janta” “juventude que ousa lutar constrói o poder popular” (Egresso Roque Mangaba, formulário de validação do *podcast*, 2023). Finalizo aqui, desejando que o *podcast*, EFAS, REFAISA SISAL ao ser acessado, faça ecoar as vozes dos egressos/as das EFAS do território do sisal em diferentes tempos-lugares-territórios.

7. O MOVIMENTO DO CINGIR: CONHECER, MULTIPLICAR, TERRITORIALIZAR

[...] É fundamental definir novas práticas territoriais, novas apropriações e relações que valorizem o patrimônio territorial de cada lugar. Outras relações societárias e territoriais são possíveis e necessárias.
(Saquet, 2015, p. 134).

A ideia de território pensada *por e a partir* das experiências de egressos e egressas, com suas experiências construídas em territórios educativos – EFAs, é importante que seja pensado, pesquisado e multiplicado no PLANTERR. Reivindico aqui também a presença de pessoas que pisam/vivem no/o chão destas Escolas a conjugarem suas formações neste Programa. Na minha pesquisa, penso que esses olhares dos quais eu me propus a pensar o território e ao mesmo tempo, dedicar meses construindo através da minha escrita um debate sobre essa questão, me levaram e me levam a acreditar e defender que não existe uma linearidade no modo pelo qual os territórios se constroem e/ou são planejados. Nem mesmo podemos cogitar um conceito unilateral do que é o território, pois quando se pensa nessa categoria é essencial que não se deixe escapar a sua *gênese* em ser plural. Trazer essa discussão científica em um programa de planejamento territorial é possibilitar o movimento de/nas ideias, ao mostrar que analisar só o que as nossas vistas alcançam, nos limita, é preciso olhar adiante.

A pluralidade do(s) território(s) me trouxe/trouxeram à possibilidade de trazer questões tão caras aqui, afinal

*[...] é necessário construir um novo território para uma nova sociedade, o que exige, evidentemente, uma *práxis* diferente para a relação sociedade-natureza, valorizando os saberes populares, a agricultura camponesa agroecológica, o pequeno comércio, a produção artesanal de alimentos saudáveis, as relações de ajuda mútua, a confiança e a natureza exterior ao homem (Saquet, 2015, p. 133- 134).*

Corroboro com Saquet (2015), e percebo que suas reflexões coadunam com a *práxis* territorial educativa da qual proponho e confirmo ser realizada nas/pelas EFAs. Essa *práxis* promove a manutenção das EFAs enquanto territórios educativos e, para além disso, potencializa e constrói outros territórios. Compreendendo isso, eu defendo um processo de territorialização das EFAs. Pois, ao povoar politicamente os lugares-territórios, as EFAs têm a possibilidade de reverberar um saber-fazer-movimento que seja multiplicado e promova o fortalecimento dos povos do campo, da agricultura familiar, da agroecologia, das suas culturas, ancestralidades, temporalidades e territorialidades. Potencializar os lugares-

territórios dos quais povoa o modo de vida desse povo. Assim, chamo mais uma vez Saquet (2022), para essa reflexão:

Acreditamos, depois de muito trabalho e superação das dificuldades impostas pelas forças hegemônicas, que podemos afirmar que a automobilização e a auto-organização territorial são essenciais nessa ressignificação do (des)envolvimento, pois este ocorre com envolvimento do outro, respeitando como sujeito histórico que pensa e cria, luta e conquista. Aí, as redes de cooperação e solidariedade efetivadas em diferentes níveis escalares de atuação política foram – e são fundamentais, praticadas na interinstitucionalidade e transdisciplinaridade, sem eximir as obrigações do Estado (Saquet, 2022, p.56).

A mobilização e (auto)organização do povo e para o povo é poderosa. As EFAs, se mobilizam e se articulam em redes e esses movimentos promovem ações em diferentes territórios dos quais se organizam e se reorganizam *por* e *a partir* dessas mobilizações. Entretanto, concordo extremamente com Saquet (2022), quando ele pontua que a articulação das pessoas em prol da organização territorial, jamais pode anular e/ou isentar as obrigações do Estado.

É por isso que, mesmo quando o fenômeno dessa investigação é desvelado a mim, trazendo à tona que a construção de experiências produz territórios e temporalidades nas EFAs, neste caso, através das experiências dos/as egressos/as entrevistados/as, eu jamais diria que o Estado não precisa chegar e agir *com* e *para* esses povos. Ao ter conhecimento do saber/fazer das EFAs no/nos território/territórios, penso, que é urgente, formular e efetivar políticas públicas para o fortalecimento, divulgação e manutenção desses territórios e territórios educativos. No entanto, tais ações necessitam ser forjadas em diálogo com cada escola, com o povo e com a Rede.

Assim, proponho um refinamento das articulações entre as políticas de educação profissional e as EFAs; uma articulação a partir das demandas das Redes, um movimento que organize não apenas as demandas das EFAS mas, também aquelas da educação no/do campo, quilombolas e outras comunidades tradicionais; do avanço necessário ao perfil das EFAs e da compreensão sobre seu caráter estatutário e pedagógico próprios; da incorporação de demandas específicas circunscritas à produção de conhecimento e dos princípios pedagógicos das EFAs; às construções dos colegiados territoriais; a ampliação das territorialidades das EFAS na verticalização com o ensino superior, sobretudo aquele voltados às ciências agrárias, não somente; a visibilidade das territorialidades nas/das EFAs, no que envolve as políticas públicas que valorizem as juventudes e também os saberes ancestrais, que fortaleça e reestruture a educação no/do campo, que promova protagonismo das ruralidades, que estimule e incentive suas práticas diárias e relação com a terra, que fomente o fazer e o saber

agroecológico, a agricultura familiar, a valorização da caatinga e o modo de vida desses povos.

Por isso, o que proponho com o movimento do cingir, é deixar as minhas ideias aparentes e entrelaçadas aqui. Assim, o meu mover-se ao cingir está refletido no conhecer, multiplicar e territorializar. Com isso, pude através da minha escrita promover a multiplicação e propor uma compreensão interpretativa da territorialização, sobretudo através das estratégias em que as EFAs possam se aterrar, ocupar, ser e tornar visível ao mesmo tempo em que se alarga pelos e nos territórios. Esse é o meu desejo e, é oportuno, fazer a voz latente do egresso Humberto Umbu, a minha própria voz ao concordar quando ele diz: “*porque é um projeto que não pode morrer, sabe?*” (Egresso Humberto Umbu, entrevista concedida em 2022).

Percebi e compartilho que os objetivos dessa pesquisa foram alcançados quando eu estabeleci diálogo com os/as egressos/as e foi possível trazer através da minha escrita, um diálogo sobre o território. Ao me conectar a pessoas, alicerçada ao método fenomenológico é cientificamente prioritário entender que os encontros e desencontros compõem a pesquisa, que os movimentos não são traçados em linearidade, que não se pode forjar o que se deseja como resultado e que a sensibilidade dos/nos sentidos em perceber aquilo que se encontra, me forma enquanto pesquisadora.

Tranquilamente eu relatei esses aprendizados, porque ao trabalhar com o método fenomenológico, aprendi a fazer pesquisa científica, passei a assumir e defender uma postura teórico-crítica e política e comecei a perceber como se construiu a minha escrita e como é importante a maneira pela qual ela é/foi/será construída. Contei isso para dizer o quanto é importante aderir a um método científico e, os convivo a trilharem os caminhos científicos dessa maneira.

Eu confirmei que consegui alcançar o que propus, quando experienciei o diálogo entre território, EFAs e *práxis* educativas e elaborei o *Podcast*. Para mim a produção do *Podcast* – EFAS, REFAISA SISAL, teve por objetivo, promover a visibilidade dos/as egressos/as, ao através das suas experiências contribuírem com a divulgação das EFAs. O *Podcast* pode atingir dimensões completamente diferentes dessa dissertação, e eu confesso que tomo isso como excelente, porque até mesmo quem não pode ter acesso a essa leitura por não saber e/ou poder ler, pode através da escuta, entender como essa pesquisa se construiu.

Penso que o *Podcast*, assim como a minha escrita, pode estimular as EFAs e a REFAISA a pensar e ampliar suas discussões sobre os territórios e deixo aqui como

apontamento para que ambas pensem em montagens de grupos para pensar o território de modo que não seja somente do ponto de vista político-administrativo, ao compreender que o planejamento territorial começa a ser cingindo no lugar-território. Não tive a intenção de estabelecer uma conclusão neste capítulo, pois observando tudo que foi construído até aqui, torna-se necessário observar que não é possível essencializar as EFAs, muito menos os territórios e as experiências. As realidades são particulares e distintas, se conectam e se individualizam.

Nunca foi minha intenção afirmar sobre aquilo que ainda não conhecia e, é justamente a troca com as pessoas, que me possibilitou esse conhecer e agora, vivenciando todos os encontros e reencontros, apresento-lhes, não o que supus refletindo sozinha em frente a tela de um computador, escrevendo a duas mãos. Ao me conectar com as pessoas de direito – os egressos e as egressas das Escolas Famílias Agrícolas do Território do Sisal, cada um/uma, deles e delas em seu lugar-território, uniram as suas mãos às minhas, assim, não estava mais sozinha, nossas experiências se conectaram e não é possível uniformizá-las.

Colaboro então, no entendimento de que as temporalidades, percebidas como elementos fundantes à produção de experiências e que ao planejar o território, visto como a articulação entre sujeitos e intencionalidades, a escuta a quem partilhou da experiência, pode suscitar outra compreensão da participação e da construção de redes de intersubjetividade e ação coletiva. Neste sentido, as territorialidades se colocam como essas subjetividades inscritas no lugar onde se fazem presentes e propícias à articulação entre as intencionalidades (dos sujeitos, das instituições, por exemplo). Assim, ao escutar os *Podcast*, por exemplo, é possível perceber que mesmo que sejam subjetividades das experiências acolhidas em EFAs diferentes, há elementos preponderantes para justificar as semelhanças: a Rede, que articula ações dialógicas entre as EFAs; o planejamento político-pedagógico (que mesmo sendo particular, se alicerça a partir de princípios norteadores comuns); a ruralidade percebida como identidade com alicerces amparados no rural como espaço de reprodução (i)material da existência; e, a mobilidade possível entre as escolas e as comunidades, possibilitando a formulação de outras temporalidades e territorialidades instituídas entre os sujeitos, as escolas e seu processo formativo circunscrito aos territórios.

A formulação de um diálogo entre aqueles que viveram a experiência (nos seus tempos e territórios) e quem pensa a formação de outros sujeitos em novos contextos, urge estimular esse diálogo diacrônico, revelando as (im)possibilidades da formulação de um planejamento territorial que suscite o presente e suas emergências e urgências. Revelar que

aqueles e aquelas que partilham temporalidades e territorialidades, podem formular estruturas de ação-reflexão-ação, consolidando a práxis territorial em seu potencial (trans)formador.

Assim, valorizar o papel do/a egresso/a como tradutor/a da experiência temporal e territorial e de sua potente possibilidade de refletir sobre as experiências, possibilita a especificidade de incidir sobre o território assimilado como dialógico, (re)existente, dinâmico e propício à produção de identidades alinhadas com o rural, a formação política para a crítica, para a valorização do lugar visto a partir do pertencimento e dos imaginários e das EFAs como estimulantes à formação para o mundo do trabalho calcada na valorização do território.

Por fim, em referência ao título dessa dissertação dita por um dos egressos que “a chuva é o sangue pra terra vingar as coisas”, ela é preponderante para explicar essa reflexão. Pensando não apenas a Rede, a identidade das EFAs com as ruralidades, a caatinga (vista como bioma que reúne as experiências) e os princípios pedagógicos que regem a pedagogia da alternância, a chuva pode ser vista na sua denotação e, sobretudo enquanto metáfora no sentido das territorialidades/temporalidades inscritas no território, que se conecta, (re)orienta experiências e valoriza essas vivências inscritas à dimensão da escola e das relações com as comunidades. As águas sejam no mangue, ou seja, na caatinga produz as (re)existências humanas.

POSFÁCIO

Geici é daquelas criaturas da natureza que não é difícil (re)conhecer. Na sua entrevista, período pandêmico, fui alertado pela minha intuição a orientá-la. Segui esse direcionamento que se alicerçava no fato de sua cor da pele: preta. Seu primeiro torpor científico a direcionava para um lado e sua coragem aceitou uma indicação minha. De novo, a minha intuição me estimulava a provocar essa força, e ela não só mostrou que daria conta como me surpreendeu.

Sua contribuição à ciência tem várias camadas. A primeira dela se colocou no diálogo persistente sobre as territorialidades circunscritas ao discurso da experiência. Quem viveu pôde dizer sobre os contornos da vivência e sobre os aspectos labirínticos da educação profissional agrícola atrelados às EFAs. Uma segunda camada se alicerça na perspectiva do olhar da pesquisa direcionado ao novo. Sua pesquisa se deu na sua mobilidade científica, espacial e teórica, o que lhe permitiu desconfiar, interpretar e acolher as diferenças. A terceira camada se coloca na contribuição às pesquisas sobre planejamento territorial, posicionando as subjetividades e a educação do campo como notórios objetos da problematização do campo.

Assim, essa lama do manguezal que a cobre pela tez (do corpo-território e de sua teoria nativa) posicionou o seu caminho identitário e metodológico na escuta sensível. Poderíamos dizer que Paulo Freire sussurrou no seu ouvido, mas talvez antes disso, sua ancestralidade a permitiu conhecer as alteridades com o respeito devido. Uma cientista feminina se desloca sob a ribalta da militância anti-machista. No caso de uma mulher preta, também antirracista. No caso de Geici, feminista-negra (com hífen). Saber que a lama negra que se pisa é alicerce e não desestrutura movediça, é uma tarefa de convencimento público, algo que não se doa, se constrói.

Sobre tal conduta objetivada à sua formação e contribuição recíproca à realidade imersa, Geici conquistou o seu processo adaptando-se ao ecossistema necessário à sua superação. Esta vivência legou a mim, seu orientador, lugar privilegiado de orgulho e indefectível aprendizado mútuo. Não apenas pelo processo posto (um mestrado é etapa formativa), mas como o desejar-trocar como premissa necessária. Nossos diálogos foram sempre inspiradores e transpiradores e diria que definitivos. Geici chegou para somar.

Nessa caminhada, inspiradas nos *guaiamus*, nos encantados e na dinâmica da ciência, perceber as EFAs em suas tensões não significou desrespeitar suas dinâmicas, práticas e

imaginários político-territoriais. Quando uma pesquisadora ciente de sua posição na classe-que-vive-do-trabalho, das superações necessárias como educadora e cientista vividas na simultaneidade do mundo-da-vida e, ainda, na formulação de sua posição engajada e construtora-sócio-literária, o que vocês leram e ouviram se trata de emancip(ação). Urge reconhecermos nessa trajetória, admiração e convicção de que este texto pode (e assim desejamos) suscitar reflexões e novas críticas/interpretações. Não desejamos superar. O intento aqui é interpretar narrativas experienciais que são muitas vezes invisíveis e pouco compreendidas.

Como seu orientador, agradeço à Rede e às EFAs sua posição parceira e de permitir avançar juntos/as em direção à justiça social através da educação feita por/para/com todos nós. Cada raiz que se entrelaça no mangue mostra a temporalidade e suas dinâmicas de inter(ação). Cada raiz que sustenta um caule seco e sem folhas na caatinga, mostra a capacidade resiliente e obstinada (um dia o seco torna-se vivo-verde) da população que vê no seu lugar, potência e realização da vida. Assim, planejar um território não só deve acolher as subjetividades presentes como admirá-las. Se quiser entender do que isso representa, sinta o texto escrito por Geicilene.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, F. M. R. NOGUEIRA, L.P.M. RODRIGUES, M.P.M. Tempo comunidade: espaço tempo potencializador de experiências na formação de educadores do campo. In: V COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO, CIDADANIA E EXCLUSÃO: SABERES DA DIDÁTICA E AS VOZES DA ESCOLA, 2018, Niterói. **Anais eletrônicos**. Niterói, UFF, 2018. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/ceduce/2018/TRABALHO_EV111_MD1_SA2_ID_1573_30052018165436.pdf Acesso:03/03/2022.

ALMEIDA PINTO, M. P. GERMANI, G. I. O Território da educação do campo: As escolas família agrícola. In: 14º ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA: REENCANTO DE SABERES TERRITORIAIS LATINO AMERICANO. 2013, Lima. **Anais eletrônicos**. Lima, 2013. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Geografiasocioeconomica/Geografiagrícola/12.pdf> Acesso em: 02/10/2023.

BAHIA (Estado). Superintendência de estudos econômicos e sociais do estado da Bahia. **Indicadores Territoriais**, 2023. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/images/informacoes_por/territorio/indicadores/pdf/baixosul.pdf Acesso: 12/08/23

BELLO, Ângela Ales. A. **Introdução à fenomenologia**. Tradução: Ir. Jacinta T. Garcia e Miguel Mahfoud. Bauru-SP: Edusc, 2006.

BORGES, D.O. “E aí, pesquisador, comunicar pra quê?": o podcast como estratégia e mídia para a divulgação da ciência. **Dissertação** (Mestrado). Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em tecnologias, comunicação e educação, Uberlândia, 2020.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BRASIL. Conselho Nacional de saúde. **Resolução** – nº 510, de 07 de abril de 2016. Brasília, Diário oficial da União. 7 de abril de 2016. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf> Acesso em: 20/04/2021.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Caderno de monografias municipais: Nordeste/Bahia**, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=72980&view=detalhes> Acesso em: 12/11/23.

_____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução** – nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, Diário Oficial da União, 12 dez. 2012. Disponível em: <https://cep.ufrj.br/wp-content/uploads/2015/10/Reso4662.pdf> acesso em: 21/04/2021.

CALDART, R. S. Educação do campo. In: CALDART, R. S. PEREIRA, I. B. ALENTEJANO, P. FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo. Educação do campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. p. 259-265.

_____, R.S. **A escola do campo em movimento**. Currículo sem Fronteiras, Coletivo Nacional de Educação do MST e Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA), v.3, n.1, pp.60-81, Jan/Jun 2003.

_____, R.S. et. al. **Escola em movimento no instituto de educação Josué de castro**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

_____. R. S. Por Uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. **In: KOLLING, E. J. CERIOLI, P. R. CALDART, R. S. Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. Brasília, DF: articulação nacional Por Uma Educação do Campo, 2002. 18-25.

CARRICONDE, L.L, KANASHIRO, D. S. K. Google meet: um espaço potente para uma atitude mediadora. **Fólio: Revista de letras**. Vitória da Conquista, v.14, n.1, p.503-517, jan/jun, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.22481/folio.v14i1.10820> Acesso em: 12/11/2023.

CHAVEIRO, E.F. Corporeidade e lugar: elos da produção da existência. MARANDOLA, E. HOLZER, W. OLIVEIRA, L. **Qual o espaço do lugar?** São Paulo: Perspectiva, 2014. p.249-279.

COSTA, J. C. P. “A gente não encontra tudo aqui”: formação, trabalho e experiência a partir de egressos/as do ensino médio integrado do IF Baiano campus Catu. Dissertação (Mestrado). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano. Programa de educação profissional e tecnológica, Catu, 2021.

COSTA, T. P. Educação profissional em alternância na Escola Família Agrícola de Sobradinho-Ba. In: VI COLÓQUIO E II COLÓQUIO INTERNACIONAL: A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, 2017, Natal. **Anais eletrônico**. Natal: IFRN, 2017. Disponível em: <https://ead.ifrn.edu.br/coloquio/anais/2017/trabalhos/eixo3/E3A1.pdf> Acesso em: 03/03/2022.

COSTA, T. P FREITAS, H. R. MARINHO, C. M. Pedagogia da Alternância na Educação Básica e Profissional: conquistas e desafios em 25 anos de atuação da Rede das Escolas Famílias Agrícolas Integradas do Semiárido (REFAISA). **Revista Brasileira de Educação do Campo**, Tocantinópolis, v.4, 2019.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 1988.

ELIAS, N. **Sobre o tempo**. Rio de janeiro: Zahar, 1998.

GOMES, A.S; COSTA, D.S. da; MIRANDA, G. de O. Territórios educativos percebidos através da fenomenologia: experiências das ruralidades no IFBA e no IF Baiano. In: SANTANA, L.S. COSTA. D. S. **Experiências multirreferenciais de pesquisas em educação profissional e tecnológica**. Curitiba: CRV, 2021. p.147-165. Disponível em: <https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/catu/files/2021/05/2021-Camila-Santana-Experiencias-Multirreferenciais-de-Pesquisas-em-EPT-na-Bahia.pdf> acesso: 04/03/2022.

FREIRE, P. **Educação e Mudança**. 12. ed. paz e guerra. 2003.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 11ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

KAUFMANN, J. C. **A entrevista Compreensiva: Um guia para pesquisa de campo** Rio de Janeiro: Vozes: Edufal, 2013.

LUIZ, L. ASSIS, P, de. O Podcast no Brasil e no Mundo: um caminho para a distribuição de mídias digitais. In: XXXIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2010, Caxias do Sul. **Anais eletrônico**. Caxias do Sul, INTERCOM, 2010. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/r5-0302-1.pdf> Acesso em: 08/08/2021.

MARANDOLA, E, JR; HOLZER, W; OLIVEIRA, de L. **Qual o espaço do lugar?** 1º ed. São Paulo: Perspectiva, 2014. Corporeidade e lugar: Elos da produção da existência. CHAVEIRO, E. F. 249-279

MACEDO, R.S. **Pesquisar a experiência: compreender/mediar saberes experienciais**. 1.ed. Curitiba: CRV, 2015.

MIRANDA, E. O. **Corpo-território E educação decolonial: proposições afro-brasileiras na invenção da docência**. Salvador: EDUFBA, 2020.

MIRANDA, G. O. **Construção de jogo de aprendizagem no if baiano campus xique-xique: Desvelando percepções e práticas alimentares sobre plantas alimentícias não convencionais (PANC) a partir de saberes tradicionais**. Dissertação (Mestrado). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano. Programa de educação profissional e tecnológica, Catu, 2021.

MOLINA, M. C. Desafios para os Educadores e as Educadoras do Campo. In: KOLLING, E. J. CERIOLI, P. R. CALDART, R. S. **Educação do Campo: identidade e políticas**. Brasília, DF: articulação nacional Por Uma Educação do Campo, 2002. Coleção Por Uma Educação do Campo, nº 4. p.26-30.

MOREIRA, D. A. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pinóia Thomsoon, 2002.

NOSELLA, P. **Origens da pedagogia da alternância no Brasil**. Vitória: EDUFES, 2012.

SERPA, A. **Por uma geografia dos espaços vividos**. 1. ed. São Paulo: contexto, 2021.

OLIVEIRA, L. O sentido de lugar. In: MARANDOLA, E. HOLZER, W. _____. **Qual o espaço do lugar?** São Paulo: Perspectiva, 2014. p.3-16.

PINTTO, D. et al. **Contos poesias e encantos**. Feira de Santana: Vecchio, 2023.

PAULO, P. **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. 168p.

PLOEG, J. D. V. Sete teses sobre a agricultura camponesa. 2009. Disponível em: <https://edepot.wur.nl/108071> acesso: 17/03/2022.

PRUDENCIO, K. RIZZOTTO, C. CARDOSO, R. **Atores coletivos em tensão: uma década de pesquisa em comunicação e participação política.** Curitiba: CRV, 2022.

RELPH, E. Reflexões sobre a emergência, aspectos e essência de lugar. In: MARANDOLA, E. HOLZER, W. OLIVEIRA, L. **Qual o espaço do lugar?** São Paulo: Perspectiva, 2014. p.17-32

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território.** 3°. Ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

_____, M. A. **Consciência de classe e de lugar, práxis e desenvolvimento territorial.** Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

_____, M. A. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A. SPOSITO, E. S. (Org). **Territórios e Territorialidades: Teoria e Conflitos.** 1. ed. São Paulo : Expressão Popular : UNESP. 2008. p. 73-83.

_____, M. A. **Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial.** 2°. ed. Rio de Janeiro: consequência, 2015.

_____, M. A. **Saber popular, práxis territorial e contra-hegemonia.** Rio de Janeiro: consequência, 2019.

_____, M.A. **Singularidades: um manifesto a favor da ciência territorial popular feita na práxis descolonial e contra-hegemônica.** Rio de Janeiro: consequência, 2022.

SILVA, A. C. da. **De quem é o pedaço? espaço e cultura.** Hucitec, São Paulo, 1986.

SILVA, O. A. A influência recíproca na ação: o estado e as associações no território do sisal. In: NETO, A. S. C. SANTOS, E. M. C. SILVA, O. A. **(GEO) grafias dos movimentos sociais.** Faria de Santana: UEFS editora, 2010. p.347-366.

SOUZA, S.R.M. **Fenomenologia e educação.** Salvador: EDUNEB, 2012.

SOKOLOWSKI, R. **Introdução à fenomenologia.** 3. ed. São Paulo, 2012.

STOPILHA, A.L.S. **Saberes e práticas produtivas das Marias marisqueiras da comunidade de mangue seco: uma investigação sobre mariscagem em Valença (Ba).** Tese (doutorado). Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Programa de Doutorado Multi-Institucional e Multidisciplinar, Salvador, 2015.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência.** São Paulo: Difel, 1983.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas.** Campinas, 22, (44): 203-220, ago/dez. 2014. DOI: 10.20396/tematicas.v22i44.10977. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>. Acesso em: 12 nov. 2023.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas : o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Revista Estudos Sociedade e agricultura**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p.87-145, 15, out. 2000.

APÊNDICES



PLAN TERR

**Universidade Estadual de Feira de Santana
Departamento de Ciências Humanas e Filosofia**

Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial

Mestrado Profissional – PLAN TERR

APÊNDICE I

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

ESTA PESQUISA SEGUIRÁ OS CRITÉRIOS DA ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS CONFORME RESOLUÇÃO N^o 466/12 DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE.

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome _____ do _____ Participante:

Documento de Identidade n^o : _____ Sexo: F ()
M ()

Data de Nascimento: ____/____/____

Endereço: _____ Complemento: _____

Bairro: _____ Cidade: _____ CEP: _____

Telefone: () _____ / () _____ /

Convidamos vocês a participarem da pesquisa: Temporalidades e territorialidades: As experiências dos egressos/as das Escolas Família Agrícolas filiadas à REFAISA no Território do Sisal, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), de responsabilidade da mestrandia Geicilene Rodrigues dos Santos. O projeto em questão tem como objetivo interpretar as temporalidades e territorialidades a partir das experiências de egressos (as) das Escolas Famílias Agrícolas da REFAISA no Território do Sisal. A pesquisa está cadastrada no Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa toma como base os princípios da fenomenologia, e visa ao desenvolvimento de um produto – que se constitui em uma

sequência de *Podcast* na qual os egressos/as das Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) do Território do Sisal e filiadas a Rede das Escolas Famílias Agrícolas Integradas do Semiárido (REFAISA) compartilham suas narrativas acerca das experiências nas EFAS relacionando-as com as territorialidades e temporalidades. Todos os participantes desta pesquisa são voluntários e, portanto, não haverá qualquer tipo de pagamento ou gratificação financeira.

É esperado que ao finalizarmos a pesquisa, o produto – *Podcast*, assim como a dissertação tragam a possibilidade de diferentes pessoas em espacialidades distintas conheçam as Escolas Famílias Agrícolas do Território do Sisal pelos olhares dos egressos destas instituições. E que estes últimos a partir de suas experiências e ao contribuir com esta pesquisa fortaleçam suas relações de identidade e pertencimento com os seus territórios. A realização desta pesquisa, também trará a possibilidade de promover à divulgação da experiência e/ou popularizar o possível conhecer das EFAs. Assim como, colaborar com a educação do campo no sentido das tecnologias e contribuir com uma reflexão geográfica sobre as EFAs, relacionando as temporalidades e territorialidades, que as EFAs não se propõem a pensar. Tendo estes direcionamentos a contribuir para reflexão sobre a própria escola o que possibilita que as instituições possam se reinventar.

Nesta etapa, você está sendo convidado/a a participar das entrevistas compreensivas que aconteceram em formato virtual, via Google Meet, preservando nossas integridades físicas devido ao cenário atual pandêmico da covid 19. As entrevistas terão duração de aproximadamente uma hora e serão gravadas, a partir delas, serão produzidos os *Podcasts*. É fundamental entender que esta pesquisa terá como produto, uma sequência de *Podcasts* realizados com os/as participantes deste estudo e que suas narrativas, serão capturadas no ato da entrevista. O compartilhamento dos áudios se justifica nesta pesquisa, levando em consideração que a proposta deste estudo é construir uma sequência de *Podcast* e pela natureza deste produto é necessária a utilização da voz. Logo, os sujeitos que aceitarem participar deste estudo estarão aceitando essa condição. Jamais, em hipótese alguma esse material será para fins ilustrativos e/ou estéticos, os *Podcasts* serão fruto desta pesquisa o qual propomos elaborar em parceria com os participantes. Os resultados serão publicados tanto em mídia impressa como eletrônica, visando a fins estritamente científicos e educacionais. Os/as participantes desta pesquisa são voluntários/as e, portanto, em nenhum momento haverá qualquer tipo de pagamento ou gratificação financeira.

Se você aceitar participar dessa pesquisa contribuirá para que as narrativas de egressos/as, vozes que são pouco ouvidas, sejam reverberadas. Essas informações serão utilizadas para construção da dissertação assim como para construção dos *Podcasts*.

Este estudo contempla os requisitos éticos previstos na legislação atual referentes à confiabilidade e participação voluntária. Considerando o que prevê a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), toda pesquisa com seres humanos envolve algum risco para os participantes. Tendo em vista que a proposta consiste em partilhar, através de material disponível em mídia virtual, as territorialidades e temporalidades a partir das experiências dos egressos/as das EFAs – isso poderá gerar algum desconforto aos participantes em expor certos aspectos da sua vivência. Pode-se ter como possível risco às gravações, podendo ter recusa por parte dos participantes. Assim como ao realizar entrevistas virtuais, as quais darão origem a sequência de *Podcasts* – como risco a esta etapa poderemos ter, sujeitos que se recusem a participar deste momento e/ou responder a determinadas perguntas. Outra possibilidade de risco é os participantes se sentirem constrangidos e/ou sentir algum momento de exaustão durante o processo de entrevista. Para minimizar os riscos, serão tomados alguns cuidados preventivos em relação aos participantes, a saber: I. Os participantes desta pesquisa terão acesso a todo o material sem edições (material integral), capturado nas entrevistas compreensivas e terão total autonomia para fazer alterações do que foi falado, ou optar por fazer a retirada daquilo que foi dito, podendo retirar seu consentimento de determinado trecho concedido; II. Esclarecer a priori que as entrevistas serão gravadas, transcritas e encaminhadas aos participantes da pesquisa para que possam aprovar a sua narrativa e a inserção da mesma nas sequências de *Podcasts* (tudo que será gravado só será inserido na pesquisa com aprovação prévia dos participantes). III. Buscar horários acessíveis e flexíveis para realização das entrevistas, bem como, estabelecer um diálogo simples e acessível onde os participantes não se sintam pressionados a responder. IV omitir-se de responder qualquer questão e ter o equipamento de gravação desligado ou interromper a participação a qualquer momento sem nenhum prejuízo ou justificativa; VII. Será respeitado os limites físicos e psicológicos dos participantes, podendo assim, realizar pausas e suspensão temporária para retomada em outro momento previamente marcado; VIII. De obter os esclarecimentos que julgar necessários, ou apoio emocional que sentir necessidade a qualquer momento após a entrevista, que poderá ocorrer mediante contato com a pesquisadora ou seu orientador; IX. De ter preservado seu anonimato nos resultados da

pesquisa X. O participante que se sentir eventualmente incomodado/a, pode, voluntariamente, desistir da sua participação em qualquer momento da entrevista, sem nenhum dano. Todo processo da pesquisa estará dedicado a não comprometer o bem-estar dos participantes, atentos e assegurando que estes não estejam expostos a riscos físicos e psicológicos.

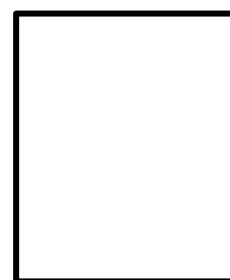
Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados em revistas e eventos científicos. Os dados dessa pesquisa serão cuidadosamente guardados em um banco de dados pela pesquisadora por um tempo máximo de 05 anos, posterior a este período será devidamente apagado. A pesquisadora se compromete, após o término do trabalho final, de apresentar os resultados da pesquisa, juntamente com o produto que será construído. Você será devidamente esclarecido/a de toda e qualquer dúvida (ou informação) que venha a ter (ou queira saber) antes e durante a pesquisa. Você poderá entrar em contato através do endereço: Rua A – Bairro campo limpo/ Feira VI. Feira de Santana-BA, Telefone: (75) 9 88956526. E-mail:geicilenerodrigues23@gmail.com; ou com meu orientador, Davi Silva da Costa (71) 9 9635-3198. Você também poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) no seguinte endereço: CEP/UNEB, Avenida Engenheiro Oscar Pontes s/n, antigo prédio da Petrobras 3º andar, sala 1, Água de meninos, Salvador- BA. CEP: 40.460-120 telefone: (71) 3612-1300 e e-mail: cepuneb@uneb.br ou com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP: Endereço: SRTV 701, Via 5 Norte, lote D – Edifício PO 700, 3º andar – Asa Norte CEP: 70719-040, Brasília-DF.

CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

Eu, _____, estou ciente da natureza desta pesquisa, de seus objetivos, métodos e benefícios, e autorizo a minha participação voluntária. Compreendo que não terei nenhum retorno financeiro e que posso me afastar da pesquisa quando quiser. Concordo que as informações obtidas relacionadas a mim, e às minhas narrativas, realizadas no momento da entrevista poderão ser utilizadas em atividades de natureza educacional, acadêmico-científica, através de material textual e eletrônico disponíveis em mídia virtual e o qual não terá fins lucrativos sob nenhuma hipótese. Este documento é emitido em duas vias que serão assinadas por mim e pela pesquisadora, ficando uma via com cada um de nós.

Feira de Santana, _____ de _____ de _____.

Assinatura do participante da pesquisa



Assinatura do pesquisador discente
responsável

(orientando)

Assinatura do professor

(orientador)



PLAN TERR

**Universidade Estadual de Feira de Santana
Departamento de Ciências Humanas e Filosofia**

Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial

Mestrado Profissional – PLAN TERR

APÊNDICE II

ROTEIRO COMPREENSIVO – AOS EGRESSOS/AS DAS EFAS DO TERRITÓRIO DO SISAL

Informações prévias

- Os/as egressos/as serão convidados a participar das entrevistas, assim como das sequências de *Podcasts*;
- Os/as egressos/as serão informados sobre os objetivos dessa pesquisa e sobre a importância da entrevista compreensiva;
- O termo de consentimento livre e esclarecido será lido junto aos/as egressos/as;
- Aos/as egressos/as será esclarecido que tudo que for por compartilhado por ele no momento da entrevista será transcrita e terá o seu aval antes de ser anexar nesta pesquisa.

Roteiro compreensivo

- ❖ Você mora onde? Você sempre morou neste município, você gosta de morar aí?
- ❖ Você é um morador do campo? Sempre morou e continua morando no campo, o que você pode dizer sobre morar no campo?
- ❖ Como era seu deslocamento na sua comunidade até a EFA? Você poderia, por favor, falar sobre isso?

- ❖ Você percebeu mudanças na sua relação com a comunidade, com a terra depois de ingressar na EFA? E se algo mudou o que seria, e também se nada mudou, por que você acha que não mudou?
- ❖ Quando você pensa na EFA, quais sentimentos você atribui ao seu processo formativo? Você pode falar sobre isso?
- ❖ O que você pode falar sobre os saberes experienciados no tempo-escola e no tempo-comunidade? Você acha que são aprendizados diferentes? Se você acha diferente, ou acha igual, fala sobre isso.
- ❖ O que foi construído com a sua experiência na EFA que lhe faz perceber/entender como pessoa hoje?
- ❖ Você já teve experiência em escolas que não eram do campo? Como foi essa experiência, o que você percebeu de diferente da escola do campo para a escola que não é do campo?
- ❖ Você poderia falar sobre o que você acha como você entende o projeto político pedagógico da EFA?
- ❖ Quais atividades você realizava no tempo comunidade e qual realizava no tempo escola?
- ❖ Você consegue perceber uma dinâmica/ritmo diferente entre o campo e a cidade, ou você acha que é igual? Poderia, por favor, dizer como e o porquê?
- ❖ Qual relação você mantém com a escola atualmente?
- ❖ O que você aprendeu na EFA que foi e que é importante pra você até hoje? Você pode, por favor, falar sobre isso?
- ❖ O que você percebe de novo ou diferente hoje quando você já saiu da EFA e antes, quando você ainda estava lá.
- ❖ Você pode falar quais projetos você tinha para quando concluísse seu processo formativo na EFA? Se você se sentir à vontade, poderia falar se deu seguimento ou não a esses planos?

- ❖ A partir da sua experiência na EFA e na sua comunidade, como você se identifica? Você se vê enquanto uma pessoa da cidade ou uma pessoa do campo?



PLANTERR

**Universidade Estadual de Feira de Santana
Departamento de Ciências Humanas e Filosofia**

Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial

Mestrado Profissional – PLANTERR

APÊNDICE III

TRANSCRIÇÕES DO *PODCAST* – EFAS, REFAISA SISAL

EPISÓDIO 1 - APRESENTAÇÃO

Olá, galerinha!

Sejam bem-vindos e bem-vindas ao *podcast* EFAS, REFAISA Sisal.

Sou Geicilene Rodrigues, mulher preta, educadora, geógrafa, escritora, pesquisadora social, eu sou várias. Sou nativa do baixo sul da Bahia, venho lá do mangue, este, que há muito, foi meu entorno de convivência e existência. Eu que sou preta, da cor da lama do mangue, sigo mangueando os lugares em que povoo. Eu sou egressa do curso de licenciatura em Geografia da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Sou especialista em meio ambiente e agroecologia IF Baiano campus Valença e atualmente sou mestranda do programa de planejamento Territorial (PLANTERR). UEFS. E é justamente por conta desse último, desafio na minha formação, que estou aqui falando com vocês, sim galerinha, a mulher preta, educadora vai ser mestra, e desde já, incentivo vocês jovens pretos e pretas a trilharem esse caminho, ele é possível.

É importante explicar a vocês que as seções de *podcasts* objetivam refletir sobre cinco categorias reveladas através das experiências dos egressos/as das Escolas Famílias agrícolas (EFAs) do Território do Sisal e filiadas a Rede das Escolas Famílias Agrícolas do Semiárido (REFAISA), que entrevistei. Essa produção é de conhecimento das EFAs e da rede, mas essa é de minha autoria. Se vocês não conhecem as EFAS, eu os convido e as convido a conhecerem. As EFAS são escolas no/do campo, como defende Roseli Caldart, no livro, “educação do campo, identidade e políticas públicas”, no seu capítulo, “Por Uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção”, a autora diz: “No campo: Os sujeitos têm direito de serem educados no lugar onde vivem, do campo: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação. Essa educação, ação e

participação não se constroem separada do território, ao contrário, é construída no território ao mesmo tempo em que o constrói”. (Caldart, 2022, p.18).

É necessário dizer a vocês, também, que seguindo as orientações do comitê de ética da UNEB, as vozes dos egressos e egressas serão resguardadas. Então, eu levei em conta a identidade que as EFAs têm com a caatinga e com o semiárido para atribuir codinomes dos egressos/as. Foram entrevistados/as nove egressos/as, dentre eles, cinco mulheres e quatro homens de idades variadas.

Venham com a gente. Desde já, eu deixo os meus agradecimentos aqui, ao querido Ricardo por estar junto a mim apresentando narrativas que não são nossas, mas que precisam ser ecoadas.

EPISÓDIO 2 – TERRITÓRIO/TERRITORIALIDADE

Música de abertura: Artista, Sued Nunes – Povoada.

Geici: *“A gente mora na roça, valoriza o campo, mas alça novos voos”* (Egresso João Pitomba, Entrevista concedida em 2022).

Olá, Galerinha!

Dou início a essa seção de *podcast* com o tema território e territorialidade trazendo a voz do egresso João Pitomba da EFA Valente. E vamos combinar né? nada melhor do que ouvir experiências que nos relevam como o território e as territorialidades são forjados. A voz de João Pitomba nos revela que não há limites para as territorialidades, como elas transcendem o território ao mesmo tempo que o carrega por onde caminha.

João Pitomba é enraizado pelo seu território, ao mesmo tempo que se enraíza nele e não se intimida em dizer que não precisa se desprender das suas raízes para alcançar seus sonhos.

Ricardo: Interessante isso né Geici? João Pitomba ao ser questionado enquanto morador do campo, uma pessoa que sempre morou e continua morando no campo, o que ele poderia falar sobre o campo? e ele diz assim:

“Primeiro é onde está fincada a minha raiz, certo? É como se fosse uma árvore, a minha raiz está fincada aqui, a árvore ela pode crescer de forma para os lados e para cima, mas a raiz dela é fincada no chão, então o campo, o espaço onde eu estou, onde eu vivo é onde estão as minhas raízes, inclusive eu digo: a minha história, eu digo, a minha cultura, a minha família os meus pais, vem desde os meus avós” (Egresso João Pitomba, Entrevista concedida em 2022).

Geici: Essa fala me emociona muito saber? Porque essa fala tem uma potência, um saber político e social, que eu ousou a dizer: Ser possível, por e a partir das experiências construídas em territórios educativos como as EFAs. E a voz da egressa Maria Maracujá do também revela isso, quando ela fala sobre o conhecimento do seu território, possibilitado através do ingresso na EFA. E Marcos Aurélio Saquet fala sobre isso, sabe Juju, quando ele diz que: a escola é compreendida como um território vinculado a outros territórios. E,

ai vem Maria Maracujá do Mato em entrevista e me diz:

“Eu sempre gostei muito de morar na minha comunidade na comunidade Rural e sobre a identidade, sobre se identificar com a localidade, me despertou quando eu comecei estudar na EFA. Sim! porque antes disso eu não entendia nem o que era fundo de pasto. Eu via meu pai saindo de madrugada pra se organizar com outras pessoas da comunidade em prol do fundo do pasto, porque o fundo de pasto que eu moro é área de conflito. porque assim, Monte Santo é marcado por conflitos agrários e principalmente a minha comunidade que foi dois anos de conflitos. E, eu não entendia por que meu pai sai de casa com outras pessoas, eu não entendia o motivo. algumas pessoas chamavam de cortadores de arame e eu vim compreender quando eu fui estudar na escola que era uma resistência né? luta pelo que é nosso, que é nosso de direito e que tinha pessoas é querendo tirar o que é nosso né? Grileiros, latifundiários, querendo tirar o que é nosso e meu pai juntamente com outras pessoas da comunidade foram defender, e eu não compreendia o que era isso. O que era fundo de pasto não entendia. Iai? quando eu fui pra EFA, ai eu comecei a compreender o que era fundo pasto, o que era a luta pela terra” (Egressa Maria Maracujá do Mato, entrevista concedida em 2022).

Ricardo: Quantas conexões né Geici? Estamos falando de EFAs diferentes, de territórios diferentes, egressos e egressas que tiveram diferentes experiências e vivências e eu percebo o quanto essas falas se conectam. E que bom que hoje, Maria Maracujá do Mato, conhece e reconhece seu território e sua territorialidade e a gente não podia deixar de trazer sua explicação sobre o que é uma comunidade de fundo de pasto e as relações que se estabelecem nesse território. Ela diz bem assim:

“É uma comunidade que faz uso comum da terra, no caso, a gente utiliza o fundo de pasto pra criação de animais de pequeno e médio porte, no caso de caprinos e bovinos. Alguns pra madeira, lenha e outros tem suas roças comunitárias pra o cultivo de feijão, milho e a relação de parentesco né? Além dessa forma de vida, da utilização da roça de forma coletiva pra criação de animais, também tem essa relação de parentesco que é muito

estreita né? Muitas pessoas, os primeiros moradores são parentes né? Quase toda a comunidade tem um laço de parentesco muito forte e que, além disso, as comunidades de fundo de pasto, assim como outras comunidades tradicionais são comunidades de resistência né? resistência ao sistema que nos diz que, que é totalmente a oposição do que a gente acredita, a forma de vida que a gente segue né”? (Egressa Maria Maracujá do Mato, entrevista concedida em 2022).

Ricardo: Comentário livre.

Sugestão: Eu não sei, quem nos ouve agora, mas eu, não tinha conhecimento do que era e de como funcionava uma comunidade de fundo de pasto, multiplicar esse conhecimento é muito importante sabe?

Geici: Eu acho incrível poder trazer essas experiências e vivências aqui e poder trazer um diálogo sobre um território que não é pensado aqui por nós, somente de modo político-administrativo, mas trazer um território que precisa ser pensado, compreendido e explicado por e a partir das múltiplas relações estabelecidas, expostas e/ou impostas, por assim entender, que nesta formulação muitos elementos se atravessam. Por isso eu dialogo tanto com Marcos Aurélio Saquet, porque ele diz que o território é um conjunto de ações sociais. E tem mais egressos e egressas que dialogam conosco nesse sentido e, eu chamo agora para roda, a voz da egressa Isabel Cajá da EFA Valente.

“E você ser uma mulher camponesa a luta ainda é maior, porque por muitos anos, nós não tivemos políticas públicas voltadas para nós né? Camponeses. Por muitos anos não tivemos uma educação olhando para nós, nós tinha uma educação imposta né?, que vinha de cima para baixo sem pensar nas nossas, nas nossas singularidades. Então, ser do campo e ser mulher pra mim significa resistência e também resiliência né? A cada dia a gente tá se reinventando pra resistir a essas adversidades que a gente enfrenta na sociedade e nos dias atuais pior ainda né”?(Egressa Isabel Cajá, entrevista concedida em 2022).

E ai Ricardo vem a egressa Joana Licuri e diz:

“Quando a gente tem interesses comum que visa a melhoria de vida, seja da comunidade, seja da família, seja lutar por acesso a água, a terra. Isso me fez perceber que eu sou um ser político né? Que eu tenho poder de transformação, eu tenho poder de mobilização e qualquer jovem, qualquer pessoa tem o poder de mobilizar a partir do conhecimento né? Então o conhecimento ele pode trazer essa liberdade de pensamento. O meu direito de pensar, o meu direito de expressar, o meu direito de defender aquilo que eu acredito” (Egressa Joana Licuri, entrevista concedida em 2022).

Eu confesso que as entrevistas compreensivas fizeram com que eu me encontrasse com o inesperado e isso é magnífico, a sensação que eu tenho é que os egressos e egressas estão ao mesmo tempo comigo. Mas, não, as entrevistas foram individuais e essa sensação vem com muita força porque os atravessamentos dessas experiências são apresentados a mim com muita força, com muita potência. Duas vozes femininas, duas mulheres do campo, duas mulheres da roça e, eu não posso deixar de parafrasear a própria Isabel Cajá né? que diz: *“Eu sou do campo, eu sou da roça”*

Ricardo: Que incrível Geici! A voz da egressa Isabel Cajá, dialoga com a voz da egressa Joana Licuri, que também se conecta ao diálogo com egresso Roque mangaba, que é a voz que trarei agora. Essas conexões falam sobre lutas, conquistas, movimentos, direitos, resistências, conflitos e educação. Ambas têm por revelar seus territórios e territorialidades através das suas experiências que ao mesmo tempo são múltiplas e únicas. Roque mangaba nos presentia assim:

“E depois que a pessoa entra, tipo: de cara já o assentamento, a associação ela é um âmbito de formação pra pessoa. Porque lá dentro da associação labutando com as pessoas, trabalhando e trazendo os problemas, as conquistas que a pessoa começa a aprender que aquilo ali não é qualquer organização, que aquilo ali não é um povo que tá se reunindo, que aquilo ali é um trabalho que foi feito, é uma luta muito ancestral, muito. Porque pra gente chegar ter uma terra, pra chegar ter uma casa, pra gente chegar ter uma associação, para a gente chegar ter água. Tudo aquilo dali foi conquistado com muita luta” (Egresso Roque Mangaba, entrevista concedida em 2022).

Geici: A educação do campo é contra hegemônica né Ricardo?

Ricardo: Nossa! Demais.

Geici: Não é à toa que Marcos Aurélio Saquet diz que “a escola é território que habita outros territórios” As EFAs são territórios educativos as experiências do egresso José Juá reafirma isso ao falar sobre a EFA:

“Lá a gente trabalha isso – a valorização desses espaços, de nossa realidade né? Era muito isso. E aí trazia muito forte a nossa identidade, como jovem camponês, jovem do campo. E a educação do campo é direito e não esmola como muitos dizem né? E que a gente tem esse direito. É um direito constitucional que o jovem do campo merece sim, ele deve ter

sim, uma educação do campo contextualizada” (Egresso José Juá, entrevista concedida em 2022).

Eu reafirmo: EFAs são territórios educativos. Territórios educativos articulados em redes que promovem Emancipa(Ação), Articula(Ação), Participa(Ação) e Multiplica(Ação) no saber, fazer, viver, lutar e fortalecer o lugar-território.

Ricardo: Fico feliz em partilhar desse momento com você Geici, estou aprendendo muito e, espero, muito também que essas vozes e experiências cheguem a muitas pessoas e possibilitem que elas aprendam muito também.

Geici: Eu também espero sabe, Ricardo. Por isso, esse episódio é pausado aqui e, eu digo pausa porque desejo que essas experiências continuem se alargando por ai. Que a pausa seja para a pessoas que está finalizando a escuta agora, mas que o play seja dado por tantas outras pessoas. Porque sabiamente, como o egresso Roque Mangaba: *“Lutas! de igualdade de gênero, de igualdade racial, entre outros âmbitos que a gente busca. Porque assim, quando a gente luta por uma causa, a gente não para somente nessa”* (Egresso Roque Mangaba, entrevista concedida em 2022). Que essas vozes possam reverberar as lutas por uma territorialização das Escolas do campo.

E antes de nos despedirmos da galera, é bom divulgar aqui, para quem desejar acompanhar o projeto das EFAs do território do Sisal e da REFAISA, se liguem ai no nos arrobas. Instagram da REFAISA: @refaisa_oficial; EFA Valente: @efavalente; EFA Itiúba: @efadeitiuba; EFA Monte Santo: @efasemontesanto.

Geici: Até o próximo play, Ricardo

Ricardo: Até o próximo play Geici

Geici e Ricardo: Até o próximo play, galera!

EPISÓDIO 3 – VISÃO DA FORMAÇÃO E VISÃO SOBRE A EFA

Música de abertura: Artista, AnaVitória – Amarelo, azul e branco

Geici: Olá, galerinha!

Ricardo: Oi, gente!

Geici: Bem-vindos e bem-vindas, a mais um episódio do nosso *podcast* e eu trouxe Anavitéria AMARELO AZUL E BRANCO pra diz: Deixa-me apresentar, deixa a gente apresentar as vozes dos egressos e egressas.

“Então, é como diz uma colega minha né: A EFA forma pra vida” (Egressa Maria Maracujá do Mato, entrevista concedida em 2022).

O episódio de hoje é sobre visão da formação e visão sobre a EFA. Isso, mesmo galera, traremos as narrativas de egressos e egressas das EFAs do território do Sisal, sobre a visão que eles e elas têm sobre sua formação e sobre a EFA. Essas ideias inicialmente aparecem separadas, mas analisando cuidadosamente o que os egressos/as me falam nas entrevistas compreensivas, as visões se unem, porque as formações acontecem nas EFAs, então falaremos sobre uma (visão da formação), ao mesmo tempo que também falaremos sobre a outra (visão sobre a EFA).

Eu já puxo para nossa roda, a voz do egresso João Pitomba:

“É ter orgulho! É dizer sou egresso da EFA Valente, eu participei da EFA Valente. Então, eu me orgulho disso. Foi uma experiência que mudou, que me transformou, é se sentir parte daquele lugar. Quando fala egresso da EFA eu me sinto parte, quando fala você egresso da EFA a pessoa automaticamente está me familiarizando com aquele lugar. Tá evidenciando, tá validando a minha experiência naquele lugar” (Egresso João Pitomba, entrevista concedida em 2022).

Achei importante trazer agora, essa narrativa potente de João Pitomba. Sua experiência valida a sua existência. Não é à toa que Saquet (2015) diz no seu livro *Por uma Geografia faz territorialidades e das temporalidades*, que o território pode ser compreendido como um contexto, como território-lugar ligado a territórios-lugares por múltiplas relações [...] (SAQUET, 2015, p. 111). João Pitomba fala sobre suas experiências e relação com EFA e isso faz total sentido, porque sim, as EFAs são territórios educativos. Territórios educativos articulados em rede que conseguem promover Emancipa(Ação), Articula(Ação), Participa(Ação) e Multiplica(Ação).

Ricardo: Muito bom, Geici, muito bom mesmo! A ação move as EFAs né? Ao mesmo tempo que é movida por elas.

Geici: Isso mesmo, Ricardo.

Ricardo: Olhem, o que o egresso Roque Mangaba nos traz:

“A escola, ela lhe incentiva a você entrar mais ainda, dentro dos movimentos sociais, dentro da sua própria associação através das atividades de retorno, do AR, e entre outras ferramentas metodológicas na instituição, que faz com que você realmente se conecte com a escola, no tempo comunidade” (Egresso Roque Mangaba, entrevista concedida em 2022).

Ricardo: Isso fala sobre Ação né, Geici?

Geici: Isso, Ricardo! Sobre ação, sobre teoria e prática, sobre a práxis né? Sobre práxis territorial, práxis de libertação da qual Saquet (2015), discuti, sobre a práxis territorial educacional como eu proponho e que todos e todas que estão nos ouvindo e que deseje saber um pouco mais, podem acessar a minha dissertação, que discuto lá sobre isso.

Práxis e vida cotidiana são simultâneas Ricardo, e quem diz isso é Saquet (2022), e eu, confirmo isso quando ouço os egressos e egressas. O egresso João Pitomba relata bem assim, ao falar sobre o seu entendimento com relação ao projeto político e pedagógico da EFA:

“Eu entendo o projeto político pedagógico da escolar, como um projeto diferencial com projeto que eu entendo que, é voltado para nós, é voltado para as nossas realidades, não é um projeto de ensino voltado apenas para a base curricular, mas é um projeto voltado para as nossas bases comunitárias, para nossas de vivências, nossas experiências. É voltado para a nossa valorização do nosso lugar, do nosso espaço e isso acontece, acontecia por meio mesmo das aulas da comunidades pequenas mas que os próprios professores em algum momento faziam questão de trazer para as aulas um pouco sobre essa a importância desse lugar, desse campo, dessa roça, né? Desse rural mesmo, então eu entendo que o projeto político pedagógico da escola é um projeto que visa essa valorização que direciona mesmo para esse público que é o homem e mulher do campo” (Egresso João Pitomba, entrevista concedida em 2022).

Ricardo: É bom conhecer essas experiências dos egressos e egressas, das EFAS do território do sisal através da sua pesquisa, Geici. E estar aqui agora com você me deixa muito feliz e muito reflexivo também, entendendo que mais e mais pessoas precisam ter conhecimento sobre o fazer da EFAs né? Olhem o que o egresso Roque Mangaba nos diz:

“Mas essa questão de você ter um intensivo em alternância, de você ficar 24 horas na escola, de você ter várias aulas durante o dia. E tipo, não somente aulas, porque assim, na escola convencional a gente tem aulas de português, geografia, história, mas nada é entrelaçado com a nossa realidade, são com a realidade de outras pessoas, e tal, mas não é a gente” (Egresso Roque Mangaba, entrevista concedida em 2022).

Geici: Saquet (2022), fala sobre isso Ricardo, quando ele diz que:” Práxis e vida cotidiana são simultâneas” E as EFAs produzem esse movimento e, quem está dizendo isso não somos nós,

são os egressos e egressas que passaram por essa experiência. Escutem o que o Roque Mangaba me diz em entrevista:

“Como eu falei desde o início, veio uma mistura... Você viu no meu relato: Veio a instituição, veio o movimento, veio cursos de fora, veio a questão da vivência na comunidade, então tipo, foi um misto de formações e de portas que abriram pra mim, que formou o Roque Mangaba que eu sou hoje” (Egresso Roque Mangaba, entrevista concedida em 2022).

E aí, depois vem o egresso João Pitomba e me diz:

“Então assim, hoje eu sinto esse prazer, essa vontade de ir e voltar graças a experiência da EFA que me mostrou que me transformou enquanto sujeito do campo, né? Nessa valorização nesse espaço, nessa valorização nesse lugar, dessas vivências, dessas experiências, dessas culturas que o campo produz, o campo nos permite, a EFA que nos mostrou isso, que me mostrou isso na prática por meio da sua pedagogia e por meio da sua metodologia de ensino” (egresso João Pitomba, entrevista concedida em 2022).

Roque Mangaba é egresso da EFA Itiúba e João Pitomba é egresso da EFA Valente, eles são de EFAS diferentes, mesmo as duas estando no território do Sisal, mas você consegue perceber Ricardo como as visões e experiências se conectam?

Ricardo: Sim, Geici! Demais, por mais que as experiências sejam particulares, elas se encontram. E, sobre esses encontros, eu trago mais uma voz que se conecta, a de José Juá que é egresso da EFA Monte Santo:

“Meu primeiro sentimento é a questão da gratidão, o segundo é pensamento crítico né? Outro é a questão da ética e a moral né? A questão do respeito, muito respeito com as pessoas, saber lidar com as pessoas. A escola me ensinou muito isso né? saber conviver e saber lidar com as situações que as pessoas estão passando né? saber chegar numa comunidade né? De uma forma que não, não seja assustadora, não deixa as pessoas assustadas com determinadas situações, tudo isso né?” (Egresso José Juá, entrevista concedida em 2022).

Ricardo: Comentário livre.

Geici: Roberto Sidnei Macedo, que é um autor que eu dialogo muito na minha pesquisa, ele diz que não se pode falar da experiência de fora da experiência: E eu percebo que as falas dos egressos e egressas, revelam essa imersão. Quando eu escuto José Juá falar:

“Quando eu fui pra EFA né? No primeiro ano eu já me sentia sujeito parte daquele ambiente. E aí tipo, já via assim: Nossa! Meu protagonismo tá aqui” (Egresso José Juá, entrevista concedida em 2022).

É sobre essa imersão, sabe?

Ricardo: Sim, Geici! Quando ele, José Juá também diz assim:

“A minha construção na EFA é que, eu acho que a ela, como é que fala, ela só acendeu aquela chama do compromisso que a gente tem com a sociedade. Que é tá sempre praticando

o bem e eu venho trazendo sempre isso, desde o momento que eu entrei na EFA. Que falei que queria muito desenvolver atividades na minha comunidade, queria permanecer no campo, queria permanecer na minha comunidade e graças a Deus isso vem acontecendo né” (Egresso José Juá, entrevista concedida em 2022).

Ricardo: Comentário Livre.

Geici: Sim, Ricardo! E que assim como José Juá, a gente possa pertencer e ser protagonista das nossas trajetórias.

Ricardo: Isso mesmo e não acaba por aí não viu, galera: O egresso Roque mangaba traz mais coisas para nós, ele diz:

“A escola ela induz a gente a conhecer essa parte do que é uma luta do racismo, contra o racismo, o que é uma luta contra a homofobia, que a gente também leva essas informações, porque assim: É uma troca de saberes tanto com a escola como as pessoas que estão presentes na escola, os próprios alunos” (Egresso Roque mangaba, entrevista concedida em 2022).

Ricardo: Comentário livre.

Geici: Eu acho importante a gente falar Ricardo, como as EFAs se constroem e reconstroem com muita luta, é uma escola pensada para os povos do campo, é uma escola pensada para atender essa realidade trabalhando com uma educação contextualizada, então são escolas que estão se reinventando, para existir. E o egresso José Juá fala como a pandemia torna não só os movimentos que a EFA realizada, mas outros movimentos dos quais ela agrega e são agregados por ela, se fragilizaram:

“A pandemia ela fez com que a EFA ela ficasse um pouco fragilizada e não só a EFA como os demais outros movimentos né? Movimentos, as bases todas fragilizadas. Eu, eu conversando esses últimos dias com um dos professores que estão lá, ele falando né? Porque a escola hoje tem bem pouquinho alunos né? Na minha época era, era turmas de 30 a 40 alunos de três, quatro turmas de primeiro ano entrava na escola. Hoje pra conseguir uma turma de 40 alunos é bem difícil no primeiro ano né?” (Egresso José Juá, entrevista concedida em 2022).

E aí ele continua: *“A base da escola é as associações, os grupos produtivos né? Das Comunidades. E aí quando você chega na comunidade que entra numa associação que não tem nenhum jovem, não tem nenhum adolescente, vai um Senhorzinho de idade, mas não leva seu neto, não leva seu filho. Isso tudo são fragilidades né? Que vão acontecendo nesses espaços. Ai, fica bem complicado”* (Egresso José Juá, entrevista concedida em 2022).

Ricardo: É Geici, bem difícil, por isso é importante também, que a sua pesquisa para além da sua dissertação, além de um material escrito que fale sobre essa realidade e que traga essas vozes, essas experiências. Seja divulgado aqui também nesse *podcast*.

Geici: Sim, sim, verdade! E que esse *podcast* possa chegar a muitas e muitas pessoas, em diferentes tempos-lugares-territórios.

Ricardo: Sim, assim esperamos! Posso trazer duas vozes? A de Isabel cajá e a de João Pitomba agora?

Geici: Sim, por favor!

Ricardo: Vamos lá, começo com Isabel cajá que diz assim:

“Assim, é como eu tô te falando, eu e minha família, a gente sempre trabalhou né? No campo. A gente sempre sobreviveu do campo. E a EFA assim, ela veio como é que diz: Desmistificar de que a atividade do campo era uma atividade penosa e que ela não gerava os frutos que muita gente questiona assim né? Então assim, quando eu fui pra EFA, eu pude enraizar um sentimento que eu já tinha, mas eu, mas existe aquela correlação de forças entre essa questão de negativizar o campo né?” (Egressa Isabel Cajá, entrevista concedida em 2022).

“Porque a EFA trás pra gente muito dessa cultura, dessa vivencia e experiência do campo, a EFA ela é, foi e é responsável por mostra a gente jovem do campo que aqui nesse lugar a gente pode sobreviver com dignidade, a gente pode viver com dignidade, a gente ainda pode mudar por exemplo a gente vive numa área de um semiárido o clima é seco, a gente não pode mudar isso, então é algo imutável. Mas a EFA nos mostra como a gente pode conviver com isso de forma a sofrer menos com a seca digamos assim e essa, como eu já falei essa valorização, dessa construção de identidade enquanto homem e mulher do campo” (Egresso João Pitomba, entrevista concedida em 2022).

Ricardo: Eu fico te imaginando em entrevista ouvindo tudo isso.

Geici: Eu me emociono muito nas entrevistas. Essas duas vozes falam sobre a valorização do lugar-território, das suas particularidades e coletividades, das suas temporalidades e territorialidades a partir da práxis, a partir do que se constroem lá na EFA. Confirmando o que aparece para mim como fenômeno da minha pesquisa. Construção de experiências e práxis educativas, produzem territórios e temporalidades nas EFAs.

E assim, eu finalizo esse episódio dizendo: *“A gente que passa pela EFA por uma experiência numa escolar Família Agrícola a gente mais nunca mais será o mesmo, né? No sentido de homem e mulher do campo”* (Egresso João Pitomba, entrevista concedida em 2022).

Geici : Até o próximo play, Ricardo!

Ricardo: Até o próximo Play, Geici!

Geici e Ricardo: Até o próximo play, galera!

EPISÓDIO 4 – TEMPORALIDADE

Música de abertura: Artista, Maria Gadú – Oração do tempo. (Tocar até 0:46)

Geici: Olá, Galera! Olá Ricardo!

Ricardo: Oi, Geici! Vamos para mais um né?

Geici: Sim, vamos nessa! E vamos e hoje começamos com a música oração ao tempo cantada pela artista Maria Gadú, para dizer que o nosso episódio de hoje é sobre Temporalidades:

“Tempo, tempo, tempo, tempo entro em um acordo contigo” ... (Maria Gadú)

Geici: Você sabe o que é temporalidade Ricardo?

Ricardo: Dizer a verdade, se sabe e o que sabe.

Geici: Eu defendo que a temporalidade ou as temporalidades porque sim, elas são múltiplas, são polissêmicas – isso significa que elas têm vários sentidos e eu, crio uma tríade de pensar as temporalidades por e a partir dos ritmos, tempos e movimentos. E não é uma tarefa fácil, o autor Norbert Elias, que tem o livro chamado – sobre o tempo, ele diz que “As relações temporais são relações de múltiplos níveis de complexidade” (ELIAS, 1998). Eu concordo muito com ele e já indico a vocês essa leitura.

E a primeira voz que trago para nossa roda de diálogos de hoje é a do egresso João Pitomba:

“O acordar o anoitecer na tranquilidade da roça digamos assim, de ouvir os pássaros no alvorecer, de ouvir os pássaros no finalzinho da tarde é esse lugar de paz e tranquilidade que eu quero pra mim. Eu vou sair pra trabalhar, as vezes preciso dormir fora por conta do trabalho ou dos estudos, no período da graduação mesmo, eu precisava ir pra outra cidade por conta dos estudos e do trabalho, mas eu sempre retornava” (Egresso João Pitomba, entrevista concedida em 2022).

E eu trago essa fala de João Pitomba para que vocês compreendam que os sujeitos, as relações sociais, as apropriações, as mediações, as práticas espácio-temporais (i)materiais correspondem às territorialidades e temporalidades. Quem diz isso é Marcos Aurélio Saquet. Então eu preciso imediatamente explicar e eu, me baseio nas ideias de Saquet para fazer isso, que ao falar de temporalidades aqui, eu estou dizendo “que as temporalidades são leituras que realizamos dos ritmos da natureza e da sociedade”. (Saquet, 2015).

Ricardo: Estou aqui, refletindo ao te ouvir pensando no tempo (comentário “livre” sobre os ritmos da vida). Estou vendo que vou aprender muito aqui, hoje.

Vamos lá, que vou trazer a voz da egressa Isabel Cajá:

“O povo camponês por mais que, não vou dizer os jovens que ainda poucos que moram no campo, mas as pessoas mais velhas, eles tem a sua dinâmica diferente, eles acordam muito cedo, na cidade eles não tem esse costume, nós plantamos, nós temos a nossa horta pra colher, pra comer, nós plantamos o feijão, nós plantamos o milho, nós plantamos o aipim,

nós plantamos a batata, nós plantamos a mandioca pra fazer farinha. Então nós temos essa dinâmica, eu digo assim, Geici: De uma forma bem sucinta, nós temos o nosso modo de vida né? Nós temos o nosso modo de vida. Por mais que nós estejamos próximo da cidade, por mais que Valente seja uma cidade pequena. Mas nós do campo, da roça temos um modo de vida diferente das pessoas, mesmo de Valente que é uma cidade pequena. Desde a rotina, desde a rotina do amanhecer do dia, até a rotina do adormecer né? Nós temos o nosso modo de vida próprio” (Egressa Isabel Cajá, entrevista concedida em 2022).

Ricardo: Que fala, em Geici?!

Geici: Sim, Ricardo! Existe uma temporalidade e um modo de vida no campo, isso se confirma na fala da egressa Isabel Cajá: E a voz da egressa Damiana Caju também traduz isso quando ela diz:

“É que as pessoas da cidade não têm uma noção, muitas pessoas não tem uma noção de onde vem aquela comida pro prato, aquele alimento pro prato. É, que uma coisa a pessoa plantar e vê aquela semente brotar é uma coisa muito linda. A pessoa plantar um pé de milho, um pé de feijão e vê ele florescer, ele nascer. Acho que as pessoas da cidade não tem essa noção, muitas pessoas” (Egresso Damiana Cajú, entrevista concedida em 2022).

Eu entendo com isso, que cada lugar-território produz temporalidades assim como tem a sua própria temporalidade.

Ricardo: Perfeito Geici, a fala do egresso João pitomba fala sobre isso que vocês acabam de trazer, ele diz assim:

“E na roça não, na roça chegou a noite é silêncio total e absoluto, esporadicamente vai passar um carro na estrada é, ou uma moto, mas algo muito esporádico e na rua não esse fluxo é o tempo todo esse movimento é o tempo todo as pessoas sempre estão em movimento, né? A gente vai na rua as pessoas é o tempo todo subindo e descendo indo no mercado na farmácia onde quer que seja quando chega a noite é o tempo todo transporte durante o dia também transporte subindo e descendo e na roça não é mais tranquilo a gente sai a gente volta, quando a gente tá em casa a gente não tá nesse movimento nesse vai e vem como acontece na cidade, né?” (Egresso João Pitomba, entrevista concedida em 2022).

Ricardo: Falando aqui para vocês, as vozes dos egressos e egressas que, Geici escuta em entrevista, eu compreendo por que ela pensa as temporalidades nessa ideia de ritmos, tempo e movimentos, isso vem muito forte na fala dos egressos e egressas.

Geici: Isso mesmo, Ricardo. Eu trarei agora três vozes que também vão traduzir isso, primeiro Maria Maracujá diz:

“Tem uma vida mais tranquila né? Em relação a barulhos de carros, em fim! E, mas também a gente percebe a presença do urbano dentro do rural. Porque antes, pra você fazer uma feira, você tinha que se deslocar até a zona urbana, pra você ter acesso a um mercado, a uma oficina, a um salão de beleza. E atualmente tem mulheres que se profissionalizam pra ser manicure, pra ser cabelereira, dentro do meio rural. Assim como, tem donos de mercados que procuram fornecer pra seus clientes produtos de qualidade, que também tem na cidade.

Então, atualmente eu acredito que (minha opinião né?) acredito que a diferença num é tão gritante” (Egressa Maria Maracujá do Mato, entrevista concedida em 2022).

Aí vem o egresso Humberto Umbu e me diz:

“O ritmo é diferente né? Hoje, no meio rural é, como eu falei anteriormente a questão do acesso a tecnologia é, praticamente o que você tem na cidade, você tem no meio rural, aqui mesmo na minha cidade é difícil você passar em uma localidade pra não ter energia, toda casa você vê lá uma antena de internet” (Egresso Humberto Umbu, entrevista concedida em 2022).

Chega Joana Licuri até mim, dizendo:

“Eu percebo que ultimamente, principalmente as comunidades que são mais aglomeradas né? Que não é o sistema de fazendas por exemplo, fazendinha né? Que é propriedade, tá ali mais isoladas de outras casas. Nessa área aí o campo funciona bem mais devagar, tipo no tempo das famílias, no tempo da rotina deles. E já as comunidades, eu já consigo diferenciar assim, que já não é mais só o campo e a cidade, que é as comunidades que estão se urbanizando né? Então assim, elas estão pegando o ritmo da cidade, eu acredito né? É um ponto positivo porque querendo ou não é um avanço, mas quando você for fala assim, das cultura, das tradições, a gente tem esse, esse teste né? Tá começando ter essa perda, que consequentemente com o tempo eu acredito que vai ser uma coisa negativa, vai ser mais negativo do que positivo né?” (Egressa Joana Licuri, entrevista concedida em 2022).

Ricardo: Essas falas trazem bastante a questão dos ritmos né? Do próprio tempo também.

Geici: Isso! A fala dessas egressas e desse egresso. Saquet vai dizer que as temporalidades são contínuas e descontínuas e aí eu penso que não tem como pensar no planejamento desses territórios, negando as temporalidades, porque o próprio território se constrói em continuidade e descontinuidade. O que eu quero dizer com isso, é que é essencial entender que existem diferentes temporalidades para cada lugar-território, mas que elas são transitórias e aí Joana Licuri vai dizer que isso pode ser positivo ou negativo né?

Ricardo: Sim! Geici muito interessante a gente refletir aqui sobre tudo isso. (Comentário livre)

E eu, vou dar seguimento trazendo as falas que revelam esses movimentos que as EFAs constroem, em diferentes tempos-lugares-territórios

“Por ser alternância né? A gente passava quinze dias na escola e quinze dias na comunidade [...]” (Egresso José Juá, entrevista concedida em 2022).

“Conhecimentos populares também, ia socializar também na escola. Levava e trazia o que foi passado” (Egressa Damiana Caju entrevista concedida em 2022).

“O que a gente aprendia na escola a gente leva pra comunidade e o que a gente vivência em casa a gente leva pra escola, a gente retorna pra escola com essa bagagem” (egresso João Pitomba, entrevista concedida em 2022).

“O sistema de ensino de alternância a gente passava 15 dias na escola, 15 dias no período comunidade que a gente desenvolvia algumas atividades que eram encarregadas da disciplina de AR né? Que é atividade de retorno. E aí é aquela demanda da escola a gente aplicava na comunidade e levava novamente pra escola né? Pra dá um retorno assim, da atividade. E essas atividades, elas eram de caráter social e as vezes técnico também” (Egressa Joana Licuri, entrevista concedida em 2022).

Ricardo: Eu percebo as coisas se conectando de maneira muito fluida, sabe?

Geici: As pessoas se organizam com o tempo e no tempo e ao se organizarem socialmente, criam as tessituras do vivido e de onde vivem. E as EFAs constroem essas temporalidades como prática do processo formativo dos estudantes, quando esses estudantes e essas, agora egressos e egressas, então entre o tempo escola e tempo casa e ao fazer isso, também constroem territórios e territorialidades.

Ricardo: Estou aprendendo muito. (Comentário livre).

Geici: Eu fico feliz, e que muitas pessoas em diferente tempos-territórios-lugares ao nos ouvir possam aprender também, porque desde já eu posso dizer que todos os movimentos que fiz até o agora (presente) que também já foi passado e será futuro, porque eu sou temporalidade a minha escrita também é e tudo que está sendo produzido aqui nesse *podcast* também, aprendeu e vem aprendendo muito.

E, me estendendo ao final do episódio de hoje eu chamo pra roda a voz do egresso Roque Mangaba:

Geici: *“O ritmo de uma comunidade eu acho muito mais tranquila do que em uma cidade, eu acho a comunidade, tipo, a comunidade em si eu olho com uma família grande, uma família enorme e é uma vida mais coletiva. Porém dentro da cidade é uma vida mais individual tá entendendo? Claro tipo que tem questões que é muito mais fácil na cidade, questões de você procurar uma coisa pra comprar, de você fazer isso, fazer aquilo é muito mais fácil em uma cidade né? Do que em uma comunidade. Porém, eu ainda fico naquela lutando, que a tranquilidade, o bem estar de você tá na comunidade é completamente diferente da rotina de você labutar em uma cidade, é completamente diferente. A sensação de você sair, hoje mesmo, tá nublado e eu lembro quando tá nublado, você sair no quintal e você olhar aquilo ali, aquele cheirinho das plantas molhada, é diferente de você sair aqui e olhar um monte de carro passando pra um lado e pro outro”* (Egresso Roque Mangaba, entrevista concedida em 2022).

Chego nesse momento para dizer a vocês que sim, as temporalidades constroem os territórios e os territórios são construídos em e com temporalidades, as EFAs enquanto territórios educativos fazem isso, e esse mover-se em tempo-território-lugar, se alarga e que possa continuar se alargando.

Geici: Até o próximo play, Ricardo!

Ricardo: Até o próximo play, Geici!

Geici e Ricardo: Até o próximo Play, Galera!

EPISÓDIO 5 – SABERES

Música de abertura: Artista, Sued Nunes – Travessia.

Geici: Olá galera! Olá Ricardo!

Ricardo: Oi, Geici!

Geici: Estamos aqui, na nossa última sequência de episódios do EFAS, REFAISA SISAL EM *PODCAST*. Começamos com a música travessia de Sued Nunes pra anunciar que esse episódio é sobre saberes. E eu já começo falando que os saberes são particulares e coletivos e são o que são, quando deixam de ser só nossos e os meus saberes se atravessam com os dos egressos e egressos e eu e Ricardo compartilharemos eles aqui com vocês, venham com a gente e escutem bem:

“Muitas pessoas não dão nem a devida importância pra chuva que cai na terra, que a chuva é o sangue pra terra vingar as coisas, pra da o alimento” (Egressa Damiana Caju, entrevista concedida em 2022).

Eu precisava iniciar nosso episódio de hoje, com a fala da egressa Damiana Caju, sua voz revela a experiência do saber/viver. A voz de Damiana releva a imersão e imensidão do seu modo de vida, revela a sua territorialidade e o chão em que ela pisa, revela o seu viver e saber do campo, da roça, como muitos egressos e egressas chamam e, como eu chamo também. Revela poder. Releva o que eu tanto defendo baseada em Saquet o território é uma trama de relações e ações sociais.

E, é importante convidar vocês, ouvintes a compreenderem que os saberes não são únicos e exclusivamente produzidos cientificamente, produzidos nas universidades, em centros de pesquisas, ou entre muros de escolas. Os territórios também co-criam saberes e eles produzem o próprio território é importante não se esquecer disso, isso é tecnologia e saber ancestral.

Ricardo: Quanta potência em Geici? Eu fico encantado. (Comentário livre).

Deixo com vocês agora, a fala de Maria Maracujá do Mato:

“Mas que a caatinga tem um potencial né? Os frutos da caatinga o licuri, o umbu, o maracurá do mato eles tem esse potencial e que as mulheres, elas já fazem o extrativismo desses frutos. Que por um lado, enquanto os homens, eles desmatam o ecossistema pra implantação de capim pra colocar o boi, a mulher ta do outro lado catando licuri pra fazer tempero, pra fazer artesanato e a gente vê essa potencializade né? no extrativismo nos frutos da caatinga” (Egressa Maria Maracujá do Mato, entrevista concedida em 2022).

Ricardo: Você vai comentar Geici?

Geici: Sim! Eu quero falar sobre como os egressos e egressos que eu entrevistei têm uma relação muito forte com a caatinga, uma relação de existência, de sobrevivência. Um autor

que dialoga comigo na minha pesquisa: Eguimar chaveiro ele tem um texto no livro – Qual o espaço do lugar? De Eduardo Marandola e Chaveiro diz: “O lugar é uma seiva para as corporeidades e essas desenvolvem sentidos na construção dos lugares”.

E aí, eu já aproveito e trago a voz do egresso Roque Mangaba:

“Então, eu tive que ir em porta em porta fazer pesquisa, teve um dia que a gente fez uma pesquisa sobre plantas PANCS, como utilizar na alimentação entendeu? Fizemos um dia todo, que foi durante uma manhã a gente ficou com a missão de levar as coisas pra a escola e a gente fazer tipo, comidas PANCS, a gente fez um almoço só de comida, só com folhagens PANCS, a gente fez, ela ensinou a gente, a gente foi busca todas as plantas que tinha na comunidade que era utilizada. A gente foi utilizar os saberes populares das pessoas. Tipo, o bredo que é tão comum, tão comum que pode refolgar, até a palma que pra gente é comum, mas pra as pessoas de fora não é tão comum assim o cortadinho de palma, a paçoca do gergelim também, uma delícia, uma delícia. Você fazer uma salada só de flores, a gente teve essa experiência, eu fui inventar de fazer a cocada da batata do imbuzeiro, a gente fez doce de cacto, aqueles cabeça de fraude, a gente fez o doce dele. A gente fez suco de mandacaru nesse dia. Então tipo assim, teve coisas maravilhosas que a gente dizia: Meu Deus! (risos) É sério que a gente tá comendo isso mesmo?” (Egresso Roque Mangaba, entrevista concedida em 2022).

A fala de Roque Mangaba vem fortalecer o quanto os saberes se atravessam e se multiplicam e ao trazer a sua experiência aqui nesse *podcast*, a gente traz também a possibilidade desse saber se multiplicar ainda mais. Para quem está nos ouvindo e não sabe PANCS significa – Plantas Alimentícias não convencionais. Existe um poder ancestral potente na utilização e consumo dessas plantas e as trocas de saberes entre as EFAS e as comunidades constroem experiências de fortalecimento dessas territorialidades e do próprio território. Eu já indico a vocês, que nos escutam a acessarem a dissertação e produto educacional da Mestra Gleice Oliveira Miranda, ela fala sobre as PANCS e criou um jogo chamado: “Come ou não come?” Um jogo sobre as Plantas Alimentícias não Convencionais.

Ricardo: Sim, Geici, muito bom o trabalho da Gleice é como você sempre vem trazendo né? Mais e mais saberes vão se conectando. E que quero dizer, que eu não sou geógrafo e poder ver e ouvir os seus saberes, o seu olhar geográfico sobre as EFAs é muito importante para mim. Espero que seja importante para quem nos escuta também.

Eu vou trazer agora, Geici, a fala do egresso, Roque Mangaba, ele diz assim:

“E essa questão de conexão também da minha religião com a questão da floresta, com a questão da terra que é muito presente na minha religião isso. A importância da natureza e também a escola lhe coloca pra você aprender, porque assim: Não basta você só trabalhar com a terra se você não trabalhar corretamente com ela respeitando. Dentro das formas da agroecologia que é uma coisa que a gente aprende bastante, bastante, bastante, o que é agroecologia, como você utilizar métodos da agroecologia dentro da sua propriedade, pra você não acabar destruir ou acabar ocasionando outros problemas dentro da sua terra, de você saber respeitar realmente aquela terra, que aquela terra não é um nada, aquilo ali tem

vida, aquilo ali é tipo, eu vejo muito que é um, como é que eu posso falar: É uma produção aquela terra, porque tudo que você planta alguma coisa vai sair dali. A mesma coisa eu levo pra minha vida, como a terra: Tudo que eu plantar na minha vida eu vou colher alguma coisa” (Egresso Roque Mangaba, entrevista concedida em 2022).

Ricardo: Comentário livre.

Geici: Eu espero que o que estamos plantando, ao trazer e divulgar aqui as experiências, seus territórios, territorialidades e temporalidades dos egressos/as das EFAs do território do Sisal, filiadas a REFAISA. Eu espero que ao ecoar essas vozes, vocês que estão nos ouvindo, possam colher alguma coisa. Porque como Roque Mangaba diz:

“Lá você tem a prática, lá você tem a teoria, lá você tem o conhecimento popular, os saberes das comunidades, tudo lá. Lá a gente constrói uma história eu vejo a escola com uma história em todos os cantos” (Egresso Roque Mangaba, entrevista concedida em 2022).

Ricardo: Forte em? (Comentário livre).

Geici: Muito forte!

Ricardo: O saber que transita entre as EFAS e as comunidades produzem o território né Geici? Como você defende?

Geici: Sim! Produz temporalidades e territorialidade também, fortalece e valoriza o modo de vida dos povos do campo.

Ricardo: Muito bom, Geici! A voz de José Juá reverbera essa realidade da qual você defende:

“A gente desenvolver na comunidade dentro das associações muita relação com os agricultores né? E aí dentro dessa relação com os agricultores a gente tinha essa relação com a terra né? explicar, explicar a eles o manejo adequado para a terra né? a questão do acesso à terra né? A questão de preservação das aguardas né? A questão de não, do desmatamento, deles não estarem desmatando suas Áreas, a questão das queimadas que era muito forte aqui na comunidade e hoje a visão que eu tenho é que acabou a questão da visão dos Agricultores que a queimada ela era algo bom. Manter ali sua roça organizada, mas não queimando aquele mato que serve de adubo pra própria roça” (Egresso José Juá, entrevista concedida em 2022).

Geici: A voz da egressa Isabel Cajá também reverbera essa realidade Ricardo, ela diz:

“Junto com a EFA, no mesmo período que eu estava na EFA, eu também participava de formação com a antiga CEBs que era uma comunidade de base da igreja católica que ela trabalhava também com essa questão dessa formação. Então eu agreguei os dois né? a EFA e essa formação que a CEBs nos dava, que contribui muito para a minha visão que eu tenho hoje de sociedade e de mundo e de direitos e de deveres, porque a CEBs trabalhava muito com a questão dos oprimidos né? Como a gente vai lutar pra que os oprimidos deixe de ser oprimidos e os opressores cumpram seus deveres. Então eu trazia isso e levava isso, fazia essa caminhada entre CEBs e EFA e hoje eu sou... tenho, graças a Deus uma visão bem

diferente de muitos que não tiveram oportunidade de estudar em EFA e também de caminhar pelos caminhos de CEBs e de movimentos sociais né?” (Egressa, Isabel Cajá, entrevista concedida em 2022).

Geici: E eu digo mais: a voz de Isabel Cajá escancara como os saberes partilhados entre EFAS e comunidades do campo se alargam a tantos outros movimentos que compartilham e contribuem com essa luta.

Ricardo: São muitas conexões, eu vejo isso em cada experiência que estamos revelando aqui. A egressa, Damiana Cajá, trás como a troca de saberes, a partilha, a práxis territorial educativa que você propõe Geici, como esse movimento possibilita outras formas de pensar a si mesmo, seus modos de vida e seus territórios. Ela diz assim:

“Um conhecimento que muitos né? Vive na sua comunidade, vive no seu local que ainda não tem muita noção né? Disso. De feminismo, de que a mulher pode trabalhar no campo, mas pode cuidar da casa. Que o marido também deve cuidar da casa e do campo” (Egressa Amélia Seriguela, entrevista concedida em 2022).

Geici: Pensar e repensar suas territorialidades e temporalidades é muito importante e esse bailar entre temporalidades e territórios que as EFAS promovem por e a partir das trocas de saberes possibilitam isso.

Nos estendendo, ao final desse episódio eu deixo com vocês, a fala da egressa Joana Licuri:

“É a mesma coisa do que você tá fazendo agora você tá ouvindo outras experiências pra lhe separar do seu antes. Depois né? Depois dessa conversa você não será a mesma, nem que seja uma coisa que não foi tão importante, mas você vai sair com algo que eu disse né? Espero que seja positivo” (Egressa Joana Licuri, entrevista concedida em 2022).

Joana Licuri e, todos os egressos e egressos me possibilitaram saberes importantes. Eu não só sair com algo que eles disseram, eu carrego comigo agora (presente) uma bagagem cheia de saberes e, saberes compartilhados se multiplicam isso me movimenta a estar aqui, falando para vocês. Um autor que dialoga muito nos meus escritos e, que traz uma discussão sobre a fenomenologia que é Sokoloswki (2012), ele diz que na fenomenologia: “nós podemos tornar evidentes como as coisas são; quando fazemos assim descobrimos objetos, mas também descobrimos a nós mesmos” E é sobre isso, ao ouvir outras experiências eu me conecto com as minhas, eu me separo do meu antes.

Despeço-me de vocês, deixando os caminhos abertos para que esse *podcast* tenha um depois, que ele não se finde aqui, porque ele foi pensado como um produto que possa colaborar com as EFAs e, com a REFAISA, eu deixo os caminhos abertos para que ele tenha continuidade.

Geici: Eu direi um até breve pessoal! Acreditando que próximos plays possam existir. Gratidão, Ricardo!

Ricardo: Gratidão, Geici. **Música Final:** Artistas, Emicida e Gilberto Gil – É tudo pra ontem (tocou refrão, tempo: 1:06 até 1:31).



PLANTERR

**Universidade Estadual de Feira de Santana
Departamento de Ciências Humanas e Filosofia**

Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial

Mestrado Profissional – PLANTERR

APÊNDICE IV

FORMULÁRIO DE VALIDAÇÃO DO *PODCAST* – EFAS REFAISA SISAL, DESTINADO AOS EGRESSOS/AS DAS EFAS

- 1- De qual EFA você é egresso/a, e qual a sua idade?
- 2- Qual a sua opinião sobre a imagem visual e o nome do *podcast*?
- 3- Após ouvir o *podcast*, como você pode descrevê-los?
- 4- Após ouvir o *podcast*, quais as contribuições você pensa que esse produto pode trazer para as EFAs e para a REFAISA?
- 5- Após ouvir o *podcast*, como você acredita que esse produto pode contribuir e/ou ter efeito no Território?
- 6- Quais outros temas podem ser tratados em novos *podcasts*?
- 7- Em que parte do processo formativo da EFA os *podcasts* podem ser abordados e/ou utilizados?